



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANA CARLA CARVALHO SOARES**

**OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA  
MULHER (CREMV) EM FLORIANÓPOLIS**

**Florianópolis  
2014**

**ANA CARLA CARVALHO SOARES**

**OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA  
MULHER (CREMV) EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Dra. Andréa Márcia  
Lohmeyer Fuchs

**Florianópolis  
2014**

**ANA CARLA CARVALHO SOARES**

**OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA  
MULHER (CREMV) EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela banca examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado, atendendo as normas vigentes no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Aprovado em 10 Dezembro de 2014.

**Banca Examinadora:**

---

Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs

**Orientadora**

---

Dra. Edilane Bertelli

**1º Examinadora**

---

Assistente Social Vismara Feldberg Lucas

**2º Examinadora**

**Florianópolis  
2014**

## AGRADECIMENTOS

Há uma frase da história do Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry que aprecio muito, diz: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Na história da vida real não é diferente, criamos laços, e somos por eles cativados. Quero dizer que me sinto muito agraciada e orgulhosa pelos laços que irei mencionar aqui, comprometo-me ainda a mantê-los!

A começar pela família, quero agradecer a pequena grande mulher da minha vida, minha querida Mamãe Maria de Jesus, que, durante toda a sua vida se doou com muito esforço e amor, em prol de seus 4 filhos. Mãe, obrigada por tudo, eu não teria chegado tão longe se não fosse por você!!! Por essa razão, dedico-te este trabalho, fruto do esforço desses anos de academia, nos quais passei longe de você, mas valeram a pena!! Te amo mamãe!!!

Agradeço ao meu pai, Bernardo Dutra Soares, apesar de não ter sido um pai muito presente e, de não tê-lo mais entre nós, quero registrar o meu carinho e, dizer que recordo com muitas saudades o tempo da infância, quando passava as férias de verão na casa da praia de Boa Viagem.

Agradeço ainda aos homens da minha vida, meus queridos irmãos: Juliano Carvalho, Clebson Carvalho e Anselmo Carvalho. Certamente, eu não seria a mesma pessoa se não fosse por vocês! Esse meu jeito ousada e aventureira, em parte devo a vocês, com quem aprendi a desfrutar a vida sem ter medo de viver. Amo muito vocês meus irmãos e meus amigos, meus lindos!!

Quero também demonstrar o meu afeto as minhas sobrinhas lindas, Raquelzinha e Laurinha, quero que saibam que a titia ama muito, muito vocês, e que sempre estarei aqui para o que der e vier.

Agradeço ao tio Fausto Reis e a tia Luzinete Reis (Dulce), que ao início dessa jornada quando vim morar em Florianópolis apoiaram-me, dando-me acolhida e o suporte necessário até ingressar na UFSC! Obrigada por tudo! Aproveito e deixo um beijinho grande às primas fofas: Laís e Hester!

Obrigada à prima Ivanilde Lisboa (Nilde), também foste muito importante nessa caminhada, especialmente ao início dessa aventura. Obrigada também ao tio Miguel Domaradzki – nunca esqueço das boas ações que fazem por mim! Aproveito também e deixo o meu agradecimento: a tia Paz, aos primos (a) Itevaldo, Marcilene, e a Deuzimar Barroso – pessoas que estimo muito!

Com o coração transbordando de alegria e gratidão, quero também mencionar meus amigos – outra parte gostosa da vida, e como diz a canção “Los Hermanos” de Mercedes Sosa: “Yo tengo tantos hermanos que no los puedo contar”.

Sinto-me uma pessoa muito agraciada, porque por onde andei conheci pessoas amadas, pessoas por quem tenho muito afeto, e por quem também fui ‘afetada’.

Faço questão de mencionar todos os meus queridos amigos, que ao longo da minha vida, foram e continuam sendo uma parte essencial da minha existência nesse mundo. Certamente, as pessoas que irei mencionar aqui, contribuíram de forma direta ou indiretamente para que hoje eu chegasse onde estou.

Então, vamos por partes, vou iniciar fazendo menção dos meus amigos especiais da “ilha do Amor” – também conhecida como a ilha de São Luís do Maranhão, de onde tenho minhas raízes.

Pra começar, quero deixar registrado aqui o meu carinho as amigas de infância: a Valternise Alves (Nisy) – amada, tenho saudades do nosso tempo de infância e adolescência, quando nos entretínhamos com conversas e brincadeiras, regadas a muita música. Amiga, obrigada pelo carinho e apoio mesmo à distância. O meu carinho também as irmãs da Matta (Elvana, Eline e Elzenir) com quem me diverti muito, pulando corda, brincando de casinha, subindo em árvores, entre outras coisas legais (risos). Um abraço fraterno as amigas e vizinhas, as irmãs Liliane e Lília Sobral, e, também ao Haroldo e Dona Antônia. Um abraço afetuoso a Jéssica, a Luciana Cristina e família.

Agradeço também aos amigos (a) da IASD Divinéia, corro o risco de deixar muita gente bonita e querida de fora dessa, mas quero que todos se sintam abraçados (a) nas pessoas de Erika Maia, Paula Fernanda, Tamires Mendes, Livinha Maria Duarte, Adriana Almeida, Fernando Lins, e, as queridas irmãs-vovós Nilze e Valda.

O meu carinho as colegas e amigas do C.E.M Professor Fernando Perdigão, em especial a Fernanda Monteles, a Nágila Cardoso e a Franciely Santos. Igualmente quero agradecer a amizade da minha querida amiga Ana Maria Pereira Silva – Enjoy (representando todos os colegas do Colégio Efraim), um abraço do tamanho o mundo, tenho muitas saudades de você, e de nossas aventuras do terceirão. Um beijo grande amiga!

E para findar essa parte, quero registrar o meu afeto e admiração ao meu amigo Manuel Neto (Manuuu!!!). Dizem por aí que "qualquer amizade que ultrapassa a marca de 7 anos é mais provável que dure uma vida inteira." – A nossa já deve estar entrando na

casa dos 12 anos, pois, se bem me lembro, desde os meus 15 anos que você não “larga do meu pé”! (risos). Manu, quero dizer-te que és especial pra mim e, que te gosto muito!!! Mesmo à distância, estás sempre presente na minha vida, obrigada por todo apoio que sempre me dás em todos os âmbitos da minha vida.

Bem, agora venho de forma muito especial agradecer aos meus queridos da “Ilha da Magia” – Floripa/SC. Quero começar falando dela, a minha melhor amiga catarinense, Tatiane Lohn (Tati), minha colega de curso – futura Assistente Social (que sem sombras de dúvidas, será uma ‘baita’ profissional, diga-se de passagem). Amiga, quero dizer-te que foi maravilhoso conhecer-te, e que sou imensamente grata por todos os momentos que vivenciei ao seu lado, tenho muitas saudades do tempo em que morávamos juntas, e frequentávamos as aulas. Não vou esquecer-me das nossas conversas – os momentos de aconselhamentos, de planejamentos, de estudos, reflexões, também, os momentos de choro, risadas, as nossas saídas e aventuras. Amiga, devo essa conquista a você também! Obrigada por todo apoio que sempre me deste, especialmente nos momentos de adversidades. Amo-te muito pinta! Sentirei saudades.

Aproveito ainda, pra deixar um grande abraço em nome da Tati, a todas as meninas do AP. Santa Paula – desejo sucesso e prosperidade na caminhada de cada uma vocês!

Quero registrar o meu afeto e agradecimentos aos meus queridos “Zoeiros da Moradia” da CEU/UFSC, lugar este, onde foi minha segunda casa estudantil. Meus bonitos guardarei na lembrança todos os momentos de pura alegria – nossos “junta panelas”, nossas conversas de café da tarde, nossas idas ao RU, nossos passeios, festinhas de aniversário, happy hour, enfim. Quero aqui mencionar a Suellen Dias (Susu) – menina meiga, gentil e “carente” (hehehe..) com quem compartilhei muitas aventuras. Susu, irei lembrar com muitas saudades dos nossos passeios na Lagoa da Conceição, trilhas, acampamento, praia e, do seu maravilhoso risoto. Obrigada por fazer parte desse momento especial de graduação!

Agradeço também a minha querida Andréia Pereira (Déia), moça determinada, esforçada, estudiosa, generosa (Aliás, generosidade deveria ser seu codinome). Déia admiro-te muito e, sinto-me orgulhosa de tê-la como amiga e colega de profissão. Vou sentir saudades dos nossos momentos de confidências, minha companheira de longas conversas e reflexões sobre a vida, amores, e, mais amores... (risos).

A amada Rocelle (minha mineira), pessoa divertida, observadora, faladora e sempre pronta a ouvir e aconselhar. Ôh Ro, vou sentir saudades suas minha flor, sentirei falta de

nossa reflexões e meditações espirituais. Olha, aproveito e mando um abraço fraternal ao seu boy magia Reginaldt Schmoeller (Regui)!

Não poderia deixar de mencionar a Krisstarah Lobo (moça do nome difícil de escrever) Kriss, nossa futura advogada. Amiga baladeira, divertida, e que não dispensa uma gelada, e muito menos uma boa praia. Querida um beijo, aproveito pra deixar um abraço ao boy magia Gilnei Pauli.

Um beijo grande ainda aos Brothers “zoeiros” Douglas Schons (Doug) – “conselheiro amoroso” e ao querido manezinho André Azevedo Vargas – o dançarino, sei que não fui uma aluna muito assídua, mas ainda assim sentirei de suas aulas de xotes.

O Meu carinho e agradecimento ao meu melhor amigo da ilha, o carioca Denis Queiroz – companheiro de aventuras, a minha estadia nessa universidade não seria a mesma se não tivesse conhecido você! Gosto muito de você, sorte na sua graduação amigo!

Um beijo grande ainda as pessoas bonitas: Odson Cruz, Fabi Triches, Candinho, Igor Tibúrcio, Henrique Switalski, Allan Serendipity, Ivan Gomes, Mauri – agregado argentino, Fran Rosa – querida colega de curso, Mari Niero – a Rosamund Pinke, ao menino Demetrio – obrigada por salvar-me sempre que surgia um problema de informática (você foi 10!). Obrigada ainda ao vô de adoção Leandro – pelo cuidado e incentivo.

Agradeço o aprendizado compartilhado com cada colega de quarto com quem convivi, de todas as que passaram pelo 341, das brasileiras as intercambistas – em especial, a Josiane Ferrando (Josi); um abraço fraterno também a minha atual colega do Ap. 303, a Priscila Pazini Abatti (Pri) e um abraço também ao Nicolas (Ni).

Obrigada a Mónica Sarniotti – minha querida mãe Argentina, em nome dela, deixo meu abraço fraternal a todos (a) amigos (a) intercambistas mais chegados (a) que conheci na ilha da magia, e, que fizeram parte da minha graduação.

O meu afeto e estima a minha querida amiga-irmã Ana Maria Borges Honorato, quero agradecer-te por lembres de mim em suas orações, obrigada por ser essa mulher tão graciosa e generosa, obrigada por toda força que me deste em minha graduação. Aproveito pra deixar um beijinho a minha pequena Mariam.

Quero ainda registrar o meu carinho a Camila Neves (representando os amigos da IASD Universitária) e a Camila Goetzinger – querida historiadora.

Também sou grata por todo aprendizado acadêmico/profissional e cultural, vivenciado por meio do intercâmbio realizado na cidade de San Miguel de Tucumán –

Argentina. Deixo um abraço afetuoso aos 17 colegas com quem convivi na casa da calle Mate de Luna – los “Gran Hermanos Tucumán”; um abraço ainda aos amigos del “CUAT” da IASD de Rivadavia, e aos colegas da Facultad de Trabajo Social da UNT.

Em especial, agradeço a minha melhor amiga estrangeira, la paraguaya Vanesa Isabella Frasier (Vaniiii), com quem tive o privilegio de conviver por 5 meses durante meu intercambio na Argentina. Atualmente, fazem 3 anos de existência de uma amizade singela, pura e verdadeira, e como diz a Vani: “Daqui hasta el cielo. Amiga “del alma”, obrigada por todo carinho, todo amor, apoio e dedicação que tens depositado em nossa amizade. Já não consigo imaginar a vida sem a sua amizade... De tudo o que realizamos juntas, especialmente as viagens, tudo foi muito precioso. Espero ainda poder compartilhar muitas e muitas outras aventuras contigo, por isso vou deixar registrado aqui o nosso plano mirabolante de fazer um mochilão pela América Latina rumo a Machu Picchu. Sem muitos rodeios, espero que isso aconteça em breve! Vamos trabalhar pra isso se tornar real! Hehehe. Besitos Vani, te quiero!!

E pra finalizar essa parte dos agradecimentos aos amigos, faço das palavras de François La Rochefoucauld as minhas: “A distância é como os ventos: apaga as velas e acende as grandes fogueiras”.

Quase por fim, agradeço a melhor Equipe Profissional de apoio técnico e acadêmico que tive. Sinto-me muito privilegiada por ter essas pessoas ao meu lado, auxiliando-me e motivando-me nesse momento tão decisivo, tão solene da minha vida acadêmico/profissional.

Pra começar, quero demonstrar todo o meu afeto, admiração e respeito a minha querida orientadora, a Prof. Dr. Andréa Márcia Lohmeyer Fuchs.

Andréa muitíssimo obrigada por tão prontamente teres me aceitado, por abraçar essa causa, por me orientar com tanta competência, paciência e dedicação. Obrigada por se doar, fazendo o seu melhor para que em conjunto concretizássemos esse trabalho de conclusão de curso da melhor forma possível. Obrigada por me ensinares, me motivares a cada orientação – preciso dizer-te que por vezes eu me encontrava aflita e insegura, mas a cada encontro, a cada abraço afetuoso (no início e no final da orientação), a cada palavra amiga e motivadora, a cada puxão de orelha (risos), eu voltava para casa mais convicta, mais segura, mais motivada a também dar o meu melhor. Quero ainda deixar registrado aqui o sonho cômico que tive com você: quando você entrou no meu quarto e eu dormia, então, tu disseste – “vamos acordando!! Bora fazer o 4 capítulo?!!!!” – depois disso eu



acordei mesmo! (risos). A Andréa é assim, uma professora tão presente que antes mesmo de recorrer a ela, ela vem ao nosso encontro – isso fez toda diferença! Professora comprometida e amiga!!

Por fim, quero dizer-te que, admiro-te muito e tenho muito orgulho de ter sido orientada por você. Andréa tu és um espelho, um exemplo profissional a ser seguido. Obrigada por tudo!!!! Um beijo e um abraço afetuoso bem apertado!!!

Obrigada também a querida Assistente Social Vismara Feldberg Lucas (Mara), minha ex-supervisora de estágio no CREMV, em nome dela, quero agradecer a toda equipe técnica do Centro de Referência da Mulher de Florianópolis pela oportunidade de aprendizado nessa instituição. Mara, digo mais, admiro-te muito, levarei comigo teu bom exemplo de uma excelente profissional. Obrigada por todo suporte acadêmico/profissional, obrigada ainda pelos conselhos que me fizeram ter discernimento para tomar as melhores decisões em tempos oportunos. Amada, um abraço fraterno!

Como parte dessa equipe, quero agradecer também ao querido Juan Carlos Debali, que deixou o meu TCC uma lindeza, conforme as normas da ABNT. Juan muito obrigada pela sua contribuição, pela dedicação, pois, além do seu excelente trabalho, ressalto ainda o teu bom humor, porque constatei que pra você não existe tempo feio! (risos). Aproveito ainda pra dizer que eu super-recomendo! Pra quem estiver lendo esse TCC e ainda não encontrou um revisor, fica a dica!

Obrigada também as participantes da banca, pelo aceite do convite em participar desse processo de avaliação e contribuição do TCC, à professora Dra. Edilane Bertelli e a Assistente Social Vismara Feldberg Lucas.

Também não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, essa grande escola-mãe que me acolheu, deu-me condições de permanência e me proveu de conhecimento e de grandes oportunidades. Obrigada UFSC por ter-me proporcionado os melhores anos de graduação; oportunizando-me um leque gigantesco de aprendizados e experiências acadêmicas, profissionais, culturais e também pessoais. Obrigada a todos os professores (a) de quem já fui aluna, em especial, ao corpo docente do departamento de Serviço Social da UFSC. Agradeço ainda aos colegas do Projeto de extensão da UFSC, o PET Saúde da Família; obrigada também ao COMDIM, espaço este, onde estagiei por dois semestres e apreendi muito do que hoje tenho por consciência a respeito da luta das mulheres por igualdade de gênero e pelos seus direitos, o meu abraço especial à Sheila Sabag e a Maria da Graça Bittencourt. Agradeço aos lindos colegas

“amarelinhos” do Projeto Rondon USFC – Operação Velho Monge, realizado na cidade de Alto Longá no Piauí, em janeiro de 2014, em especial deixo meu abraço ao prof. Alexandre Nogueira, prof. Edmilson Klen, às colegas Petra Viebrantz, a Suellen Speck e a Denise Aguiar, em nome de todos.

Por fim, e não menos importante, quero dar graças acima de tudo, a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Pois, acredito que por meio Dele todas essas coisas vieram a acontecer. Obrigada Deus por me dares a oportunidade de nascer, viver, crescer e aprender! Obrigada Deus porque a minha existência nessa terra é uma aventura feliz. Sou imensamente grata, bem sabes disso! Sou grata por tudo o que vivi até hoje, e serei até o último dia de vida. Muito obrigada pelo teu cuidado, pela tua proteção, pelo teu amor incondicional, pelo teu carinho. A Ti dedico o meu fôlego de vida, o meu carinho, o meu amor!!! Ebenézer!!!

*“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar”.*

*(William Shakespeare)*

## **GRACIAS A LA VIDA**

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me dio dos luceros que cuando los abro  
Perfecto distingo lo negro del blanco  
Y en el alto cielo su fondo estrellado  
Y en las multitudes el hombre que yo amo*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me ha dado el oído que en todo su ancho  
Graba noche y día grillos y canarios  
Martirios, turbinas, ladridos, chubascos  
Y la voz tan tierna de mi bien amado*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me ha dado el sonido y el abecedario  
Con él, las palabras que pienso y declaro  
Madre, amigo, hermano  
Y luz alumbrando la ruta del alma del que estoy amando*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me ha dado la marcha de mis pies cansados  
Con ellos anduve ciudades y charcos  
Playas y desiertos, montañas y llanos  
Y la casa tuya, tu calle y tu patio*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me dio el corazón que agita su marco  
Cuando miro el fruto del cerebro humano  
Cuando miro el bueno tan lejos del malo  
Cuando miro el fondo de tus ojos claros*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto  
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto  
Así yo distingo dicha de quebranto  
Los dos materiales que forman mi canto  
Y el canto de ustedes que es el mismo canto  
Y el canto de todos que es mi propio canto*

*Gracias a la vida, gracias a la vida.*

*(Mercedes Sosa<sup>1</sup>)*

---

<sup>1</sup> Mercedes Sosa foi uma cantora argentina, nasceu na cidade de San Miguel de Tucumán, no dia 9 de julho de 1935. Ela se tornou uma das cantoras mais famosas na América Latina, a sua música, tem raízes na música folclórica Argentina.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercedes\\_Sosa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercedes_Sosa)

*Dedico este trabalho à minha mãe, Maria de Jesus Carvalho –  
Como forma de demonstrar meu amor e carinho,  
Minha gratidão.*

## RESUMO

SOARES, A. C. C. **Os desafios no atendimento à mulher em situação de violência:** Uma análise a partir do centro de referência da mulher (CREMV) em Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. UFSC/CSE/DSS, 2014.

Nas últimas décadas, os temas relacionados à violência contra a mulher e à desigualdade de gênero ganhou maior visibilidade, tornando-se objeto de debate, sobretudo, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, quando as feministas passaram a ressaltar a violência contra a mulher numa perspectiva de relações de gênero, configurando-a como um mecanismo de dominação e opressão masculina. Em Florianópolis, o Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CREMV) – que integra a rede de atendimento à mulher em situação de violência – criado em 2009, está ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (2006), da Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Presidência da República (SPM/PR), o CREMV é um equipamento que compõe o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da SPM/PR, que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações de acolhimento e orientação à mulher em situação de violência. O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu analisar os impasses políticos e técnicos resultantes das mudanças metodológicas do atendimento à mulher em situação de violência do CREMV em Florianópolis, em razão desse equipamento estar inserido na SEMAS, bem como a relação desse equipamento com a Política Nacional de Assistência Social e a Política Nacional de Enfretamento à violência contra a Mulher. Para tanto, realizamos uma pesquisa empírica, de natureza quanti-qualitativa, utilizando para a coleta e análise de dados – como *fonte primária* – a realização de 6 entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos em diferentes instâncias da política de direitos e de enfrentamento à violência contra a mulher; a análise de documentos referenciais metodológicos – como *fonte secundária* – de ambas as políticas no enfrentamento a essa violência. Os resultados da pesquisa apontam que o fato do CREMV estar inserido na SEMAS não retarda a implementação da política da mulher no município. Contudo a criação de uma secretaria municipal da mulher no município fortalecerá a referida política e as conquistas históricas das mulheres nessa luta. Ademais, a criação de uma secretaria da mulher possivelmente permitirá que o atendimento do CREMV seja realizado conforme preconiza a política da Secretaria de Política para Mulheres, tendo em vista que o enfrentamento à violência contra a mulher requer um entendimento e abordagem diferenciados, considerando a desigualdade de gênero como um importante motivador da constante violação de direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Gênero. Patriarcado. Direitos. Política pública.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 - Relações de entrevistadas e instituições – 2014 .....</b>	<b>27</b>
<b>Quadro 2 - Comparativo entre normativas internacionais. ....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 3 - Perfil das entrevistadas.....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro 4 – Aspectos positivos e negativos da relação CREMV e SEMAS.....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 5 - Aspectos positivos e negativos do modelo de metodologia CREMV .....</b>	<b>88</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Modelo de família patriarcal no início do século XIX .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 2 - Ciclo da Violência .....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 3 - Fluxograma de atendimento do CREMV .....</b>	<b>84</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registros de violência contra mulheres atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013 .....	39
Tabela 2 - Mulheres em situação de <i>violência física</i> atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013 .....	42
Tabela 3 - Mulheres em situação de <i>violência psicológica e moral</i> atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013 .....	43
Tabela 4 - Mulheres em situação de <i>violência sexual</i> atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013 .....	45
Tabela 5 - Mulheres em situação de <i>violência patrimonial</i> atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013 .....	46
Tabela 6 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2009).....	89
Tabela 7 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2010).....	90
Tabela 8 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2011).....	91



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil do Agressor.....	38
Gráfico 2 - Registros de violência contra mulheres atendidas no CREMV – (2009 a 2013).....	40
Gráfico 3 – Registros no CREMV de violências contra a mulher nos anos de 2010-2011 .....	41
Gráfico 4 - Comparativo entre os anos dos registros de <i>violência física</i> contra mulheres atendidas no CREMV .....	42
Gráfico 5 - Comparativo entre os anos dos registros de <i>violência psicológica</i> contra mulheres atendidas no CREMV .....	44
Gráfico 6 - Comparativo entre os anos dos registros de <i>violência sexual</i> contra mulheres atendidas no CREMV .....	45
Gráfico 7 - Comparativo entre os anos dos registros de <i>violência patrimonial</i> contra mulheres atendidas no CREMV .....	46

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGENDE	Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
CEM	Coordenadoria Estadual da Mulher
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CMCF	Conselho Municipal da Condição Feminina de Florianópolis
CREMV	Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CF/88	Constituição Federal do Brasil
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
DOM	Diário Oficial do Município
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
IML	Instituto Médico Legal.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
MCREMV	Metodologia do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência
NTUCREMV	Normas Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM/PR	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: OLHARES CONCEITUAL E SÓCIO-HISTÓRICO .....</b>	<b>29</b>
2.1	CONCEITO DE VIOLÊNCIA .....	29
2.2	PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	32
2.4	AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....	36
2.5	O CICLO PERVERSO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES .....	47
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>49</b>
3.1	NORMATIVA INTERNACIONAL E NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES .....	49
3.2	A POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES NO BRASIL .....	55
3.3	OS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA À MULHER EM FLORIANÓPOLIS - SC.....	64
<b>4</b>	<b>O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO AS MULHER E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>69</b>
4.1	O CREMV NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: BREVE HISTÓRICO .....	71
4.2	ASPECTOS POLÍTICOS-INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO CREMV NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS .....	75
4.3	AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS A PARTIR DA INSERÇÃO DO SERVIÇO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LIMITES E AVANÇOS .....	82
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>104</b>
	<b>APÊNDICE C - QUADRO DE ANÁLISE DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO - DADOS ESTATÍSTICOS .....</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno complexo que atinge milhares de mulheres em todo o mundo, independente de classe, raça, etnia, cultura, credo religioso, ou idade. Nas últimas décadas, os temas relacionados à violência contra a mulher e à desigualdade de gênero ganharam maior visibilidade, tornando-se objeto de debate, sobretudo, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, quando as feministas passaram a ressaltar a violência contra a mulher numa perspectiva de relações de gênero, configurando-a como um mecanismo de dominação e opressão masculina.

A respeito da violência contra a mulher, compreende-se que “tal fenômeno se insere numa estrutura patriarcal da sociedade, sendo necessário antes, compreender e explorar tal estrutura para se chegar as razões do por que da existência da violência de gênero” (SABADELL, 2005 *apud* MACHADO, 2007, p. 56).

Em se tratando de violência, o termo em uso, em sua definição mais reiterada significa fazer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo do qual não tem vontade. Neste sentido, compreende-se a violência como um fenômeno que se impõe de forma contrária à vontade de uma pessoa.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS entende-se violência como:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou na comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (DAHLBERG, 2014, p. 1165).

A respeito dessa problemática, dados da pesquisa realizada e publicada no Mapa da Violência de 2012 (WAISELFISZ, 2012) aponta que nos 30 anos decorridos, a partir de 1980, foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato.

A pesquisa revela ainda que segundo dados da Organização Mundial de Saúde – OMS, entre os anos de 2006 e 2010, num contexto de 84 países do mundo, o Brasil ocupa a 7ª colocação em relação a homicídios contra mulher. Já entre os estados da federação, Santa

Catarina fica na 23ª posição nos casos de feminicídios<sup>2</sup> e entre as capitais, Florianópolis fica na 22ª colocação.

Em outra pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) os dados informam que aproximadamente 40% de todos os feminicídios no mundo são praticados pelos parceiros íntimos, sendo estes, os principais assassinos de mulheres. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados, ou seja, a proporção de mulheres assassinadas por parceiros é 6,6 vezes maior do que a proporção de homens. Isso denota que a violência praticada contra a mulher, se caracteriza especialmente pelas desigualdades de gênero, ou seja, pela prevalência e opressão do homem sobre a mulher.

Ainda no Brasil, segundo dados de 2013 publicados pela Central de Atendimento à Mulher – Disque 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR revelam que o número de registros de denúncias de violências contra a mulher atingiu 532.711, totalizando quase 3,6 milhões de ligações desde que o serviço foi criado em 2005. Os dados apontam ainda que em 81% dos casos relatados os autores das agressões contra a mulher têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas (COMPROMISSO E ATITUDE, 2013).

Foi com a finalidade de combater essa problemática que se buscou criar mecanismos legais, tanto no âmbito mundial como nacional, a fim de coibir a violência contra a mulher. Em nível mundial, foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que o Direito Internacional adotou tratados e pactos internacionais que integram um sistema normativo de proteção aos direitos humanos, incluído, o direito a proteção às mulheres em situação de violência. Contudo, foi a partir da incessante luta dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que surgiu a importante Convenção de “Belém do Pará”, realizada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos – OEA, que ampliou a proteção aos direitos humanos das mulheres e promoveu a luta pela prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Essa Convenção foi ratificada no Brasil em 27 de novembro de 1995, incorporando a problemática de gênero nas questões que circundam a violência feminina (PIOVESAN, 2006).

---

<sup>2</sup> O termo feminicídios (ou femicídios) está relacionado à mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero. Esses crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem (GARCIA, 2014).

No Brasil, as primeiras iniciativas em relação à questão da violência contra as mulheres estavam voltadas, a princípio, para as denúncias dos casos. Somente, num segundo momento, essas ações se efetivaram na forma de criação de serviços específicos de atendimentos à mulher, como os SOS Mulher e as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher em situação de violência – DEAM (LISBOA, 2005).

Nesse percurso de tratar a questão da violência contra a mulher na agenda pública brasileira, no ano de 1985 criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, órgão de caráter consultivo com o objetivo de promover políticas sociais para as mulheres, buscando, por meio de ações, garantir a equidade de gênero. Com o *slogan* “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”, o CNDM contribuiu na elaboração da Constituição Federal de 1988 – CF/88 (BRASIL, 1988), com propostas que exigiam modificações na legislação que contemplasse a igualdade de gênero (LISBOA, 2005).

O movimento social, e a sua participação no processo da Constituinte, permitiram que os direitos das mulheres fossem contemplados na CF/88; especificamente no campo dos Direitos e Garantias Fundamentais, a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inciso II); que afirma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo preservado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Art.5º inciso I) – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da lei”.

No entanto, mesmo diante de tais avanços, até o ano de 2003 as iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam, em geral, ações fragmentadas, sendo basicamente a capacitação de profissionais da rede de atendimento e a criação de serviços, especificamente as Casas Abrigos e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs.

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR,<sup>3</sup> em 2003, por meio da Lei Federal nº 10.683/2003 as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher foram ampliadas, passando a incluir também ações integradas de prevenção e de combate à violência, bem como, de garantia de direitos das mulheres. A partir de então, foram criados em âmbito estadual e municipal os Conselhos de Direitos das Mulheres, as Coordenadorias Especiais das Mulheres, como também, as Conferências<sup>4</sup> Estaduais e Municipais de mulheres.

---

<sup>3</sup> Atualmente com *status* de Ministério.

<sup>4</sup> Conferência é uma instância de participação social, geralmente convocada pelo poder público Federal. Tem por objetivo institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, controle e gestão de uma determinada política ou de um conjunto de políticas públicas. É um espaço de debates por excelência, no qual um conjunto de pessoas se reúnem para discutir acerca de temas específicos (CONSORCIAL LIVRE BH, 2012).

No ano de 2004 foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, resultado de um amplo debate nacional a partir de um processo participativo dos movimentos de mulheres, ocorrido na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2005, como mencionado anteriormente, é criada a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, um serviço de atendimento telefônico da SPM/PR que tem como objetivo disponibilizar um espaço para a mulher se manifestar e denunciar acerca dos casos de violência de gênero sofrida.

Três anos após a criação da SPM/PR foi criada a Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha,<sup>5</sup> representando um importante marco legal brasileiro na proteção e coibição da violência contra as mulheres. A Lei tipifica a violência doméstica e familiar contra as mulheres como danos causados contra a integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral da mulher.

Em se tratando das políticas de enfrentamento a violência contra a mulher em âmbito estadual, criou-se em Santa Catarina a Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM no ano de 2006, por meio da Lei Complementar n.º 358/2006, vinculada ao Gabinete da Chefia do Executivo do Governador. A CEM por sua vez, tem por finalidade assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher.

Já no âmbito municipal, na capital catarinense, o então prefeito Dário Elias Berger, assinou no dia 26 de abril de 2007, o “Acordo de Cooperação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Prefeitura Municipal de Florianópolis”. Tal acordo, prevê a garantia da implementação das ações estabelecidas no “Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres” – especialmente no que se refere o capítulo IV, que trata do enfrentamento à violência contra as mulheres, ressaltando que:

Cabe ao Estado adotar uma política sistemática e continuada em diferentes áreas. A intervenção deve se caracterizar pela promoção e implementação de políticas públicas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, construindo uma rede de ações e serviços. As redes devem articular assistência jurídica, social, serviços de saúde, segurança, educação e trabalho. Os serviços e organizações que compõem as redes incluem: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Delegacias Comuns, Centros de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias

---

<sup>5</sup> Maria da Penha foi uma mulher que sofreu violência doméstica e familiar. Em 1983, por duas vezes, seu marido tentou assassiná-la. Na primeira tentativa por arma de fogo, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como a paraplegia e outras sequelas. Maria da Penha transformou sua dor em luta, a tragédia em solidariedade (GAAB, 2014).

Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigo (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, foi criada em Florianópolis, no dia 05 de maio de 2008 a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPP por meio da Lei Municipal nº 7625/2008. A Coordenadoria que se caracteriza como um órgão articulador das políticas públicas trabalha com toda rede de atendimento à mulher, tanto na esfera governamental como não governamental, tem por objetivo primordial assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos direcionados à área da mulher. Nesse mesmo ano, 2008, criou-se também o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, por meio da Lei Municipal de nº 7682/2008 (FLORIANOPOLIS, 2008); cabe registrar que esse Conselho já existira no município,<sup>6</sup> porém, com o nome de Conselho Municipal da Condição Feminina, que até então, estava desativado.

O COMDIM por sua vez se define como:

Órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas (FLORIANOPOLIS, 2008).

No ano seguinte, em 2009, inaugurou-se no município o Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência – CREMV. Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (BRASIL, 2006) o CREMV é um equipamento essencial que compõe o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da SPM/PR, pois, visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência. Os Centros de Referência da Mulher caracterizam-se como espaços de

---

<sup>6</sup> O Conselho Municipal da Condição Feminina de Florianópolis - CMCF foi criado em 16 de junho de 1987 por meio da Lei nº 2.598. Este Conselho esteve ativo por três anos, sendo desativado no governo de Esperidião Amim. Após 20 anos, o movimento de mulheres de Florianópolis conseguiu articular uma nova comissão de representantes para retomar a proposta de criação do conselho, o que ocorreu em 22 de julho de 2008 com a criação do COMDIM - por meio da Lei de nº 7682 (SEBASTIÃO, 2010).



acolhimento/atendimento psicológico, social, de orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência.

No entanto, vale ressaltar que no município de Florianópolis, em razão da não existência de uma Secretaria Municipal de Política para Mulheres, o CREMV está ligado, desde a sua criação, à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, na Proteção Especial de Média Complexidade, de modo que vem sendo provido financeiramente por esta Secretaria e tem sua direção política dada por essa Secretaria.

Em razão dessa característica peculiar, o CREMV de Florianópolis teve sua metodologia de atendimento adaptado à Política de Assistência Social que se caracteriza pela Matricialidade Sóciofamiliar<sup>7</sup>. Por outro lado, a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência caracteriza os CREMV's como um equipamento essencial da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, portanto, um serviço de caráter especializado no atendimento à mulher. Por tais razões, em 2013 houve uma constante movimentação e articulação por parte do Conselho Municipal da Mulher – COMDIM, que buscou o diálogo em reuniões entre os representantes da SEMAS e do CREMV para discutir acerca da forma metodológica do atendimento deste, tendo em vista que tanto a SPM/PR e as Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência definem o equipamento e serviço diferentemente do que pensa a Política de Assistência Social, constituindo-se assim uma ambigüidade que vai refletir na metodologia do serviço. Nesse sentido, o objeto de pesquisa nesse trabalho de conclusão de curso visa analisar os impasses políticos e técnicos-administrativos que se apresentaram como consequências dessa relação entre as duas concepções metodológicas postas, que, vão refletir no serviço, bem como, na política de atendimento à mulher em situação de violência no município de Florianópolis.

Vale ressaltar ainda, que o interesse pelo estudo da temática em questão emergiu da experiência acadêmica enquanto estagiária no Centro de Referência da Mulher – CREMV; somado a ausência, até o presente momento, de trabalho de acadêmicos/pesquisas sobre a referida instituição e seu serviço, o que possibilitará uma contribuição ao debate sobre o atendimento às mulheres em situação de violência no município.

---

<sup>7</sup>A Matricialidade Sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Segundo a PNAS, a família, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (BRASIL, MDS, 2005- Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004).

Diante do exposto, a questão central que envolve o problema de pesquisa é: “Quais as implicações políticas e técnicas no serviço do CREMV no atendimento à mulher em situação de violência, a partir da sua inserção na Secretaria Municipal de Assistência Social?”

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral tem como base analisar a luz das Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher, elaborado pela SPM/PR, as implicações políticas e técnicas no atendimento do Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência – CREMV, a partir das adequações metodológicas de atendimento, desde a sua criação/inserção na SEMAS/Florianópolis. Quanto aos objetivos específicos, determinamos: a) Comparar as concepções metodológicas do Atendimento do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência da Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis e da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da SPM/PR; b) Identificar a partir das falas dos profissionais que atuam no CREMV os pontos positivos e negativos quanto aos aspectos políticos e técnicos no enfrentamento à violência contra a mulher; c) Sistematizar as informações estatísticas relativas aos atendimentos realizados pelo CREMV.

A fim de responder ao problema de pesquisa e chegar ao objetivo proposto, optou-se pela abordagem de natureza quanti-qualitativa; a pesquisa quantitativa geralmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos.

Já a pesquisa qualitativa, por sua vez, se caracteriza, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo, geralmente associada à pesquisa exploratória interpretativa (MORESI, 2003). No entanto, ainda que as pesquisas quantitativas e qualitativas ofereçam perspectivas diferentes, elas não necessariamente são opostas. Nesse sentido, Minayo (1996, p. 22) complementa dizendo que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, pelo contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia”.

Quanto à unidade de análise empírica da pesquisa compreende o Centro de Referência e Atendimento a Mulher em Situação de Violência – CREMV de Florianópolis.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados optou-se como *fonte primária* a realização de 8 entrevistas semiestruturadas (QUADRO 1).

**Quadro 1 - Relações de entrevistadas e instituições – 2014**

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE ENTREVISTADAS	PROFISSIONAL DE REFERÊNCIA
Centro de Referência da Mulher – CREMV	04	02 – Assistentes Sociais 01 – Psicóloga 01 – Advogada
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM	01	01 – Presidente
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	01	01 - Assistente Social
Coordenadoria municipal de Políticas para mulher – CMPPM	01	01 - Assistente Social
Diretoria Especial de Média e Alta Complexidade – SEMAS	01	01 – Assistente Social
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	<b>08</b>	

**Fonte:** Elaboração própria, 2014.

Como critério de inclusão para a escolha dos sujeitos da pesquisa, considerou-se o fato de os sujeitos estarem envolvidos em diferentes instâncias da política de direitos da mulher e de enfrentamento à violência, as quais possuem um importante papel nesse processo de interpretação da realidade, possibilitando assim a reinterpretação da realidade pela pesquisadora à luz do referencial teórico-conceitual definido nos marcos desse TCC. Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). As entrevistas foram gravadas com a prévia autorização dos sujeitos (APÊNDICE B), assegurando o anonimato,<sup>8</sup> e transcritas para análise a partir de um quadro de análise de entrevistas (APÊNDICE C). Esse quadro de análise baseou-se na técnica adaptada de análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003), que consiste numa proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos.

Para Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 16), esta técnica:

[...] consiste em selecionar, de cada resposta individual a uma questão, as expressões-chave, que são trechos mais significativos destas respostas. A essas expressões-chave correspondem ideias centrais que são a síntese do conteúdo discursivo manifestado nas expressões-chave.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos seguimos rigorosamente as determinações previstas na resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/2012 que trata das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos.

<sup>8</sup> Para garantir o anonimato identificamos os entrevistados por códigos: A1, B2, C3, D4, E5, F6, G7 e H8.

Sendo assim, as entrevistas precederam a assinatura do TCLE devidamente assinados pelos sujeitos da pesquisa (APÊNDICE C).

Como *fontes secundárias* definimos pela análise de documentos institucionais do CREMV, da Política de Assistência Social, bem como, da SPM/PR, incluído as Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher, elaborado pela SPM/PR, bem como a sistematização de dados estatísticos do atendimento do CREMV nos anos de 2009 a 2013 e pesquisas publicadas por organismos oficiais sobre a violência contra mulheres.

O presente TCC está estruturado da seguinte forma: no capítulo 2 abordaremos acerca das Relações de Gênero e Violência contra a Mulher – inicialmente são apresentadas as concepções de violência em seu âmbito macro-estrutural, logo após, é feito um breve resgate teórico-conceitual acerca do Patriarcado e dos papéis socialmente estabelecidos entre homens e mulheres; na sequência, abordaremos sobre o conceito de gênero, introduzindo, a concepção de violência de gênero. Por fim, se abordará sobre os tipos violências contra a mulher e o ciclo da violência.

No capítulo 3 trataremos sobre a Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assim, iniciaremos fazendo um resgate das principais Normativas Internacionais, que tratam a respeito dos direitos humanos e, na sua especificidade, os direitos humanos das mulheres; bem como, abordaremos também as normativas nacionais que fazem referencia ao enfrentamento a violência contra a mulher. Após, falar-se-á sobre a Política Pública para mulheres no Brasil, nesse tópico, iremos apresentar as diferentes definições para a palavra Política. Faremos ainda um resgate dos principais equipamentos, serviços e normativas que abrangem a política de direitos da mulher, ademais, os que compõem a rede de atendimento a mulher em situação de violência no âmbito municipal de Florianópolis.

Por fim no capítulo 4 apresentaremos os resultados e a análise da pesquisa acerca do CREMV. Iniciaremos fazendo um breve resgate da historicidade do CREMV, em seguida, trataremos dos aspectos políticos-institucionais, a partir da análise da realidade do CREMV de Florianópolis. Por fim, será apresentado as implicações políticas e técnicas no que diz respeito à inserção do CREMV na SEMAS; apresentaremos os limites e desafios das particularidades desse equipamento em Florianópolis, finalizando com a análise de alguns dados estáticos do CREMV sobre a violência contra a mulher. Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende contribuir com o debate político e técnico acerca do atendimento as mulheres em situação de violência em Florianópolis.

## 2 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: OLHARES CONCEITUAL E SÓCIO-HISTÓRICO

*“A desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero”.*

**(Célia Amorós)**

Para adentrarmos na temática sobre o Centro de Referência da Mulher – CREMV e os seus desafios técnicos e políticos no atendimento à mulher em situação de violência, primeiramente, faz-se necessário compreender algumas categorias analíticas. Desse modo, pretende-se nesse capítulo recuperar de forma sucinta como historicamente as relações sociais e culturais entre homens e mulheres foram estabelecidas e como essas relações se consolidaram em desigualdades, gerando a violência de gênero. Sendo assim, primeiramente será abordada a concepção de violência no seu contexto estrutural e significado mais amplo; na sequência será apresentado um breve contexto histórico-conceitual sobre patriarcado e concepção de gênero, correlacionando essas categorias com a problemática da violência contra a mulher. Por fim pretende-se explicitar as diferentes formas de violência contra a mulher e o ciclo da violência.

### 2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno complexo e multidimensional que perpassa todos os modelos de sociedade. Com efeito, vivemos numa sociedade eminentemente capitalista, que por sua vez, aprofunda mais ainda as disparidades políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, a problemática da violência se configura em nossa sociedade como uma expressão da questão social, sendo esta compreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Em outras palavras a autora reafirma que a questão social diz “respeito às disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero,

características étnico-raciais e formações regionais, numa luta surda pela cidadania” (IANNI, 1991 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Nesse sentido, compreende-se que a violência pode ser uma problemática aliada e/ou mesmo agravada por questões estruturais; a respeito disso, a violência estrutural é aquela que incide sobre a condição de vida dos sujeitos, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulneráveis suas condições de vida (PEIXOTO et al, 2012 *apud* ELESBÃO, 2014). Numa perspectiva conceitual mais abrangente, a violência é classificada como: estrutural, institucional e interpessoal (BRASIL, 2008; PEIXOTO et al, 2012 *apud* ELESBÃO, 2014) – Importante destacar que essa categorização é apresentada para fins de compreensão didática, pois, uma forma mais explícita de violência a um determinado segmento da sociedade pode conter simultaneamente todas as demais formas de violência. Sua categorização, porém, facilita a compreensão teórica dos fenômenos complexos pelas suas multifacetadas causas.

A violência estrutural é caracterizada “pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural” (MINAYO, 1993 *apud* ELESBÃO, 2014, p. 19). Ou seja, a violência estrutural é “a violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (MINAYO, 1993 *apud* ELESBÃO, 2014, p. 19).

De certo modo, a violência estrutural tende a ser naturalizada por apresentar um caráter de perpetuidade e por não ser operacionalizada diretamente pelos indivíduos, como se não houvesse mediação daqueles que detêm o poder. Esse tipo de violência tende a repercutir de maneira muito direta na vida dos sujeitos, podendo ser observada na forma da precarização do trabalho, das desigualdades salariais, no desemprego estrutural, na falta de moradias, saúde, educação, lazer, bem como, na falta de acesso aos bens que pressupõe as condições dignas da pessoa humana, como o suprimento de suas necessidades vitais básicas.

Por outro lado, a violência institucional é compreendida como aquela que permeia instituições públicas e privadas.

Apresenta-se na relação do servidor/trabalhador com o usuário/paciente, podendo ser manifestada de diferentes formas, entre elas: discriminação (de gênero, étnico-racial, econômica etc.), carência (material, pessoal etc.), falta de escuta e uso de poder; negligência e ineficácia no atendimento (caracterizadas pelo despreparo, desinteresse e/ou incompetência) (ELESBÃO, 2014, p. 21).

Já a violência interpessoal se configura na relação direta de uma pessoa sobre a outra, podendo ser caracterizada em três modalidades: física, psicológica e sexual. A violência interpessoal pode ainda ser classificada como: violência extrafamiliar, violência doméstica e violência intrafamiliar.

Segundo Guerra (1985) a violência extrafamiliar refere-se aquela que é perpetrada por pessoas que não fazem parte do núcleo familiar (seja por relação parental ou convivência do ambiente doméstico da vítima). Já a violência intrafamiliar se apresenta como sendo:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir a função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001 *apud* MOREIRA e SOUZA, 2012, p. 15).

Ainda a violência doméstica, por sua vez, caracteriza-se como aquela ocorrida no âmbito doméstico, e não necessariamente o agressor tem relação ou função parental, no entanto, convive no ambiente doméstico da vítima. Contudo, em se tratando da conceituação da violência propriamente dita, em seu sentido mais reiterado, Teles e Melo (2003, p. 13), a definem como: “o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo da qual não tem vontade”. Consideram ainda, como algo que “denota constrangimento, que proíbe a liberdade do outro, que impede a pessoa de manifestar o seu desejo e a sua vontade, sob a pena de viver uma constante ameaça, podendo até mesmo ser lesionada ou morta”. Sendo assim, entende-se que a violência é compreendida como um fenômeno que se impõe de forma contrária à vontade de uma pessoa.

Complementando, Chauí (1985, p. 35) define violência como uma:

Relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Nesse sentido, Araújo (2002, p. 23) compreende a violência como a coisificação do sujeito, como algo caracterizada “pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência”.

Com efeito, compreende-se então, que a violência trata-se um fenômeno no qual se anula a liberdade e as vontades de uma pessoa, submetendo-a ao poder opressor e dominador de outrem, inferiorizando-a, e ferindo a integridade física, psíquica e moral do sujeito.

Sendo assim, veremos a seguir, como o patriarcado e as desigualdades nas relações entre homens e mulheres contribuíram e ainda contribuem para legitimar a violência, sobretudo, a violência de gênero.

## 2.2 PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Por muito tempo, a história da humanidade fora contada e escrita pelos homens, enquanto às mulheres eram subjugadas ao “segundo plano” em relação aos grandes feitos da humanidade. Limitadas aos espaços domésticos, quer seja em castelos, palácios ou simples moradias, as mulheres não tinham vez e nem voz na história escrita pelos homens. Segundo Vasconcelos “enquanto as mulheres estavam reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história” (VASCONCELOS, 2005 *apud* FOLLADOR, 2009, p. 4).

Os homens por sua vez, ocupavam os espaços públicos, considerados espaços importantes, pois, era ali, onde ocorriam os grandes acontecimentos da história da humanidade, preconizada majoritariamente por eles. Na Grécia Antiga a cidadania era conferida aos “homens”, estando fora dessa classificação os estrangeiros, os escravos e as mulheres (PINSKY e PINSKY, 2004).

No Brasil, não fora diferente,

Por muitos anos as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado e a própria existência de fenômenos como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil no século XIX (HAHNER, 1981, p. 24).

Como mencionado por Hahner (1981) as mulheres estiveram desfiguradas da história da sociedade brasileira, enquanto os homens desempenhavam “importantes ações”. Essas definições de papéis foram sendo culturalmente inseridas no imaginário do pensamento social brasileiro, incluído no pensamento da própria mulher em sua condição subalterna, impostas, sobretudo por um modelo patriarcal, que serviu de parâmetro para as definições de papéis da família brasileira.



Foi a partir do Brasil colonial, sob as condições que estabelecia uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, bem como, associada a fatores como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, que surgiu um tipo de sociedade paternalista (SAMARA, 1998).

O patriarcado, como base da sociedade familiar de um Brasil colonial, pautava-se no núcleo conjugal e na autoridade masculina. O patriarca, chefe ou coronel, detinha não somente o poder econômico e político, mas, como chefe de família, também exercia sua autoridade sobre a mulher, filhos, escravos e demais agregados que estavam sob a sua tutela (FREYRE, 1933 *apud* BRUSCHINI, 1993). Esse contexto apresentado foi amplamente retratado pelas artes, sendo possível visualizá-lo na imagem clarificada da mulher e filhos submissos, e a do homem dominador, conforme representado na figura a seguir:

**Figura 1 – Modelo de família patriarcal no início do século XIX**



**Fonte:** Jean-Baptiste Debret *apud* Westin e Sasse 2013.

A família patriarcal fundamenta-se na autoridade do homem, tendo como premissa a sexualidade deste estimulada e reforçada, enquanto a mulher (submissa ao marido) tem a sua sexualidade reprimida. Nesse sentido, Bruschini (1993) caracteriza a família patriarcal pelo controle exercido sob a sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins somente, de herança e sucessão.

Há inclusive, no pensamento sociológico brasileiro um reforço à dominação masculina e a ideia do papel secundário e inferior atribuído à mulher por meio da afirmação de Gilberto

Freyre (1990). Esse por sua vez caracterizou a mulher como sendo a esposa dócil, submissa, ociosa e indolente; contudo, uma mulher que desempenha um importante papel na educação dos filhos, na gerência do domicílio, assumindo incluso, o papel de chefe do lar, na ausência do patriarca.

Nesse sentido, o regime patriarcal caracterizou-se, portanto, pelas relações autoritárias e de mando, centrada na figura do homem como um ser de privilégios. A organização familiar girava em torno do patriarca, a mulher e os filhos, bem como, os escravos, estavam subordinados à autoridade do mesmo, que por sua vez, se sobressaia à força, a intelectualidade, autoridade e poder.

Para Castells (2003) o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. O autor afirma que as relações de desigualdades entre homens e mulheres que geram a violência e legitimam a dominação sexista teve sua origem na cultura patriarcal.

Saffioti (2004) vai além, ao afirmar que o patriarcado está em constante transformação. A autora exemplifica o caso da Roma antiga quando o patriarca detinha o poder de vida e morte sobre as esposas, enquanto que nos dias atuais, esse poder não existe legalmente. No entanto, os homens continuam violentando de muitas maneiras suas esposas e companheiras. Para Oliveira e Cavalcanti (2007), a dominação masculina não acontece somente pela via do poder, mas também pela força física. E completa:

É paradoxal esse modelo relacional uma vez que, apesar de ser conferido ao homem o ‘poder’, este por si só não é suficiente, necessitando ser garantido pela força física masculina. O poder como posição privilegiada de mando é compreendido aqui como exercício, possuindo um caráter relacional e disseminado por toda estrutura social. E onde há luta para a manutenção desse poder, há resistência (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007, p. 40).

Ainda nos dias atuais temos uma forte herança da concepção patriarcal no que tange às questões de relações de gênero, como bem clarificou Saffioti (2004) quando afirma que o patriarcado está em constante transformação, pois, é possível ver claramente as crenças de dominação homem-mulher do patriarcado, tanto no plano individual, bem como, sendo praticados e reforçados pelas instituições do Estado, como as políticas sociais e públicas, os sistemas de saúde pública, a economia e a própria sociedade. Um exemplo é a atual Política de Assistência Social que tem em seus documentos institucionais de registros dos atendimentos às famílias (como, por exemplo, no Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI) organizados seus arquivo/prontuários (de cada família atendida) sempre a partir do nome da genitora.

Com base nas reflexões dos autores citados compreendemos que a problemática da violência contra a mulher é uma questão inseparável da compreensão de gênero, pois, se baseia e se exerce pela diferença social entre mulheres e homens e pela dominação e opressão do homem sobre a mulher, herança do patriarcado. Desse modo, incluir a noção de gênero em uma definição de violência é imprescindível, pois, segundo Célia Amorós o gênero constitui a mesma construção da hierarquização patriarcal (AMOROS, 1995 apud LISBOA, 2014). A desigualdade entre homens e mulheres constitui-se como a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero.

Entendemos desse modo, que o uso da palavra gênero em questão, refere-se ao conceito enquanto uma categoria analítica que surgiu no início da década de 1980 por estudiosas feministas a partir de questionamentos e discussões acadêmicas, tais como, patriarcado, divisão sexual do trabalho, relações entre os sexos (LISBOA, 2005).

Segundo Scott (1989, p. 2) “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. De acordo com a autora, a palavra gênero passou a ser utilizada pelas feministas norte-americanas, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Neste sentido, a autora define gênero como sendo um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86). Complementando essa concepção Louro afirma:

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos da feminilidade e masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos (LOURO, 1996 apud SOUZA, 2013, p. 3).

Diante disso, entendemos que as definições apresentadas, implicam na compreensão de que a categoria gênero desmistifica o determinismo biológico, distinguindo-o da dimensão social, sendo esta ideia também reafirmada por Follador (2009):

A categoria gênero se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade. Não é algo taxativo,

que dependa da questão biológica entre os sexos, porque uma pessoa pode ter determinado sexo e adotar para si o gênero ‘oposto’ (p. 4).

A autora afirma ainda que:

O gênero pode ser compreendido como uma convenção social, histórica e cultural, baseada nas diferenças sexuais. Logo, está ligado às relações sociais criadas entre os sexos. ‘Gênero é a construção sociológica, política e cultural do termo sexo’ (...) Da mesma forma que a categoria gênero depende de um ‘acordo social’ que delimita os papéis desempenhados pelo gênero feminino e masculino, ela pode mudar dependendo do período histórico e da sociedade na qual os estudos são elaborados (Idem, p. 4).

Deste modo, compreender a categoria gênero é importante para distinguir que o conceito de sexo engloba as diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto que o conceito de gênero analisa as relações construídas socialmente e historicamente entre os gêneros (relações de poder e dominação). Do mesmo modo, nos dá suporte para entender que a problemática da violência contra a mulher não acontece por mera casualidade, mas se insere numa perspectiva histórica e cultural, portanto, não se deve perder de vista também, as transformações sociais.

Portanto, é importante demarcar, bem como, compreender que a violência contra a mulher se insere numa perspectiva de gênero, sendo que esta violência se apresenta de forma multifacetada, portanto, torna-se oportuno abordá-la.

## 2.4 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Ao se falar em violência contra a mulher, delimitamo-nos a uma categoria, considerando, pois, os múltiplos aspectos que compõe o quadro da violência, como já mencionado na seção 2.3. Contudo, nos atentaremos aqui aos conceitos relacionados à violência contra a mulher do ponto de vista das relações de gênero.

O termo violência contra as mulheres emergiu numa perspectiva de gênero a partir de questionamentos feitos pelas feministas no final da década de 1970 quando o assunto ganhou maior visibilidade nas discussões acadêmicas.

A respeito da violência de gênero, entende-se como a violência cometida contra as mulheres, visto que as relações entre homens e mulheres são permeadas por relações de poder, constituindo-se essa violência contra a mulher num mecanismo de legitimação da dominação masculina. Esse entendimento é assumido na agenda política por meio da

Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de dezembro de 1967 ao afirmar que:

A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e que impedem o pleno avanço das mulheres.

Nesse sentido, a Convenção de Belém do Pará, 1994 na opinião de Souza (2013, p. 18) também contribui com o debate da agenda política ao definir violência como: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada”:

- 1 – ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua resistência, incluindo-se, entre as formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- 2 – ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e,
- 3 – perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Em acordo com essa definição, a Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006b) – a ser mais detalhada no capítulo 3 – em seu artigo 5º define violência doméstica e familiar contra a mulher como sendo:

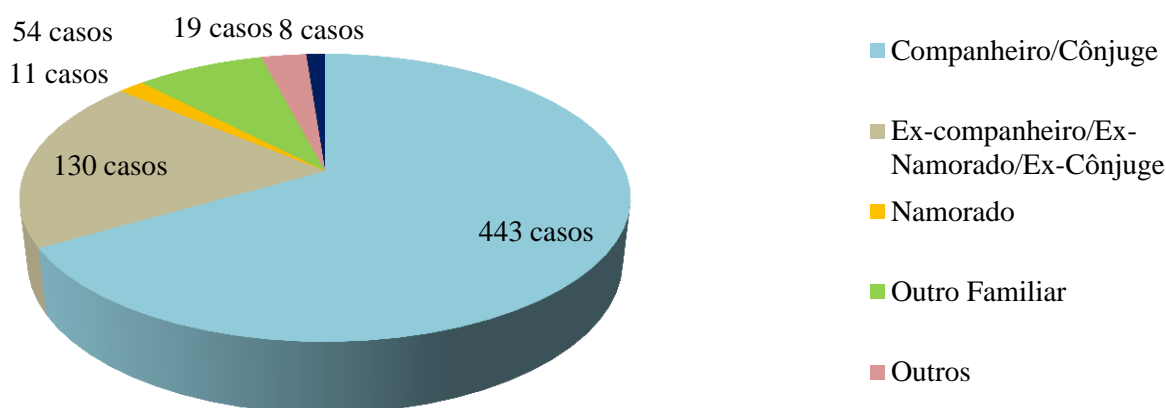
Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, podendo compreender, os âmbitos da unidade doméstica, familiar, e, em qualquer reação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Nesse sentido a Lei Maria da Penha (nº 11. 340/2006) mudou o tratamento outrora dado pela Lei nº 9099/95 (BRASIL, 1995) a respeito dos crimes de violência doméstica contra as mulheres, antes, considerados como “infração de menor potencial ofensivo”. Segundo a referida Lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme Art. 5º, configura-se como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe (a mulher) cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, ou seja, a referida Lei

reforça essa concepção da violência contra a mulher numa perspectiva de gênero – relações de poder entre homens e mulheres.

Segundos dados empíricos do CREMV – Florianópolis, correspondente ao período de março de 2009 a dezembro 2013 – a violência de gênero perpetrada contra as mulheres, é, em sua grande maioria, realizada por aqueles com que a mulher estabeleceu laços de convivência e intimidade, ou seja, pelos próprios companheiros/cônjuges. Sendo assim, é possível ver claramente essa relação de poder e opressão do homem sobre a mulher (GRÁFICO 1).

**Gráfico 1 - Perfil do Agressor**



**Fonte:** CREMV, (2014) Elaboração própria.

De acordo com os dados acima é possível visualizar a gritante opressão masculina sobre as mulheres, tendo em vista que 67% das agressões contra as mulheres foram praticadas pelo companheiro/cônjuge, 19,5% foram perpetrados por ex-companheiro, ex-cônjuge e/ou ex-namorado, 1,5% foram causados pelos namorados, 8% das ocorrências de agressões foram praticados por outro familiar, 3% casos perpetrado por outros (pessoas não identificadas) e 1% dos casos não foram revelados.

A respeito dessa problemática, Saffioti (2004, p. 96) – uma das importantes pensadoras brasileiras que abordou questões relacionadas às desigualdades de gênero e a violência contra a mulher – afirma que, a violência pode ser entendida “como a ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral”.

Dentre as modalidades das violências mais praticadas contra as mulheres estão: a violência física, a violência psicológica/moral, a violência sexual e a patrimonial, como podem ser constatadas nos dados estatísticos sobre o perfil das mulheres atendidas pelo CREMV de Florianópolis, no período de março de 2009 a dezembro de 2013. Nesse período

de cinco anos 678 mulheres tiveram acompanhamento psicossocial,<sup>9</sup> sendo registrado um total de 1252 violências contra essas mulheres,<sup>10</sup> tendo em vista que as mulheres quando vítimas de violência sofrem muitas vezes concomitantemente mais de uma violência, podendo assim ser combinadas uma, duas ou mesmo todas as expressões de violência sobre uma mesma mulher. Do total de atendimentos, entre 2009 e 2013, às mulheres vítimas de violência, 39,1% dos registros eram referentes à violência física, 48,5% violência psicológica/moral, 6,8% violência sexual e 5,6% violência patrimonial (TABELA 1 e GRÁFICO 2).

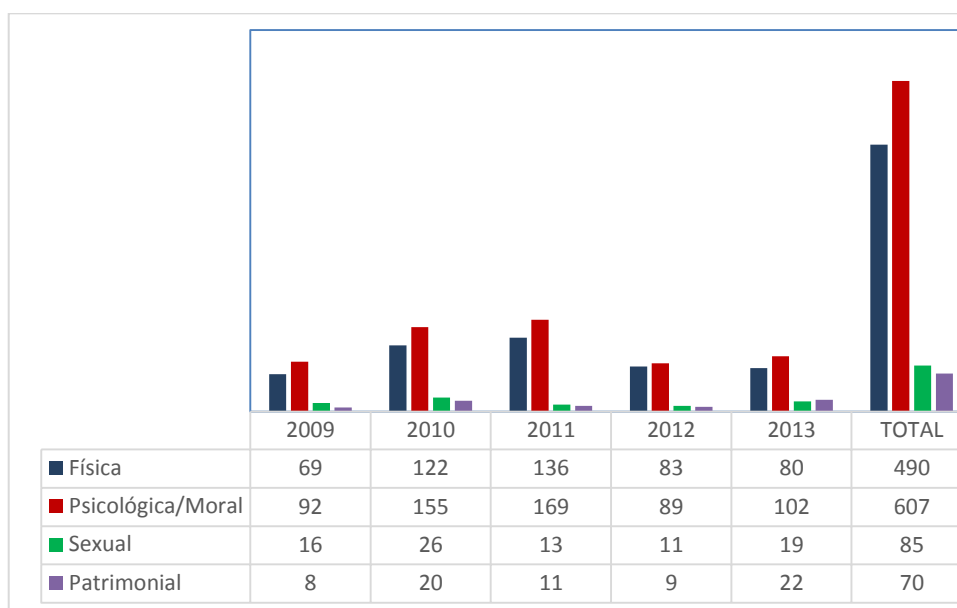
**Tabela 1 - Registros de violência contra mulheres atendidas pelo CREMV (2009 a 2013)**

Tipificação da Violência	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Física	69	122	136	83	80	<b>490</b>
Psicológica/Moral	92	155	169	89	102	<b>607</b>
Sexual	16	26	13	11	19	<b>85</b>
Patrimonial	8	20	11	09	22	<b>70</b>
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>323</b>	<b>329</b>	<b>192</b>	<b>223</b>	<b>1252</b>

**Fonte:** CREMV (2014). Elaboração própria.

<sup>9</sup> Vale ressaltar que, o “Acompanhamento Psicossocial” consiste no atendimento às mulheres em situação de violência por um período mínimo de 3 meses. Contudo, para fins estatísticos vale considerar que a metodologia de coleta de dados dos atendimentos modicou-se ao longo dos anos. No que concerne às informações que abrangem ao período dos anos 2009 a 2011, somente eram computados os dados das mulheres que ficavam em acompanhamento psicossocial. Em contrapartida, nos anos de 2012 e 2013, passou-se computar os dados estatísticos, não somente as mulheres em acompanhamento psicossocial, mas também, os casos de acolhimento, ou seja, as mulheres que compareciam ao CREMV, geralmente uma vez, recebiam orientação e não permaneciam em acampamento.

<sup>10</sup> Segundo registros do CREMV, dentro das violações de direitos registradas nesse mesmo período somam-se mais 18 casos de negligência entre 2009 e 2011.

**Gráfico 2 - Registros de violência contra mulheres atendidas no CREMV – (2009 a 2013)**

**Fonte:** CREMV (2014). Elaboração própria.

Verifica-se a partir do gráfico 2 que a violência psicológica e a violência física representam juntas 91% do total de registros de violências contra as mulheres no CREMV. Dos dados apresentados no gráfico chama atenção dois episódios de registros inversos: entre os anos de 2009 e 2010 houve um crescimento nos casos de violência contra a mulher tanto física, quanto psicológica de 76,8% e de 68,5%, respectivamente. Já entre os anos de 2011 e 2012 há uma inversão, registrando uma queda de 39% na violência física e 47,3% na violência psicológica. Ainda em relação ao período de 2009 e 2010 os registros das violências sexual e patrimonial, muito embora sejam baixos comparado aos outros, seu crescimento nesse período foram muito superiores: violência sexual 62,5% e violência patrimonial 122,2%.

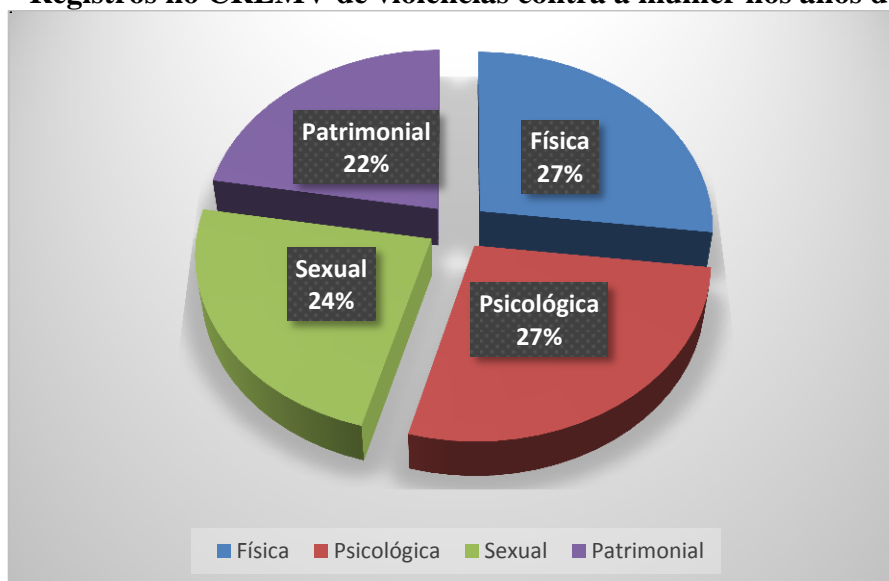
Ainda no Gráfico 2 em relação à violência sexual, nesse mesmo período, é importante registrar que, muito embora essa modalidade de violência apareça nos registros do CREMV com apenas 6,8% do total de violências, entre 2009 a 2013, as violências contra mulheres relacionadas a crimes sexuais tomam outros contornos quando agregamos outros dados e análise. Vejamos: segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só em 2012, o estado de Santa Catarina aparece como o 3º estado com maior percentual de estupros contra mulheres (45,8%), contra 52,8% em Roraima e 49% em Rondônia (tendo a média nacional em 26,1% por grupos de 100 mil habitantes). Esse dado revela que a violência sexual contra



mulheres é algo gravíssimo e necessita intervenção pública urgente no estado de Santa Catarina.

Na análise dos dados, outro aspecto relevante a destacar diz respeito a série de intervalo entre 2010 e 2011, pois nesse período ambas as violências, física e psicológica, tiveram a maioria dos registros feitos no período de 2009 a 2013, sendo de 52,6% e de 53,4%, respectivamente. Já as violências sexual e patrimonial no mesmo intervalo representaram respectivamente 45,8% e 43,6%, dos registros entre os anos de 2009 a 2013 (GRÁFICO 3).

**Gráfico 3 – Registros no CREMV de violências contra a mulher nos anos de 2010-2011**



**Fonte:** CREMV (2014). Elaboração própria.

Ao apresentarmos o conceito e as tipificações de violência, numa análise mais geral, cabe agora uma breve discussão tendo um olhar mais detalhado para as nuances de cada violência classificada anteriormente, reforçando que elas são praticadas contra a mulher em muitas situações de forma combinada a outras violências. Entre as violências apresentadas encontra-se a *violência física*, representando 39,1% do total dos casos registrados no CREMV. Segundo a Lei Maria da Penha (2006) essa se configura como “qualquer conduta que ofenda sua (da mulher) integridade ou saúde corporal (Art. 7º, inciso I)”. Esta forma de violência pode ser mais facilmente interpretada, pois, além de visível, geralmente deixa marcas da agressão no corpo da mulher.

Conforme dito anteriormente, os dados estatísticos referentes aos registros do CREMV evidenciam movimentos de busca de alternativa para superação de sua situação de violência física. Segundo dados do CREMV de 2009 a 2013 os registros de violência física tiveram

seus maiores registros entre 2010 e 2011. Contudo, importante verificar que entre os dois grupos de intervalos 2009-2010 e 2010-2011 houve aumento de demanda de mulheres no serviço, 76,8% e 11,5%, respectivamente. Já entre os outros dois intervalos: 2010-2012 e 2012-2013 verificamos o inverso, ou seja, uma queda percentual na procura do serviço do CREMV por mulheres vítimas de violência, 36% e 3,6%.

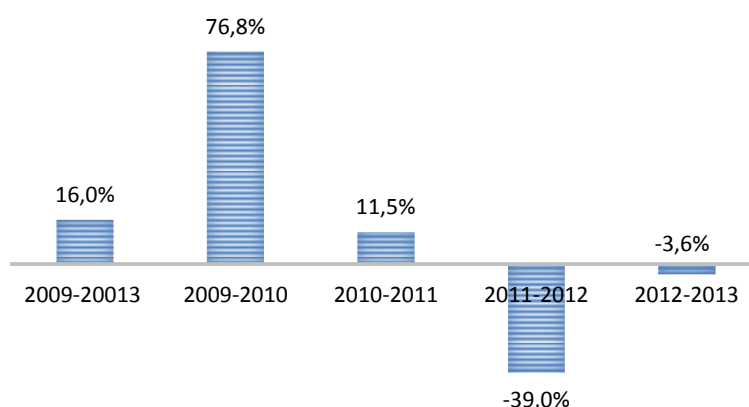
Embora não existam análises e estudos que apontem as razões dessa concentração de mulheres entre os anos de 2010 e 2011, ou mesmo uma queda na procura do CREMV como alternativa pública ao enfrentamento da violência contra a mulher é fundamental que se desenvolvam estudos qualitativos para essa redução progressiva durante os anos analisados, para que possamos inclusive entender se essa queda tem a ver com uma subnotificação ou mesmo com diferenças metodológicas na coleta de dados (TABELA 2 e GRÁFICO 4).

**Tabela 2 - Mulheres em situação de violência física atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013**

Ano	Violência Física
2009	69
2010	122
2011	136
2012	83
2013	80
<b>TOTAL</b>	<b>490</b>

Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

**Gráfico 4 - Comparativo entre os anos dos registros de violência física contra mulheres atendidas no CREMV**



Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

Em relação à violência psicológica e/ou moral, essa aparece também de forma muito expressiva, representando 48,5% do total das violências registradas. A violência psicológica conforme o Art. 7, inciso II da Lei nº 11.340/2006, é entendida como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas emoções, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”. Já a violência moral, é compreendida conforme o art. 7, inciso V, a Lei Maria da Penha “como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006b).

Esse tipo de violência perpassa todos os outros tipos de violência, pois, fere e intervêm na saúde mental, na sua integridade física, moral e social da mulher. Por se tratar de um fenômeno um tanto quanto abstrato, a violência psicológica/moral pode ser confundida comumente com o “excesso de zelo”, podendo passar despercebida por tantas mulheres que sofreram com esse tipo de violência (TABELA 3).

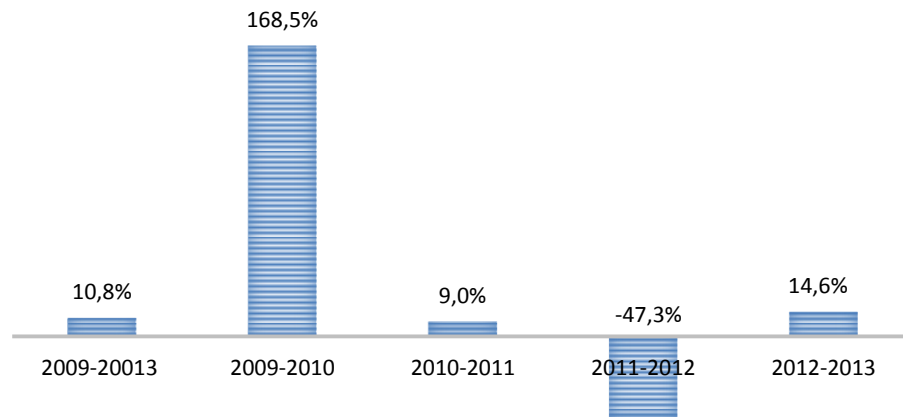
Em relação aos dados estatísticos sobre violência psicológica/moral podemos verificar algumas variações de demandas de mulheres pelos serviços do CREMV. Do total entre 2009 a 2013, 15,1% ocorreram em 2009, 25,5%, em 2010; 27,8%, em 2011; 14,6, em 2012 e 16,8%, em 2013. Nos primeiros anos do serviço houve um aumento significativo nos registros dessa violência por mulheres, concentrando entre 2009-2010, 168,5%. Nos demais intervalos 2010-2011, 2011-2012 e 2012-2013 os registros baixos, 9%, -47,3% e 14,6%, respectivamente (TABELA 3 e GRÁFICO 5).

**Tabela 3 - Mulheres em situação de *violência psicológica e moral* atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013**

Ano	Violência Psicológica
2009	92
2010	155
2011	169
2012	89
2013	102
<b>TOTAL</b>	<b>607</b>

**Fonte:** CREMV (2014). Elaboração própria.

**Gráfico 5 - Comparativo entre os anos dos registros de violência psicológica contra mulheres atendidas no CREMV**



**Fonte:** CREMV (2014). Elaboração própria.

Em relação à *violência sexual* segundo consta na referida Lei, em seu art. 7º, inciso III, a violência sexual é,

Entendida como qualquer conduta que a constranja (a mulher) a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006b).

De acordo com os dados estatísticos do CREMV - Florianópolis, 6% das mulheres atendidas afirmaram terem sofrido violência sexual.

Em comparação as demais violências já mencionadas, esse percentual aparenta ser menor, no entanto, nota-se que a violência sexual parece ganhar maior visibilidade quando se trata de um ato cometido por um estranho, o que de certo modo, acaba por encobrir muitas vezes, aquela ocorrida no âmbito doméstico perpetrada por pessoa íntima à mulher.

Muitas vezes, o ato sexual forçado, ou seja, sem o consentimento da mulher, é despercebido pelas mulheres que o sofrem, isso porque culturalmente o sexo dentro do matrimônio foi considerado como um “dever conjugal”, sendo assim, uma “obrigação” da mulher em satisfazer aos desejos do seu conjugue; sem se dar conta de que muitas vezes sofre

violência sexual dentro da própria casa, perpetrada pelo próprio companheiro (VILHENA, 2009 apud SOUZA, 2013, p. 22).

Os dados de violência sexual contra mulheres registrados pelo CREMV entre 2009 - 2013 apresentam um crescimento de 18,8%. Contudo, entre os demais intervalos de anos há movimentos diferenciados desse quantitativo. Entre os intervalos de 2009-2010 e 2012-2013 registram-se percentuais elevados de crescimento dos casos dessa violência: 62,5% e 72,7%, respectivamente. Contrariamente a esses intervalos entre 2010-2011 e 2011-2012 houve queda no registro dessa violência, -50,0% e -15,3% (TABELA 4 e GRÁFICO 6).

**Tabela 4 - Mulheres em situação de *violência sexual* atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013**

Ano	Violência Sexual
2009	16
2010	26
2011	13
2012	11
2013	19
TOTAL	85

Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

**Gráfico 6 - Comparativo entre os anos dos registros de *violência sexual* contra mulheres atendidas no CREMV**



Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

A *violência Patrimonial* por sua vez, é entendida como o tipo de violência que limita a liberdade da mulher “na medida em que lhe são retirados meios para a própria subsistência” (AGENDE, 2004, p. 13). Segundo a Lei Maria da Penha a violência patrimonial é entendida,

em seu art. 7º inciso IV como “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”.

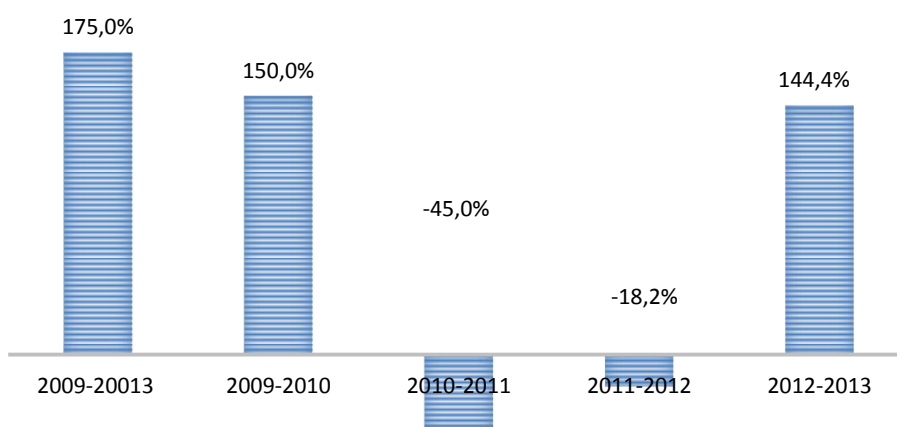
Conforme visto anteriormente, do total das violências praticadas contra mulheres que foram atendidas pelo CREMV entre 2009 e 2013, 5,6% se referiam à violência patrimonial. Muito embora estatisticamente essa violência representa um quantitativo pequeno, ela traz um aspecto importante de ser analisado. Entre 2009 e 2013 houve um aumento de 175% nos casos atendidos pelo CREMV. Em relação à queda nas notificações os anos de 2010-2011 e 2011-2012 apresentaram, respectivamente, 45% e 18,2%. Já entre os anos de 2009-2010 e 2012-2013 tivemos um aumento surpreendente de 150% e 144,4% nos casos (GRÁFICO 7).

**Tabela 5 - Mulheres em situação de *violência patrimonial* atendidas pelo CREMV – 2009 a 2013**

Ano	Violência Patrimonial
2009	08
2010	20
2011	11
2012	09
2013	22
TOTAL	70

Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

**Gráfico 7 - Comparativo entre os anos dos registros de *violência patrimonial* contra mulheres atendidas no CREMV**



Fonte: CREMV (2014). Elaboração própria.

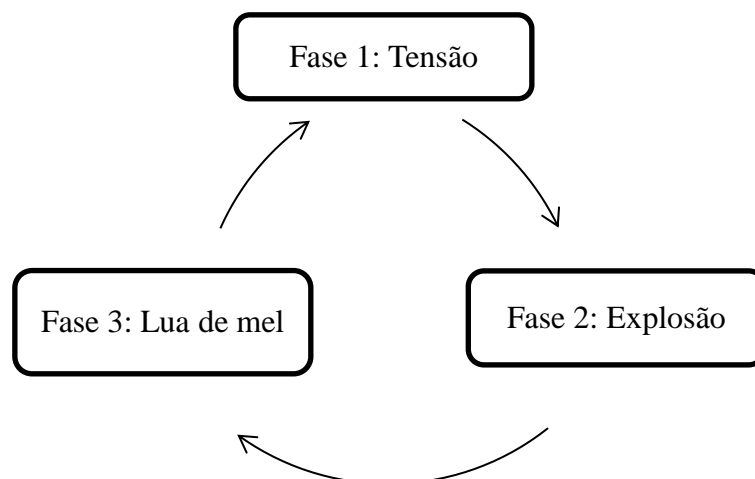
Por muitos séculos a mulher tem sido alvo da violência estrutural bem como, daquela acometida dentro e fora do espaço doméstico, sendo perpetrada principalmente por aqueles que lhes são íntimos. Explicitar a violência contra a mulher e suas múltiplas faces é dar nome e cara para essa problemática, pois, somente desse modo é possível que seja combatida e eliminada. Muito embora a Lei Maria da Penha tenha tipificado os casos de violências contra a mulher, entendemos que para além dessa abordagem, numa sociedade capitalista, a mulher tem sofrido com estigmas, que são reforçados de forma muito naturalizada, por meio do pensamento discriminatório que violenta e estigmatiza a mulher pelo simples fato de ser mulher, e muitas vezes, por ser pobre e negra.

Portanto, é importante conhecer, ademais da violência e suas múltiplas formas, faz-se necessário conhecer também como ela se dá no cotidiano das relações entre homem e mulher, e de que maneira ela se manifestada através do vicioso ciclo da violência que, muitas vezes, aprisiona e maltrata as mulheres.

## 2.5 O CICLO PERVERSO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Alguns pesquisadores (a), entre eles (a) Dias (2013, p.21 e 22) afirma que existem três fases da violência doméstica e familiar contra a mulher, e que, geralmente, contribuem para que elas permaneçam na relação por muito tempo: é o denominado “ciclo da violência” (FIGURA 2).

**Figura 2 - Ciclo da Violência**



**Fonte:** Walker (1979) *apud* Dias (2013).

Conforme pode ser visualizado o ciclo da violência é representando por três fases. Segundo Dias (2013), a fase 1 representa o momento de “tensão” e é caracterizada pelo momento no qual podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objeto, xingamentos, críticas, humilhação psicológicas, podendo ainda ocorrer em pequenos incidentes de agressão física. Este quadro de tensão vai aumentando gradualmente, o que invariavelmente conduzem a próxima fase. Na fase 2 representada pela “explosão”, é o momento no qual eclode o ato de violência mais aguda, é nessa fase que são feitas as mais severas agressões físicas e verbais contra a mulher. Esse é o período mais curto em comparação aos demais e dura em média de duas a quarenta e oito horas. Na fase 3, compreendida pela “lua de mel” o agressor mostra-se ressentido em relação ao seu comportamento agressivo. Geralmente neste período o agressor pede desculpas, age de forma humilde e amorosa, e tende a querer agradar a mulher a fim de criar expectativas, fazendo-a acreditar que ele mudará e não irá repetir a violência contra ela.

Vale ressaltar que não necessariamente todos os relacionamentos atravessam esse ciclo de violência, no entanto, ter conhecimento sobre o mesmo é de suma importância para o acompanhamento das mulheres que estejam em situação de violência. Nesse sentido, é fundamental que todos os sujeitos que atuam no contexto da rede de atendimento às mulheres em situação de violência bem como as próprias mulheres conheçam esse ciclo perverso para se pensar alternativas capazes de romper com a violência na qual milhares de mulheres cotidianamente estão submetidas (SCHRAIBER *et al*, 2005).



### 3 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*“A ampliação dos direitos das mulheres é o princípio de todo o progresso social”.*  
(Charles Fourier)

#### 3.1 NORMATIVA INTERNACIONAL E NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Segundo Fuchs (2009) historicamente, os direitos antes de serem assegurados legalmente, se apresentam primeiramente sob a forma de expectativas de direitos, ou seja, se expressam nas demandas que são formuladas, em determinado momento, por grupos sociais. Assim, ao final de mais de cinco décadas, após lutas e mobilizações diversas, veio a existir um *corpus juris*, emanado do Direito internacional, que veio a configurar-se com o Direito internacional dos direitos humanos, conforme Trindade (1991, p. 2-3) apresenta:

Da Declaração Universal de 1948 até nossos dias, os instrumentos internacionais voltados ao propósito comum de salvaguarda dos direitos humanos formam um *corpus* de regras bastante complexo, de origens diversas (Nações Unidas, agências especializadas, organizações regionais), de diferentes âmbitos de aplicação (global e regional), distintos também quanto aos seus destinatários ou beneficiários, e, significativamente, de conteúdo, força e efeitos jurídicos desiguais ou variáveis (desde simples declaração até Convenção devidamente retificadas) e de órgãos exercendo funções também distintas (e.g., informação, instrução, conciliação e tomada de decisão). São igualmente distintas técnicas de controle e supervisão (e.g., reclamações ou petições de diversas modalidades, relatórios periódicos, investigações).

Segundo o entendimento do autor, o Direito internacional veio para resguardar o ser humano, e, esse mesmo conjunto de normativas internacionais não substitui o ordenamento jurídico interno de cada Estado, mas se configura como:

(...) *corpus juris* de salvaguarda do ser humano, conformado no plano substantivo, por normas, princípios e conceitos elaborados e definidos em tratados e convenções, e resoluções de organismos internacionais, consagrando direitos e garantias que têm por propósito comum a proteção do ser humano em todas e quaisquer circunstâncias, sobretudo em suas relações com o poder público e, no plano processual, por mecanismos de proteção dotados de base convencional ou extra convencional, que operam essencialmente mediando os sistemas de petições, relatórios e investigações, nos planos, tanto global como regional. Emanando do Direito Internacional, este *corpus juris* de proteção adquire autonomia, na medida em que regula relações jurídicas dotadas de especificidade, imbuído de hermenêutica e metodologias próprias (TRINDADE, 2003, p. 406).

O Direito Internacional dos direitos humanos possui por princípios a universalidade, a integralidade e a indivisibilidade dos direitos que visa proteger a pessoa humana, sendo esta, reconhecida como sujeito de direito, inclusive com a capacidade jurídico-processual para fazer valer seus direitos (LAVORENTI, 2009).

Nesse sentido, no contexto histórico mundial, os grandes confrontos bélicos somados a necessidade de reconstrução e preservação dos direitos humanos, que ao longo da história foi-se fixando de vez a pessoa humana como sujeito de direitos. Assim, ampliaram-se os horizontes do Direito internacional para além do entendimento de que somente o Estado era o único considerado sujeito de Direito internacional (LAVORENTI, 2009).

Nesse sentido, no processo de internacionalização dos direitos humanos, os primeiros marcos regulamentários, segundo Piovesan encontram-se no direito humanitário, na Liga das Nações e na Organização Internacional do Trabalho - OIT. Têm-se ainda, datado de 1864, a Convenção de Genebra, assinada por potências europeias, e que posteriormente pôde-se chamar de *direito humanitário*, apontada em âmbito internacional, como a introdução aos direitos humanos (PIOVESAN, 2006 apud LAVORENTI, 2009).

Em decorrência da primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram criadas a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho–OIT<sup>11</sup>. No entanto, segundo Comparato “surgiram ainda muitas outras Convenções com propósitos igualitários, a exemplo, a Convenção de 1925, que proibiu a utilização de gases tóxicos e armas bacteriológicas” (COMPARATO, 2003 apud LAVORENTI, 2009, p. 9).

Contudo, foi a partir de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,<sup>12</sup> - ainda sob os impactos das crueldades ocorridas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – que o Direito Internacional adotou tratados e pactos internacionais que consagraram um sistema normativo de proteção à humanidade, dessa forma, os trinta artigos da Declaração abordavam os fundamentos de liberdade, igualdade, fraternidade e dignidade do ser humano.

Com efeito, foi no transcorrer desse processo histórico de afirmação dos direitos humanos que, passou-se da generalização à especificação desses direitos, acrescentando

---

<sup>11</sup> A OIT foi criada em substituição da Sociedade das Nações (Liga das Nações) que cessou sua existência em 1946. A Organização Internacional do Trabalho caracterizou-se por adotar uma representação Tripartite – englobando governos, representação sindical e do patronato. Foi por meio de convenções, que a OIT estabeleceu padrões mínimos de condições de trabalho equitativas e humanitárias (LAVORENTI, 2009 p. 9).

<sup>12</sup> A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) através da Resolução n. 217-A (III), de 10 de dezembro de 1948 aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que definiu a compreensão dos direitos e liberdades reportados na carta das Nações Unidas. (LAVORENTI, 2009 p. 13).

elementos, dentre os quais, o respeito à dignidade da pessoa humana tornou-se o valor-fonte de toda positivação internacional, tal qual preconiza Declaração dos Direitos Humanos em seu artigo 2º:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Por conseguinte, chegou-se ao reconhecimento dos direitos da mulher como direitos humanos e da especificidade da opressão feminina como violação desses direitos (LAVORENTI, 2009). Assim, os direitos humanos das mulheres pautaram na necessidade de combater e enfrentar a violência contra a mulher e no reconhecimento da mesma, como sujeito de direito, conforme assinala Souza (2013, p. 36):

Os direitos humanos das mulheres estão pautados na eliminação de todas as formas de discriminação e violência praticadas contra as mulheres, reflexo das desigualdades de sexo/gênero, que têm no modelo patriarcal e machista, sua base de sustentação e perpetuação. As conquistas dos direitos das mulheres são fruto da luta incansável dos movimentos feministas e de organismos internacionais que ao longo dos anos, vem resistindo para fazer valer os direitos humanos a todas as pessoas, independente de gênero, etnia, classe social, credo, nacionalidade, etc.

Assim, a Declaração de 1948 na objetividade comum da dignidade de todas as pessoas acresceu o princípio da igualdade e não discriminação (Art. 2º, item 1; Art. 7ºVII) entre homens e mulheres.

Com efeito, após a Declaração dos Direitos Humanos, expandiu-se substancialmente o número de instrumentos internacionais de proteção aos direitos da pessoa humana, inaugurando uma nova ordem mundial e assegurando, no âmbito legal, a dignidade humana.

Nesse sentido, sobrevieram algumas prerrogativas no âmbito do direito internacional, como o pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos de 1966 que em seus art. 3º e 26, repele a discriminação e estabelece que Estados-Partes comprometam-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos cíveis e políticos. Também nessa direção o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), por sua vez, fez menção de que os Estados-Partes se comprometam em assegurar a igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais a homens e mulheres (Art. 3º).

Além disso, foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 7 de novembro de 1967, por meio da Resolução nº. 2263 (XXII), a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Essa Declaração dispõe sobre 11 medidas que devam assegurar às mulheres a igualdade de condições necessárias e apropriadas em relação aos homens, sendo assim, a mesma reconhece que: “discriminação contra a mulher, porque nega ou limita sua igualdade de direitos com o homem, é fundamental injusta e constitui uma ofensiva à dignidade humana (Art. 1º)”.

Deste modo, acrescentando-se ainda ao rol de normativas internacionais de proteção aos direitos humanos da mulher, destacam-se alguns dos mais relevantes instrumentos na ordem jurídica internacional, os quais são: a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher<sup>13</sup> – 1979, que foi assinada pelo Brasil em 18 de dezembro de 1979; contudo, sua aprovação no Congresso Nacional ocorreu somente em 14 de novembro de 1983, por meio do Decreto Legislativo n. 93 e sua ratificação somente se deu em 1º de fevereiro de 1984, sendo que a promulgação ocorreu em 30 de março de 1984 por meio do Decreto n. 89.406 (BRASIL, 1984). O Brasil fez algumas ressalvas à Convenção, sendo elas: art. 15, §4º<sup>14</sup>; ao art. 16, § 1º, alíneas *a*, *c*, *g* e *h*<sup>15</sup> e também fez ao art. 29, §2º<sup>16</sup>. As ressalvas divergiam em alguns pontos contrários ao Código Civil de 1916, pois, o mesmo não concedia igualdade de tratamento aos conjugues<sup>17</sup>. Não obstante, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é constituído um novo regramento que retira as reservas formuladas, mantendo somente a relativa a controvérsias interestatais (LAVORENTI, 2009).

---

<sup>13</sup> Tratado internacional – CEDAW (sigla em inglês).

<sup>14</sup> Trata-se da concessão de iguais direitos no que respeita à legislação referente ao direito das pessoas, à liberdade de movimento e à liberdade de escolha de residência (LAVORENTI, 2009).

<sup>15</sup> Trata-se da obrigação de o Estado-Parte adotar medidas para eliminar discriminação nos assuntos relativos ao casamento e as relações familiares, assegurando: o mesmo direito de contrair matrimônio (*alínea a*); o mesmo direito e responsabilidade durante o casamento e quando de sua dissolução (*alínea c*); o mesmo direito pessoal, inclusive na escolha do sobrenome, profissão e ocupação (*alínea g*); o mesmo direito de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens, a qualquer título (*alínea h*) (BRASIL, 1984).

<sup>16</sup> “Os Estados-partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias de âmbito nacional para alcançar a plena realização dos direitos reconhecidos nesta Convenção” – Não se considerando obrigado a submeter-se à Corte Internacional de Justiça, diante de controvérsia entre dois ou mais Estados-Partes com relação à interpretação ou aplicação da Convenção não resolvida por meio da arbitragem (BRASIL, 1984).

<sup>17</sup> Segundo o Código Civil de 1916, a mulher não podia, entre outras coisas, desenvolver atividade remunerada fora do espaço domiciliar sem o consentimento do marido, isso até a promulgação da Lei n. 4.121/62 – Estatuto da mulher casada. O Código Civil da época só foi alterado em 10 de janeiro de 2002 pela Lei n. 10.406, que mantinha a mulher sob a tutela do cônjuge, com relativa capacidade civil (LAVORENTI, 2009).

Destacam-se ainda a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (em Viena) – 1993; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, à chamada “Convenção de Belém do Pará” - 1994; a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (realizada no Cairo) – 1994; a Conferência de Cúpula para o Desenvolvimento Social (realizada em Copenhague) – 1995; e a Declaração de Pequim – Adotada pela quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres “Beijing” – 1995, dos quais o Brasil tornou-se signatário. Na tabela abaixo apresentamos alguns recortes de todos os instrumentos da ordem jurídica internacional supracitada, extraíndo aquilo que apresentam de mais relevante na defesa dos direitos humanos da mulher e que também influenciou na criação de leis e normativas nacionais a respeito dessa temática no Brasil.

**Quadro 2 - Comparativo entre normativas internacionais.**

<b>Principais instrumentos na ordem jurídica internacional</b>	<b>Recorte de tópicos importantes que abordam os direitos humanos das mulheres</b>
<b>Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher (1979)</b>	Artigo 2º - Os Estados-partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a: a) consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas Constituições nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio; b) adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher;
<b>Conferência Mundial sobre Direitos Humanos – Viena (1993)</b>	No âmbito dos direitos da mulher, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, redefiniu as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado. A partir desta reconfiguração, a violência ocorrida na esfera privada - tanto estupro como a violência doméstica - passam a configurar-se como crimes contra os direitos da pessoa humana.
<b>Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - “Convenção de Belém do Pará” (1994)</b>	Art. 4º - Toda mulher tem direito ao reconhecimento, gozo, exercício e proteção de todos os direitos humanos e às liberdades consagradas pelos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Estes direitos compreendem, entre outros: a. o direito a que se respeite sua vida; b. o direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral; c. o direito à liberdade e à segurança pessoais; d. o direito a não ser submetida a torturas; e. o direito a que se respeite a dignidade inerente a sua pessoa e que se proteja sua família; f. o direito à igualdade de proteção perante a lei e da lei; g. o direito a um recurso simples e rápido diante dos tribunais competentes, que a ampare contra atos que violem seus direitos; h. o direito à liberdade de associação; i. o direito à liberdade de professar a religião e as próprias crenças, de acordo com a lei; j. o direito de ter igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar nos assuntos públicos, incluindo a tomada de decisões.
<b>Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (1995)</b>	Princípio 4: O progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional.
<b>Declaração de Pequim - Conferência Mundial sobre as Mulheres “Beijing” (1995)</b>	Foram discutidos doze domínios que se constituem entraves à promoção das mulheres e que, por esse fato, devem ser objeto de ações específicas: as mulheres e a pobreza; a educação e a formação das mulheres; as mulheres e a saúde; a violência contra as mulheres; as mulheres e os conflitos armados; as mulheres e a economia; as mulheres, o poder e a tomada de decisões; os mecanismos institucionais para a promoção das mulheres; os direitos humanos das mulheres; as mulheres e os meios de comunicação social; as mulheres e o ambiente; e a eliminação de todas as formas de discriminação contra a menina.

**Fonte:** Elaboração própria.

Como pode ser visto os princípios da não discriminação e da igualdade e equidade dos sexos (gênero), são alguns dos mais importantes, que estão presentes em todas as normativas supracitadas, pois, buscam garantir dessa forma a efetividade dos direitos humanos das mulheres e a sua não violação.

Desse modo, compreendemos que a respeito dos avanços normativos e legais referentes aos direitos humanos da mulher, certamente foram significativos, muito embora, estudos como de Saffioti (2004) demonstram que as desigualdades de gênero são questões históricas, sociais e culturalmente construídas, tornando-se um desafio constante a busca por mudança social desses padrões.

Assim, conforme vimos, as normativas e legislações são importantes instrumentos legais para a garantia dos direitos humanos da mulher, contudo, para que tais direitos se materializem, torna-se necessário criar políticas públicas que viabilizem esses direitos. Desse modo, abordaremos a seguir a respeito da concepção de políticas públicas, e como os movimentos sociais, sobretudo, os movimentos de mulheres e movimento feminista, contribuíram para que as questões de gênero e de direitos da mulher fossem contempladas na agenda governamental brasileira.

### 3.2 A POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES NO BRASIL

Política é uma palavra originária do grego e, está associada a *polis* que quer dizer cidade, esta se caracteriza por toda atividade do homem na esfera pública, social e cidadã. Política é uma expressão que sempre estará associada ao Estado, mesmo que ao longo dos tempos perca-se o sentido original da palavra. (PEREIRA, 2009).

Por outro lado, política no sentido *lato sensu*, é a relação entre diferentes pessoas que ocupam os mesmos espaços e que se organizam e buscam conquistas em torno de interesses comuns. Todavia, pode haver contradições e conflitos de interesses no que se refere às ações políticas, uma vez que está, é uma forma de regulação, mas porque ela, assim como tudo que lhe diz respeito (incluindo o Estado), é dialeticamente contraditória — isto é, não contém apenas aspectos positivos (PEREIRA, 2009). Assim, a política se caracteriza como sendo um lugar de poder, ambição e contradições, pois, é nesse espaço:

[...] onde os indivíduos e grupos postulam a condição de determinar a conduta, as orientações e as opções dos demais. Costuma ser praticada com base em um arsenal de recursos: por meio da força, da coesão, da ameaça, da

sedução [...] É um campo de luta, uma câmara que amplifica e viabiliza a disputa pelo controle dos mecanismos de comando e opressão, a ponto mesmo de muitas vezes levar os interesses à hostilidade, ao choque aberto, à guerra (NOGUEIRA, 2001, p. 26).

Nesse sentido, Johnson (2011, p. 181) afirma que, ao abordar política pública como um processo, resultante de uma “atividade intencional do ser humano, desde a sua formulação à sua execução cotidiana, tornando evidente o caráter político, decorrente de uma complexa disputa de interesses, que se materializa em cada um dos elementos deste percurso”.

Visto que a política apresenta contradições e conflitos de interesses, ainda assim, esta é extremamente necessária para garantir e efetivar direitos, como no caso das políticas públicas, por exemplo. Em se tratando de política pública, esta, vem do latim *res* (coisa), *pública* (de todos) que significa “coisa pública”, sendo compreendida nos dias atuais, em seu sentido *stricto sensu*, como uma dimensão concreta e organizativa da política, de modo, a consolidar direitos (PEREIRA, 2009).

Muito embora tenhamos diferentes conceitos para Políticas Públicas, para efeito da discussão do objeto e questão central deste trabalho de conclusão de curso, nos deteremos em algumas reflexões trazidas por Frey (2000) para entendermos e situarmos o debate sobre política pública. Segundo o autor a discussão sobre política pública ganha força no campo da Ciência Política nos anos de 1950, após o término da Segunda Guerra, período de reconstrução dos países abalados pelo acontecimento. Nesse sentido, para a análise de política pública (*Policy analysis*) a expressão “política pública” possui três importantes dimensões: *polity*, *politics* e *policy*.

A dimensão *polity* conforme Frey (2000, p. 215-217) se refere aquela que remete à “ordem do sistema político, delineado pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”, ou seja, as instituições políticas em sua dimensão institucional do conceito de política. Já o termo *politics* refere-se ao processo político, “frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição”, ou seja, aos processos políticos, ou a dimensão processual do conceito de política. Por fim a dimensão *policy* por sua vez, refere-se aos conteúdos concretos, ou seja, “à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”. Quer dizer o conteúdo material da política, na sua dimensão organizativa, sendo esse o ângulo de análise proposto neste TCC.

Desta forma, segundo a literatura norte-americana diversos conceitos sobre o que são políticas públicas são apresentados:



Med (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que age, diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

De modo mais geral, segundo Azevedo (2011) política pública é entendida como “tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. O autor acrescenta ainda que, a busca pelo consenso é um dos elementos da política pública que gera melhores condições de aprovação e implementação das políticas propostas.

Entendemos desse modo, que a política pública implica especialmente na intervenção do Estado por meio de programas, projetos, serviços e ações, tendo duas funções primordiais, a de concretizar direitos e ser (re) distributiva (PEREIRA, 2009). De acordo com Teixeira (2002, p. 2), as políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Nesse contexto conceitual, a política social por sua vez, se constitui um gênero da política pública, em conjunto com outras políticas, a exemplo, as políticas econômicas, ambientais e tecnológicas, entre outras. No âmbito da política social, há tantas outras políticas que podemos citar: a política previdenciária, de saúde, de educação, e de assistência social, entre outras (FREY, 2000).

Contudo, vale ressaltar as contradições apontadas por Behring (2000, p. 21), pois, a “[...] política social é sempre resultado que envolve mediações complexas — socioeconômicas, políticas, culturais, e atores sociais/classes sociais, que se movimentam e disputam hegemonia na esfera pública e privada”. Ou seja, ao passo que a política social garante o direito daqueles que dela necessitam, ela também se contradiz ao consolidar-se em meio ao sistema hegemônico capitalista, podendo ser guiada pela lógica do mercado.

No Brasil, a partir dos anos 1980, sobretudo, após a promulgação da CF-88, alteram-se as diretrizes formais para as políticas públicas no país, com a queda da ditadura, os direitos são ampliados, como a exemplo, os direitos trabalhistas e de seguridade social. Contudo,

conforme Medeiros (2001, p.17), o fim do regime militar “foi acompanhado por avanços na área política, como o crescimento da atividade partidária e sindical e o próprio aumento da participação popular no processo eleitoral. Paradoxalmente, seguiu-se também de retração e desmantelamento das políticas sociais”.

Esse período é marcado pela ampliação dos espaços de participação política e dos movimentos sociais, conforme Draibe (1998, p. 12):

Destaque-se em primeiro lugar, a forte reestruturação do tecido social, que se processa com a emergência de novos atores coletivos, gozando de melhores condições organizacionais e orientadas por novas formas de ação política. Ora, a proliferação de novas associações e partidos, assim como a revitalização da competição eleitoral influenciaram significativamente o processo de democratização assim como o debate político acerca da reestruturação das políticas sociais.

Em virtude disso, os movimentos como o dos camponeses, dos indígenas, das crianças e adolescentes, dos negros, bem como, o movimento das mulheres, passaram a ganhar o reconhecimento por parte do Estado.

Segundo Farah (2004) desde os anos 1970, no Brasil, os movimentos sociais participaram da constituição de uma nova agenda de políticas públicas, na luta em prol da democratização do país, pelo acesso a serviços públicos e pela melhoria na qualidade de vida nos centros urbanos<sup>18</sup>. Nesse processo, as discussões relativas às questões de gênero já estavam presentes, pois, as mulheres também constituíam um número expressivo na participação dos movimentos sociais.

Nesse sentido, ao se falar da história das políticas públicas no Brasil, torna-se imprescindível destacar também o papel do movimento de mulheres e da sua participação e

---

<sup>18</sup>Vale ressaltar que os movimentos sociais existiram desde a época da primeira República brasileira, assim, podemos enumerar alguns dos principais movimentos desse período, foram: A Balaiada - foi uma revolta ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1840; Revolta da Armada – que irrompeu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1893; Revolução Federalista - iniciada em fevereiro de 1893, no Rio Grande do Sul; Guerra de Canudos - avaliações políticas erradas, pobreza e religiosidade deram início à guerra contra os habitantes do arraial de Canudos, no interior da Bahia, em 1896; Revolta da Vacina - ocorreu em novembro de 1904, Rio de Janeiro, milhares de habitantes tomaram as ruas em violentos conflitos com a polícia, revoltados pelo fato de terem de se submeter à vacinação; Guerra do Contestado – ocorreu entre 1912 e 1916, na região dos estados do Paraná e Santa Catarina. Semelhante a Canudos, conflito envolveu messianismo, pobreza e insensibilidade política; Movimento Tenentista - levantes militares nas três primeiras décadas do século 20. Primeiro no Rio de Janeiro, em 1922, depois em São Paulo, em 1924. Tenentes se revoltaram contra o comando político das oligarquias, exigindo profundas reformas republicanas; Revolução Constitucionalista - dois anos depois da Revolução de 30, ocorreu em 9 de julho de 1932, no estado de São Paulo que se rebelou contra a ditadura Vargas. Embora o movimento tenha nascido de reivindicações da elite paulista, teve ampla participação popular, entre outros (LINHARES, 2000).

contribuição na promoção e efetivação das políticas públicas, em especial, aquelas voltadas aos direitos das mulheres.

Assim, ao passo em que passaram a questionar as questões de classe, as mulheres engajadas nos movimentos sociais, também levantavam outras bandeiras de reivindicações tais como, o direito à creche, à saúde da mulher, à sexualidade, à contracepção e ao enfrentamento a violência contra a mulher (FARAH, 2004).

Contudo, vale ressaltar que o envolvimento das mulheres não era propriamente o movimento feminista, pois, conforme aponta FARAH (2004, p. 51):

O feminismo, diferentemente dos ‘movimentos sociais com participação de mulheres’, tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero.

Até a década de 1970, as iniciativas de disseminação das ideias feministas eram experiências isoladas, contudo, nos anos 1980 o movimento ganhou maior força e as questões apresentadas passam a ter maior visibilidade. As primeiras iniciativas ações com recorte de gênero se traduziram em políticas direcionadas à mulher, como os SOS Mulher – serviço para atendimento às vítimas de violência, sendo este, um serviço idealizado e mantido pelas organizações de mulheres que começou nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, assim como, as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher – DEAM.

Em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985, ambos em São Paulo (FARAH, 2004). Ainda em 1985 foi criado também o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – órgão de caráter consultivo, que objetivou a promover políticas sociais para as mulheres, buscando por meio de ações, garantir a equidade de gênero. Este mesmo Conselho (CNDM), em conjunto com as organizações não governamentais ligadas ao movimento de mulheres exerceu papel preponderante no processo da Constituinte de 1988, contribuindo para que fosse mais igualitária e justa ao defender inúmeros direitos das mulheres, sendo conhecidos por causa disto como, “lobby batom”.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal - CF-88 reconhece-se, no plano formal-legal, a igualdade entre homens e mulheres no que discerne aos direitos e obrigações, exigindo assim, tratamento igual perante a lei.

Conforme afirma Costa (2009, p.63) legalmente, o movimento feminista logrou aprovar em torno de 80% de suas demandas, “se constituindo no setor organizado da sociedade civil o que mais vitórias conquistou”. Contudo, mesmo com os avanços do movimento feminista e do movimento de mulheres ao trazer as questões de direitos da mulher na agenda governamental, esta, por sua vez, não está isenta de conflitos e dissensos.

Contudo, conforme dito no capítulo 1, mesmo diante desses avanços, até o ano de 2003, em geral, as ações eram muito fragmentadas, sendo basicamente a capacitação de profissionais da rede de atendimento e a criação de serviços, especificamente as Casas Abrigos e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs.

Por outro lado, a nova agenda brasileira de políticas públicas teve que corresponder às diretrizes estabelecidas pela IV Conferencia Mundial sobre as Mulheres (Beijin – 1995), devendo ser implementadas efetivamente. Sobre isso Farah (2004) aponta quais as diretrizes, sendo: 1) violência; 2) saúde; 3) Meninas e adolescentes; 4) Geração de emprego e renda; 5) Educação; 6) Trabalho; 7) Infraestrutura; 8) Questão agrária; 9) Incorporação da perspectiva de gênero; por toda política pública (transversalidade); 10) Acesso ao poder político e ao empoderamento.

Sobre este último aspecto, ressalta-se que diz respeito à abertura de espaços participativos e de tomada de decisão das mulheres como forma de garantir a atuação na formulação de políticas públicas, bem como, a consolidação da autonomia para decidir sobre suas próprias vidas, promovendo mudanças nas relações de poder, nos diversos espaços em que estão inseridas.

Desse modo, o Brasil, passa a estruturar sua agenda política com base nessas diretrizes elaboradas pela IV Conferencia Mundial sobre as Mulheres nos anos subsequentes, abordando em suas ações, as questões referentes ao gênero. Nesse contexto, é criada então, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, por meio da Lei Federal nº 10.683 de 2003, ligada a Presidência da República. A SPM tem como objetivo principal promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação contra a mulher; a sua atuação se desdobra em três linhas principais de ação: 1) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres, 2) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e 3) Programas e Ações nas áreas da Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade

de Gênero e Diversidade. A estrutura da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria Executiva e de três outras secretarias.

Em continuidade aos avanços, em 2004 foi realizado a I Conferencia Nacional para Mulheres, tendo como provocar a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a Conferência, fora precedida de plenárias municipais e regionais, ademais de conferencias estaduais; segundo Costa (2009, p. 74) “calcula-se que aproximadamente 500 mil mulheres participaram em todo o processo nos âmbitos municipais, estaduais e federal”.

Assim, em 2005 foi lançada a primeira edição do Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM, este, continha objetivos traçados a serem alçados até o ano de 2007.

A principio o I PNPM se estruturou em 199 ações, sendo distribuídas em 26 prioridades, agrupadas em 4 linhas de ação, sendo: a) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) Educação inclusiva e não sexista; c) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; d) Enfretamento à violência contra as mulheres.

No dia 07 de agosto de 2006 foi promulgada<sup>19</sup> pelo então Presidente da República a Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – que dispõe sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esta Lei representou ao País um marco legal, divisor de águas, na luta pelo fim da violência contra as mulheres e na busca por promover uma real mudança nas relações domésticas e familiares, onde os padrões de supremacia masculina e subordinação feminina foram estabelecidos.

Em 2007, aconteceu a II Conferencia Nacional para Mulheres, no mesmo formato da Conferência anterior, tendo a participação de 2.700 delegadas no âmbito nacional. No ano seguinte, foi criado o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008), apresentando 394 ações e 11 eixos, sendo:

I) Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; II) Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não homofóbica e não lesbofóbica; III) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; IV) enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; v) participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; VI) desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; VII) direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; VIII) cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; IX)

---

<sup>19</sup> Pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; X) enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; XI) gestão e monitoramento do plano.

No eixo IV que fala do enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; são apresentados os seguintes objetivos:

I.Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha; II. Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; III Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas (BRASIL, 2008).

Em comparação, a respeito do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) constata-se que este cuidou mais em prever a elaboração das políticas públicas, ao passo que o II PNPM focou mais na questão da implementação dessas políticas.

Dando sequência, em 2011, aconteceu a III Conferencia Nacional de Políticas para Mulheres, contando com a presença de 2.215 delegadas a nível regionais. Como fruto dessa conferência surgiu o III PNPM, que objetivou metas a serem cumpridas entre os anos de 2013 a 2015. Diferentemente dos demais Planos, o III PNPM avançou em sua estrutura, apresentando uma previsão de um plano de trabalho, detalhando ações, órgãos responsáveis e órgãos parceiros. Ademais, o plano de trabalho relaciona ainda cada ação às metas e objetivos do Plano Plurianual do Governo (PPA), considerando dessa forma a importância da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Como se pode constatar, ao passar dos anos, as lutas e reivindicações no âmbito dos direitos das mulheres tornaram-se palpáveis, e aos poucos tanto os mecanismos legais, como a rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência foi sendo construída. Assim, a respeito da rede de atendimento é importante conceituar, e, segundo o documento “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (BRASIL, 2011):

A rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e a integralidade e a humanização do atendimento.

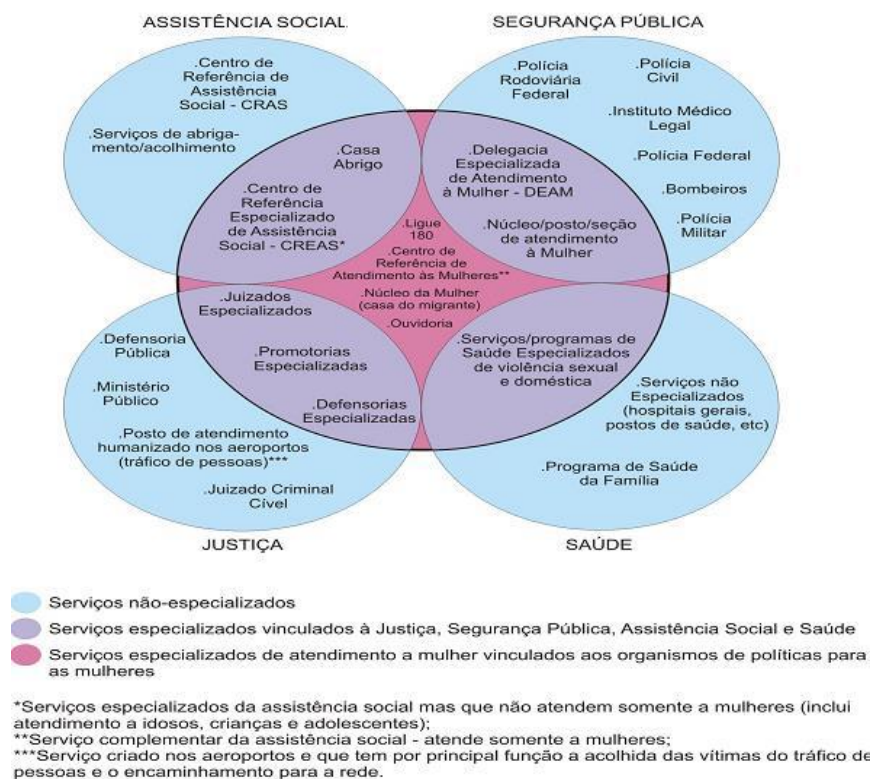
Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento a mulher em situação de violência é parte da rede enfrentamento a violência contra mulher, contemplando o eixo da “assistência” que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva: (...) garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-

Abrigo/Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juíza dos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento - articulação dos governos – Federal, Estadual, Municipal, Distrital- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento (BRASIL, 2011, p. 8).

Desse modo, a rede, segundo Passos (2010), é indispensável à criação de uma rede intersetorial para a formulação e efetivação de ações que promovam de fato os direitos das mulheres. De acordo com Faleiros (1999, p. 25) “a rede é uma articulação de atores em torno [...] de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética”.

A rede de atendimento à mulher em situação de violência se divide em quatro principais setores/áreas, conforme reza a “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” são elas: saúde, justiça, segurança pública e assistência social, conforme a figura 4 abaixo:

**Figura 4 - Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**



**Fonte:** WERTHEIN (2010).

Já por sua vez, conforme preconiza o documento “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” da SPM (BRASIL, 2011) o conceito de rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher diz respeito:

À atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilizações dos agressores, e a assistência qualificada as mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

Assim, tanto a rede de atendimento à mulher em situação de violência, como a rede Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência é composta por duas categorias principais, conforme podemos ver no quadro:

**Quadro 2 - Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência**

REDE DE ENFRENTAMENTO	REDE DE ATENDIMENTO
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializado e não especializado)
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**Fonte:** Adaptado de Brasil (2011).

Assim, conforme situamos a rede de atendimento a mulher em seu âmbito nacional, veremos adiante, como esse conjunto articulado de ações e serviços esta estruturado no município, e quais foram os passos chegar ao que hoje temos em Florianópolis.

### 3.3 OS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA À MULHER EM FLORIANÓPOLIS - SC

Para chegar-se ao que hoje temos em Florianópolis a despeito dos serviços de referências e de atendimento as mulheres, antes, foram necessárias todo um processo de lutas



e mobilizações por partes dos movimentos sociais, sobretudo, o movimento de mulheres e o movimento feminista.

Em Santa Catarina, na década de 1980, as lutas do movimento feminista tornaram-se mais expressivas após o I Encontro Estadual da Mulher Catarinense que ocorreu na cidade de Itajaí, onde aproximadamente 500 mulheres se reuniram para tratar de temas relevantes a condição feminina, tais como: o trabalho, a saúde, a relação da mulher e sociedade. A partir desse evento, foram criadas comissões de trabalhos e o dia 8 de março – dia internacional da mulher, passou a ser uma data alusiva às manifestações e reivindicações feministas em diversos municípios do estado (CASTILHOS e LUNA, 2004).

Em agosto de 1981, ocorreu na cidade de Chapecó o II Encontro Estadual da Mulher Catarinense passando a incluir na discussão novas pautas, como: custo de vida, vagas para creches, igualdades no mundo do trabalho, desemprego, reforma agrária, educação, saúde, exploração do corpo da mulher nos meios de comunicação, etc. Nessa época, surgiram em Florianópolis dois importantes grupos de lutas: o Coletivo Feminista Amálgama e o Grupo Feminista Vivências (CASTILHOS; LUNA, 2004).

Nos anos que se seguiram, as manifestações, lutas e comemorações alusivas ao dia internacional das mulheres continuaram por todo o estado catarinense e essas aparições ganharam espaços na mídia, bem como na agenda política; assim, no final da década de 1980 foi criada a Casa da Mulher Catarina, que até os dias de hoje continua atuante nas questões das lutas feministas.

Ligada a essa onda de manifestações e lutas, nasceu nos anos 1980 o Movimento de Mulheres Agricultora do oeste de Santa Catarina. Esse contribuiu para mais movimentos como este fossem se espalhando pelos demais estados do Brasil, de modo que as discussões políticas a respeito das questões de direitos das mulheres fossem cada vez mais fortalecidas em todo território nacional (LUSA, 2009).

Em 16 de junho de 1987 foi criado o Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF em Florianópolis, por meio da Lei nº 2.598. Em seu artigo 1º diz que, o CMCF foi criado “com o objetivo de promover ações capazes de eliminar a discriminação da mulher e assegurar-lhe a participação efetiva nas atividades políticas, econômicas e culturais”. Segundo o art. 3º o CMCF tinha as seguintes atribuições:

I - Desenvolver programas e projetos no âmbito da Administração Municipal, no sentido de eliminar a discriminação da mulher e incentivar sua participação política, econômica, social e cultural; II - elaborar estudos e pesquisas relativas aos problemas inerentes à condição

feminina; III - propor medidas visando à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas; IV - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; V - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher, exigindo providências efetivas; VI - promover inter-relacionamento com os grupos do movimento de mulheres; VII - firmar convênio com entidades públicas e privadas, com objetivo de implementar programas do Conselho.

Contudo, como já mencionado, esse Conselho atuou por apenas três anos, sendo desativado, contudo após 20 anos, depois de muitas lutas e mobilizações foi reativado, com a instauração em 2007 de uma comissão - decreto nº. 4683, de trabalho para reativar o conselho, assim, este volta à ativa, agora como Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-COMDIM.

Ainda 2007, no dia 26 de abril, foi assinado pelo então prefeito de Florianópolis, Dário Elias Berger, o “Acordo de cooperação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Prefeitura Municipal de Florianópolis”, que se propõe a garantir a implementação das ações formadas no Plano Nacional de Políticas Público para as Mulheres (PNPPM), construído com base nos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Um ano após a assinatura do acordo de cooperação, foi reativado o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM) de Florianópolis no dia 22 de julho de 2008 pela Lei n. 7682 – fruto das mobilizações e lutas do movimento feminista e movimento de mulheres de Florianópolis.

O COMDIM, por sua vez, se define “como órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre governo e sociedade civil, com a finalidade de promover no âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas”. Este conselho continua ativo até os dias de hoje, e tem sido um importante órgão de luta, fiscalização e promoção de políticas públicas no âmbito dos direitos das mulheres florianopolitanas.

Ainda em 2008, no dia 05 de maio, foi criada a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPPM de Florianópolis, através da Lei nº 7625/2008, esta coordenadoria tem como objetivo principal assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos direcionados à área da mulher. É um órgão articulador das políticas públicas, que

trabalha com toda a rede de atendimento do município tanto na esfera governamental como não governamental.

Esta Coordenadoria, dentre tantas contribuições, elaborou e publicou em 2012, o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis - PMPM realizado a partir dos onze eixos temáticos extraídos do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008). Este documento (PMPM) propôs ainda prioridades e definiu propostas que viabilizaram ações bianuais para os anos de 2012 e 2013. Apresenta-se como um importante instrumento de implementação e implantação de ações e serviços. Desse modo, os onze eixos temáticos que compõem o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (FLORIANÓPOLIS, 2012), são:

1. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
2. Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não homofóbica e não lesbofóbica;
3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
5. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
6. Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e Floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
7. Direito a terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.
8. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
9. Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia - Diálogos e Perspectivas;
10. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas;
11. Monitoramento e avaliação do Plano.

Em 2009, foi então criado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV, e, de acordo com as Diretrizes gerais para implantação dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011), o Centro de Referência é um equipamento essencial do programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência.

Diante desse conjunto de ações, o CREMV se configura como uma importante estrutura essencial do programa de Prevenção e Enfrentamento à violência contra a mulher,

sendo assim, veremos no capítulo a seguir mais a respeito desse serviço, que no caso de Florianópolis se apresenta com características peculiares, uma vez que este serviço é pensado numa perspectiva da Política da Mulher (SPM), mas que se insere na Política de Assistência Social por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

#### 4 O CENTRO DE REFÊRENCIA DE ATENDIMENTO AS MULHER E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

*“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”.*

*(Simone de Beauvoir)*

Como já abordado nos capítulos anteriores, a violência contra a mulher é uma problemática multidimensional, que se manifesta como uma das expressões da questão social, configurando-se nesse contexto, como uma violência de gênero, ou seja, a violência que se expressa pela maciça opressão e dominação masculina, violando assim, a integridade física, psicológica e moral da mulher.

Por se tratar de uma problemática de cunho público, sabe-se que é necessária por parte do Estado, a criação de mecanismos legais e estruturais, a fim de coibir, enfrentar e prevenir a violência de gênero. Nesse contexto, o CREMV de Florianópolis se apresenta como um importante equipamento de atendimento e enfrentamento à violência perpetrada contra a mulher.

Desse modo, o capítulo em tela pretende mostrar os resultados da análise da pesquisa realizada sobre os desafios no atendimento à mulher em situação de violência no município de Florianópolis. Para tanto, buscou-se na construção da pesquisa e análise a realização prévia de procedimentos metodológicos. Primeiramente, delimitou-se a unidade de análise empírica da pesquisa, sendo esta, o Centro de Referência e Atendimento a Mulher em Situação de Violência – CREMV de Florianópolis. Em seguida, realizaram-se os procedimentos de coleta e análise de dados, de modo que, optou-se como *fonte primária* a realização de entrevistas semiestruturadas. A princípio, foi proposta a realização de 8 entrevistas, contudo, devido algumas dificuldades enfrentadas no decorrer desse processo,<sup>20</sup> foram realizadas o total de 6 entrevistas. Considerou-se como critério para a inclusão dos sujeitos da pesquisa o fato de tais sujeitos estarem envolvidos em diferentes instâncias da política de direitos da mulher, fato este, que contribuiu para construção do processo de interpretação da realidade, possibilitando

---

<sup>20</sup> Durante o processo de aplicação das entrevistas, impossibilitou-se a realização das 8 entrevistas como estava previsto no projeto inicial. Isso se deu devido aos contratempos, dentre elas, a dificuldade de contatar com o sujeito (que se deu através de visitas ao local de trabalho, bem como, através telefonemas), em outro caso, teve-se dificuldade em se conseguir espaço na agenda dos sujeitos entrevistados. Assim, com o risco de comprometer a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, foi tomada a decisão técnica de não incluí-las na análise. Desse modo, a não participação de 2 (dentre os 8 sujeitos da pesquisa) sendo as instituições representadas, o COMDIM e o CREAS – justificou-se pelas razões referidas respectivamente.

assim, a reinterpretação da realidade à luz do referencial teórico-conceitual, conforme fora determinado nos marcos desse TCC.

Sendo assim, com base nos dados coletados podemos constatar o perfil das entrevistadas que se apresenta da seguinte maneira (QUADRO 3).

**Quadro 3 - Perfil das entrevistadas**

<b>Idade</b>	Entre 34 a 63 anos
<b>Sexo:</b>	100% das entrevistadas são do sexo feminino
<b>Nível de escolaridade</b>	90% das entrevistadas possuem especialização; 10% possui mestrado.
<b>Formação acadêmica</b>	80 % das entrevistadas possuem formação em Serviço Social, 10% possui formação em Psicologia, e outros 10% tem formação em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais.
<b>Instituição que representa</b>	100% das entrevistadas fazem parte do quadro técnico da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), desse total, 80% representam o CREMV, 10% a CMPM e 10% a SEMAS.
<b>Ocupação/Cargo</b>	Das entrevistadas 40% exercem o cargo de Assistente Social, outros 40% ocupam o cargo de Coordenadoria, 10% ocupa o cargo de Diretoria, e os outros 10% exerce o cargo de Orientadora Jurídica.

**Fonte:** elaboração própria, 2014.

Esse capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, será feito um breve resgate da historicidade do CREMV; em seguida, far-se-á uma análise normativa do CREMV com base no referencial metodológico – a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006a) e o Documento de Metodologia do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Por último, abordar-se-á a respeito das implicações políticas e técnicas a partir da inserção do CREMV no serviço de Proteção Especial de Média Complexidade da SEMAS, pontuando os avanços e limites, pontos positivos e pontos negativos, discussão essa derivada propriamente da análise dos dados obtidos com a pesquisa, sendo incluídos ainda nesta sessão alguns dados dos atendimentos realizados pelo CREMV.

#### 4.1 O CREMV NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: BREVE HISTÓRICO

Conforme dito no capítulo 1, o CREMV fora criado no dia 06 de março de 2009, no então mandado do prefeito de Florianópolis, Dário Berger. Contudo, em relação à historicidade do CREMV, a pesquisa acusou por meio das entrevistas, que são poucos os documentos oficiais que registram sobre o processo de criação do CREMV.

Segundo as entrevistadas, 90% delas confirmaram saber o ano da criação do CREMV, contudo, em relação aos documentos oficiais que contam esse acontecimento, foram citados, na grande maioria, apenas a Metodologia do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência – CREMV Florianópolis/SC, o Diário Oficial do Município e possivelmente arquivos do COMDIM e da CMPPM conforme consta nas falas:

Sim, sobre a data de início do CREMV há registros no Diário oficial; na Coordenadoria – CMPPM; e no COMDIM (atas); através de consulta de registros (E2, 2014).

(...)

O que posso contar são falas que foram passadas por pessoas que estavam envolvidas no projeto de construção do CREMV. Foi uma conquista dos movimentos sociais feministas para ter um local específico no município de Florianópolis com o objetivo de atender mulheres em situação de violência. Na ocasião a SEMAS, que atende as questões de violação de direitos de famílias e indivíduos, pactuou para a construção de um Centro de Referência da mulher. O terreno foi doado pelo então governo do estado, a construção foi com recursos da prefeitura e da Eletrosul. A construção do CREMV foi embasada na Norma Técnica de Uniformização dos CREMVs da SPM. No entanto, a SPM não disponibilizou nenhum recurso para a construção e manutenção do CREMV, sendo este mantido pela SEMAS de Florianópolis até esta data (E4, 2014).

Conforme indicação feita, realizou-se uma busca desses documentos supracitados, e, constatou-se que os registros sobre a historicidade do CREMV são escassos, sendo que, em sua grande maioria relatam de maneira muito sucinta a criação do CREMV.

Por exemplo: para a pesquisa realizou-se uma busca na internet, no dia 10 de novembro de 2014, no site da Prefeitura de Florianópolis, para localizar nos arquivos do Diário Oficial Municipal (DOM) o registro da criação do CREMV, contudo, não há arquivos datados no período em que o CREMV fora criado, de modo que, só se teve acesso aos arquivos do Diário Oficial a partir de junho de 2009, ou seja, três meses após a data oficializada pelos profissionais ou mesmo declarada pelo Serviço do CREMV.

Já nos registros da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (CMPPM), o “Relatório Anual de Atividades do ano de 2009” faz apenas uma menção ao CREMV, quando na página 12 do referido documento fala muito sucintamente sobre a elaboração de projetos

para captação de recursos destinada à área da mulher – assim, o CREMV é mencionado no que concerne à proposta de nº 050074/2009 que se refere ao Reaparelhamento do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Por sua vez, no documento de Metodologia do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência – CREMV Florianópolis/SC, constatou-se uma descrição a respeito da historicidade deste serviço, contudo, de forma muito sucinta também. Tal documento faz um breve resgate da mobilização e articulação dos movimentos sociais, sobretudo, o movimento de mulheres e o movimento feminista, relatando as conquistas no campo dos direitos da mulher, abordando em âmbito global até se chegar ao município de Florianópolis, onde cita o “Acordo de cooperação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Prefeitura Municipal de Florianópolis”, que busca garantir a implementação das ações estabelecidas no “Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres”, que fora construído na Iª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em seguida, em ordem cronológica faz menção da criação da CPPM e do COMDIM, citando por último a parte que se refere à criação do CREMV de maneira muito breve, sendo: “No ano de 2009 foi inaugurado no município o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência” (FLORIANÓPOLIS, 2014, p.3), e, “O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Florianópolis foi inaugurado no dia 06/03/2009” (Idem, p. 5). Sendo que, boa parte desse documento se propõe a tratar sobre a metodologia de atendimento do CREMV, assunto este, que versaremos mais adiante.

Assim, dentre os documentos pesquisados, o que apresentou mais detalhes a respeito da história da criação do CREMV, foram os arquivos do COMDIM, que nos fora disponibilizado contendo alguns documentos contidos numa pasta, dentre eles estava:

Uma Circular Externa (CE ARI – 1125/2008), documento este, elaborado pela ELETROSUL Centrais Elétricas S.A, datado de 22 de abril de 2008, na então gerência de Sadi Rogério Faustino – Gerente da Assessoria de Relações Institucionais, destinado à Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, idoso, Família e Desenvolvimento Social (hoje a SEMAS), aos cuidados de Eva Paula Franciosi. Este documento refere-se à destinação de recursos para o projeto de criação do CREMV, informando que em dezembro de 2006 fora aprovado o patrocínio da Eletrosul no valor de R\$100.000,00, sendo que o pagamento do valor far-se-ia conforme cronograma da empresa, sendo duas parcelas de R\$ 50.000,00, sendo que a primeira fora paga em maio de 2008 e a segunda em agosto de 2008, ficando necessária a prestação de contas dos recursos recebidos.



Também consta no arquivo, um documento elaborado pela Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, por meio da Gerência de Planejamento, Monitoria e Avaliação, que trás os detalhamentos dos custos, da reforma/ampliação do espaço físico do CREMV, da aquisição de material permanente, da formação do quadro de técnicos por meio de concurso público. O documento trata ainda dos objetivos do CREMV, geral e específico, das metas e resultados esperados: beneficiárias diretas e indiretas, estimando-se respectivamente, 150 mulheres em situação de violência/mês e, 200 crianças e adolescentes envolvidos no ciclo de violência, filhos das mulheres atendidas no CREMV, entre outros. Versa também sobre a metodologia, estipula a duração do projeto de criação, prevê o impacto a curto e médio prazo, a sustentabilidade do projeto, entre outras coisas. No entanto, é importante salientar que este documento não se encontra na íntegra, sendo que o total de folhas numeradas vai até o número 25, contudo, o material inicia a partir da folha 13, faltando ainda ao documento 12 páginas.

Acha-se contido também, o documento intitulado “Procedimentos de Atendimento do CREMV”, este registro caracteriza o CREMV como um serviço que faz parte da Proteção Social Especial da Média Complexidade da Política de Assistência Social; identifica qual o público alvo desse atendimento, constituído por mulheres em situação de violência doméstica, entre 18 a 59 anos, também apresenta o objetivo principal da instituição, sendo este: “fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e sociais da mulher atendida, bem como, orientá-la sobre seus direitos e garantias da lei, permitindo que ela se torne apta a tomar decisões relativas à violência vivenciada” (s/n). Esse documento apresenta ainda, de maneira detalhada ações, como por exemplo, como deve ser feito a inserção da mulher nos atendimentos do CREMV, quais os procedimentos de atendimento: recepção e informações gerais, acolhimento, também, quais os procedimentos a serem adotados em situações que envolvem: mulheres etilistas e usuárias de drogas, saúde mental, situações que envolvem risco para as crianças e/ou adolescentes, violência sexual (em até 72 horas), situações que envolvam mulheres moradoras de rua, e, situações que envolvam violências contra incapaz (termos estes, utilizados pelo referido documento). Atribuem também, parâmetros em cada âmbito do atendimento: social, psicológico e jurídico (vale ressaltar que este documento não é o mesmo documento metodológico utilizado pelo CREMV atualmente).

Juntamente com as demais documentações supracitadas, encontra-se na íntegra o documento “Acordo de Cooperação” entre a SPM e a PMF, este manuscrito que prevê a união de esforços, sob a forma de cooperação mútua e desenvolvimento de ações integradas com

base nas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). Esse documento apresenta 7 cláusulas, sendo elas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

Constitui objeto deste Acordo a formalização de compromisso entre as partes visando à implementação das ações previstas nas áreas de atuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM.

O Plano Nacional a que se refere esta Cláusula foi construído com base nos resultados da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e incorpora a perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas, reconhecendo e enfrentando as desigualdades sociais existentes em nosso país.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Constituem as prioridades eleitas pelos participantes celebrantes desde Acordo o desenvolvimento das ações nas seguintes áreas de atuação:

Promoção da autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) Educação inclusiva e não sexista; c) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, d) Enfrentamento à violência contra as mulheres.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PARTICÍPEES

Para consecução do objeto neste Acordo comprometem-se os participantes:

I) SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Assegurar o cumprimento das ações e o alcance dos objetivos estabelecidos no plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

#### II) MUNICÍPIOS:

Garantir a implementação das ações estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS:

O instrumento em exame não envolve repasse de recursos financeiros entre os participantes, as despesas decorrentes do presente acordo correrão à conta de suas dotações orçamentárias, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e nos eventuais termos aditivos.

Parágrafo único. Quando as ações resultantes deste instrumento implicar a transferência de recursos financeiros entre os participantes, estas serão oficializadas através, de convenio específico ou outro instrumento adequado.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo entra em vigor na data de sua assinatura até 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado, alterado, reformulado e/ou ampliado mediante termo aditivo, por expressa manifestação dos participantes, com antecedência mínima de 30 dias do término da vigência do instrumento, desde que não implique modificação de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – FORO

É competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente acordo de Cooperação, que não possam ser resolvidas mediante acordo entre os participantes, a Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

#### CLÁUSULA SETE – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União.

E, por estarem as partes justas e acordadas em suas intenções, firmam entre si o presente Acordo elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma. *(Grifo nosso)*.

Destarte, é interesse notar que o referido documento faz jus as principais exigências apresentadas I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), que por sua vez, se materializou através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. A garantia da implantação da Política da Mulher em todos os âmbitos da esfera governamental é

de suma importância para a afirmação da mesma, sendo assim, o “Acordo de Cooperação” resultou como uma importante conquista no âmbito municipal, ainda que, no plano formal-legal.

Assim, no que concerne aos resultados da pesquisa supracitada, constatou-se através das falas e do levantamento de dados documentais, que são poucos os registros que contam de maneira mais detalhada a historicidade do CREMV, o que revela uma fragilidade em termos de documentos que registrem essa história oficial do surgimento do CREMV, no que se referem aos seus desafios, avanços. Sendo assim, a respeito desse fato, podemos ser levados a refletir que, a ausência ou mesmo a escassez de informação pode nos levar a crer que, possivelmente, pouca importância tem se dado a essa política, assim como, o não registro ou a escassez de informações pode levar ao esquecimento ou mesmo a invisibilidade de certos acontecimentos.

#### 4.2 ASPECTOS POLÍTICOS-INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO CREMV NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O CREMV segundo Brasil (2006), Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência (NTUCREMV/2006) se caracteriza como:

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006a, p. 10).

No município de Florianópolis, este equipamento está vinculado a SEMAS como vimos anteriormente, contudo, considerando que este serviço é um equipamento essencial da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da SPM, e que, inclusive a NTUCREMV/2006 alude que o CREMV deve estar vinculado ao órgão administrativo, responsável pela gestão das políticas para as mulheres, conforme citação:

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência são equipamentos da política pública especial de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, vinculam-se administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados (...) (BRASIL, 2006a, p. 27).

Coube saber as razões do porquê esse serviço está inserido na SEMAS; assim, a respeito dessa questão 80% das entrevistadas responderam que o CREMV está inserido na SEMAS porque não existe uma Secretaria municipal específica para a mulher que possa gerir a política, seus programas, projetos e serviços, conforme consta nas falas:

Porque não temos uma Secretaria com capacidade administrativa e financeira para fazer a gestão desse equipamento. Por isso, é necessário que se tenha uma coordenadoria com estrutura administrativa e financeira, ou secretaria, melhor seria se fosse uma secretaria (E5, 2014)

Eu acho que ele foi inserido na SEMAS porque não há uma Secretaria Municipal da Mulher, como estão questionando, e não existe uma estrutura dentro da prefeitura que possa fazer frente às questões financeiras do CREMV. Porque um equipamento como o CREMV exige um respaldo financeiro grande, e tem toda a questão de pessoal, telefone, internet, de vigilância, toda a logística de manutenção, enfim. É um equipamento bastante dispendioso e, se a SEMAS não assumisse provavelmente estaria fechado. Quem iria assumir essas despesas? Então é a Secretaria de Assistência que arca com todas as despesas. (E6, 2014)

Também se afirmou que a atual situação do CREMV no município, deve-se ainda pelo fato de que a SPM não provê recursos financeiros para gerir este serviço, ficando assim, a cargo da SEMAS, que historicamente sempre trabalhou com questões ligadas à violação de direitos dos indivíduos e da família, como consta no depoimento:

Porque a SEMAS historicamente trabalha com as questões de violência e violação de direitos da família e indivíduos. Também porque a SPM propõe a criação do CREMV, mas não destina recursos para sua manutenção, tornando-o dependente do financiamento da Secretaria de Desenvolvimento Social para continuar existindo. (E1, 2014)

A respeito dessa afirmação, o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), no que se refere ao item 2.5.2 da Proteção Social Especial – prevê o atendimento assistencial as seguintes categorias (BRASIL, 2005, p. 37):

São destinados, por exemplo, às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao desenvolvimento.

Afirma ainda (2005, p. 37):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de

substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, entre outras.

Conforme descrição acima, a PNAS define que a Assistência Social seja responsável pelo atendimento social à família e ao indivíduo que esteja em situação de risco, ou seja, pessoas que tenham tido seus direitos violados. No entanto, nota-se que essa normativa não faz alusão de forma específica à violência contra a mulher, não fazendo o recorte à violência de gênero, como preconiza o PNPM da SPM – sendo esta, específica ao tratar a violência contra a mulher numa perspectiva de gênero, desse modo, torna-se evidente que a política adotada pela SEMAS foi pensada e estruturada de forma mais abrangente, conforme preconiza a PNAS.

Contudo, ao tratarmos da violência contra mulher, é importante salientar que a violência é um fenômeno multidimensional, sendo assim, seu enfrentamento deve se dar de forma articulada e conjunta com as demais políticas setoriais, conforme preconiza o PNPM e a Norma Técnica de Uniformização dos CREMV's:

(...) Plano Nacional de Políticas para Mulheres, vem apoiando ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, bem como de atendimento às mulheres em situação de violência, fornecendo apoio técnico e financeiro a projetos educativos e culturais de prevenção, a serviços especializados no atendimento, promovendo ou apoiando eventos de capacitação de pessoas atuantes na prevenção e atendimento, articulando e promovendo a participação dos poderes públicos para a constituição das redes de cidadania envolvendo, principalmente, os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, com fins de ampliar o efetivo acesso de mulheres às políticas públicas setoriais e aos serviços de Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2006a, p. 11).

Assim sendo, compreendendo que o CREMV poderia estar alocado numa Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, questionou-se a respeito do porque da não existência dessa secretaria no município de Florianópolis.

Dentre os motivos citados do porque da não existência de uma secretaria específica para mulheres no município, as entrevistadas expuseram: 40% afirmaram que é por falta de recursos financeiros, outros 40% disseram que se trata de uma política nova, sendo recentes as discussões sobre a temática, 10% disseram que a criação da secretaria trata-se de uma proposta, não de uma obrigatoriedade, e que para criação da mesma demandariam ações do poder executivo, tanto municipal e estadual, outros 10% afirmaram que a falta de conscientização política por parte dos gestores é razão principal pela qual não se tem uma secretaria da mulher no município, conforme pontua as falas:

Eu acredito porque ainda não se conseguiu mostrar para o executivo a importância de se ter uma estrutura para as mulheres. Acredito que agora nós estamos conseguindo mostrar para o executivo qual a importância. Porque quando se fala da criação de uma secretaria específica para a mulher, eles dizem (se referindo ao executivo): ‘Ah, mas então, o jovem também quer, o negro também quer, todo mundo quer uma secretaria específica’. Mas a nossa justificativa é que temos uma população de mais de 50% de mulheres e que a demanda é efetiva, os problemas são efetivos, a demanda está aumentando. E não tem mais hoje como fazer a gestão do serviço, vincular a área da mulher com a gestão da Secretaria Municipal de Assistência, porque, esta secretaria vai querer gerenciar esse serviço dentro da sua política, ou seja, dentro das normativas do SUAS. Então, acredito que ainda não se conseguiu porque não há um olhar político para isso. Não é uma política de prioritária de governo ainda. Então, no momento em que nós conseguirmos justificar, colocar na cabeça desses gestores principais, os primários, que é o prefeito, o secretariado; a importância de se ter uma secretaria para fazer a gestão, do CREMV, Casa de Passagem da Mulher, da “Casa da Mulher Brasileira” que será implementada ainda. Quando os gestores entenderem que precisamos pensar nos 11 eixos do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, então, nós vamos conseguir com que eles (gestores) entendam a importância desse processo. Eu acredito que para o ano que vem teremos uma secretaria da mulher. (E5, 2014).

Contrapondo essa fala, há quem considere que a criação de uma secretaria da mulher seria um grande custo para o município, ao passo que também se estaria privilegiado uma política em detrimento de outras, conforme se consta na fala:

A razão principal é a dificuldade de se criar mais uma secretaria, pela questão estrutural e financeira, e também pela questão logística da própria prefeitura. A gente vê a tendência hoje em dia de reduzir ao máximo a máquina pública, né?!. Então, eu acho bem complicado criar mais uma secretaria específica para um segmento. Está privilegiando um segmento em detrimento de outros que também são tão importantes quanto. E até contrariando a opinião de muitos, eu até entendo, que mais urgente e mais oportuno seria uma secretaria municipal de direitos humanos. Porque na medida em que se cria uma secretaria municipal para as mulheres, vai ter que se criar uma secretaria municipal para o idoso, para o afrodescendente, para a criança, para o portador de deficiência, enfim, para todos os segmentos (E6, 2014).

É sabido que em Florianópolis temos uma CMPM, contudo, fora questionado se ainda haveria a necessidade da criação de uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, considerando a existência da CMPM; o resultado foi que, 80% das entrevistadas disseram que sim, que uma secretaria da mulher possibilitaria a gestão dessa política conforme preconiza as diretrizes da SPM, como consta:

Quanto à opinião decorrente da necessidade da criação de uma nova pasta concordaria, pois, seria desvincular o CREMV da média complexidade (SEMAS), com a coordenação autônoma padronizando os procedimentos de seu funcionamento de acordo com as normas técnicas de uniformização dos centros, conforme preconizados pela SPM, para que efetivamente de forma a consolidar a implementação da política nacional de enfrentamento a violência contra a mulher. (E2, 2014).

Acredito que uma secretaria poderia ampliar as ações voltadas a mulher, todavia, necessita ser criada com o aporte financeiro, pois, sem financiamento não se é possível implementar ações. (E3, 2014)

Contudo, outros 20% disseram que melhor seria a criação de uma secretaria de direitos humanos, de modo que, possa abarcar todas as demandas nos diferentes seguimentos, conforme se lê:

Não sou a favor da existência de uma secretaria específica para as mulheres, e sim a criação de uma secretaria de direitos humanos, onde a coordenadoria de políticas para as mulheres e o CREMV podem estar inseridos, desvinculando o CREMV da SEMAS. Com a criação de uma secretaria em que terá orçamento próprio para ser aplicada na construção da política de enfrentamento a violência contra a mulher (E4, 2014)

Até onde eu sei a Coordenadoria de Políticas para a Mulher funciona muito bem, é proativa, sempre trabalhando em prol da causa. Mas como já me referi anteriormente, acredito ser mais oportuna a criação de uma secretaria de direitos humanos e coordenadorias para todos os segmentos (E6, 2014).

A respeito dessa temática, a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, em entrevista para o jornal da ABCD MAIOR falou a respeito da importância da criação de secretarias de políticas para a mulher tanto no âmbito estadual como municipal:

A diferença dos municípios e estados que criam as secretarias é enorme na implementação das políticas públicas. A criação de uma secretaria faz com que o tema da mulher e de gênero seja transversal a todas as políticas públicas do município, do estado. Transversal significa que as políticas de áreas como educação, de saúde, transporte, habitação e desenvolvimento social incorporem a perspectiva de gênero, ou seja, incorporem as mulheres no mesmo nível de igualdade que homens. Essa é uma questão. Isso deve ter um olhar de gênero e nesse sentido acredito que só assim a democracia vai realmente avançar e se consolidar em nosso País. E com recursos próprios, garantidos em orçamento, para que essa secretaria possa de fato, além de atuar na transversalidade dessa questão, implementar as políticas reais e concretas que permitam o acesso pleno à cidadania (DIAS, 2014).

A referida ministra acrescentou ainda:

Agora não basta ter secretaria e deixá-la lá. Tem que ter secretaria com recursos humanos, com quadros próprios de pessoal, com recursos financeiros, tem que estar no planejamento orçamentário do município. Ou seja, o gasto com políticas para mulheres tem que ser previsto pelo município. Portanto tem de ser votado na Câmara de Vereadores. E uma secretaria faz isso, a coordenadoria não faz, essa é a diferença. A coordenadoria coordena as ações, mas não tem poder de implementá-las e defini-las e ter cargos, o que é fundamental na gestão pública (DIAS, 2014).

Nesse sentido, considerando o contexto econômico e político do município de Florianópolis, e, com base nas falas apresentadas, tanto as que são favoráveis e as que se contrapõem em relação à criação de uma secretaria municipal de políticas para mulher, compreendemos que ainda há muito que se discutir a respeito dessa temática, até que se possa

chegar a um denominador comum. Contudo, não se pode desconsiderar que, a possível implementação de uma secretaria da mulher pode significar sim, a reafirmação dessa política, considerando toda luta histórica dos movimentos de mulheres, dos movimentos feministas, que vem lutando por políticas que garantam os direitos da mulher, que faça frente ao combate a violência de gênero, que luta pela superação das desigualdades de gênero, fenômenos estes que são históricos e culturais em nossa sociedade, como vimos em capítulos anteriores.

Ponderando ainda sobre as particularidades do CREMV de Florianópolis, questionou-se a respeito de possíveis implicações na relação entre CREMV e a SEMAS – considerando o fato de que o serviço do CREMV fora pensado a partir das diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que traz a centralidade da questão de gênero no seu atendimento, e a SEMAS por sua vez, mesmo trabalhando com violação de direitos, possui outro enfoque não necessariamente com a questão de gênero – sobre a problemática as entrevistadas pontuaram aspectos positivos e negativos dessa relação, sendo que houve apenas uma entrevistada que se absteve de responder quando perguntada (QUADRO 4):



**Quadro 4 – Aspectos positivos e negativos da relação CREMV e SEMAS**

Pontos positivos	Pontos negativos
E1 - O CREMV foi equipado e é mantido com recursos da SEMAS e, até o momento não tem sofrido com a falta de materiais e/ou profissionais necessários para o desenvolvimento do trabalho.	E1 - Adaptação da metodologia mistura o que foi desenvolvido pela SPM com o que foi desenvolvido pela MDS. Assim, foram mantidos o acolhimento e a porta aberta para a mulher, mas foi acrescentado que, durante o acompanhamento, se forem constatados casos de violência contra criança/idoso/pessoas com deficiência, estes também deverão receber atendimento no CREMV.
E3 - Avalio como ponto positivo a manutenção da estrutura e apoio ao desenvolvimento do trabalho	E3 – E como ponto negativo o recurso vindo somente do MDS para sua manutenção, levando a uma constante discussão sobre as formas de enquadramento na política.
E4 - O ponto positivo é que a SEMAS nunca deixou de apoiar e investir recursos no CREMV.	E4 – Em relação ao ponto negativo é em relação à dificuldade que se enfrenta quando a mulher atendida no CREMV possui filhos que também sofrem violência perpetrada pela genitora. Quando se depara com essa situação fica difícil o atendimento, pois, ao mesmo tempo em que sofre violência perpetrada pelo companheiro, ela também é conivente com a violência contra os filhos. Nesse caso como estamos inseridos na SEMAS, temos que também atender aos filhos, porém, seria muito mais eficaz a intervenção se esta mulher fosse atendida no CREMV e os filhos em outro serviço especializado.
E5 - Positivo, é que pode não estar dentro da normativa da SPM, contudo, existe o atendimento, têm-se a garantia desse serviço.	E5 – E o negativo é que a gente não consegue fazer com que seja adequado totalmente dentro da política da mulher (a metodologia de atendimento). Tem umas imposições de que tem que rezar a cartilha deles.
E6 - O CREMV é um equipamento a mais, é tratado de igual forma, como é tratado o CREAS, como é tratado o Centro POP. O CREMV por meio da sua coordenadora sempre se fez presente nas reuniões de coordenadorias de média complexidade. O CREMV é equipamento que está colocado na média complexidade, apesar de ser um equipamento mais ligado à Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher. Mas na SEMAS ele é tratado com igualdade. Eu não vejo, com exceção das questões de metodologias de atendimento, que a gente discutiu por um tempo, mas que hoje já se entrou num acordo.	E6 - Eu acho que não tem pontos negativos.

**Fonte:** Elaboração própria.

Como é possível ver nas falas das entrevistadas, majoritariamente é visto como positivo o custeio e manutenção do CREMV por parte da SEMAS, considerando ainda que sem esse recurso financeiro advindo do MDS talvez não fosse possível a existência desse equipamento no município de Florianópolis.

A respeito dos pontos negativos, torna-se nítido o descontentamento da maioria em relação às mudanças metodológicas no que se refere ao atendimento da mulher, conforme preconiza a NTUCREMV/2006. Pois, com a inserção do CREMV na SEMAS, o atendimento também passou aos familiares da mulher em situação de violência, com exceção do agressor – tal qual preconiza a PNAS (abordaremos mais adiante a respeito desse assunto). Também, a forma exclusiva de manutenção do CREMV pela SEMAS tem sido motivo de contrariedade, pois, considerando que a violência é um fenômeno que perpassa todos os segmentos setoriais, entende-se que seria importante também a participação orçamentária desses setores no enfrentamento, combate e prevenção da violência, ademais, o fato do CREMV ser um equipamento importante da política da SPM, implica também a responsabilidade desta.

Assim, diante dessas considerações, que implicam conhecer os aspectos políticos institucionais que envolvem a atual conjuntura do CREMV de Florianópolis, veremos a seguir acerca das mudanças metodológica e suas implicações, pontuando os aspectos positivos e negativos.

#### 4.3 AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS A PARTIR DA INSERÇÃO DO SERVIÇO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LIMITES E AVANÇOS

A NTUCREMV (BRASIL, 2006) em comum acordo com a MCREMV de Florianópolis/SC (FLORIANÓPOLIS, 2014) caracteriza o Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência como um espaço especializado de acolhimento e atendimento psicológico, social, e, de orientação e encaminhamento jurídico à mulher que esteja em situação de violência. Esse serviço tem por finalidade proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento e empoderamento da mulher de modo que esta tenha consciência de sua condição de cidadã, ou seja, de sujeito de direitos, incluindo o direito de não ser agredida. Nessa perspectiva, o CREMV também deve exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento, sendo o acesso natural a esses serviços para as mulheres em situação de vulnerabilidade, em função de qualquer tipo de violência, ocorrido por sua condição de mulher.

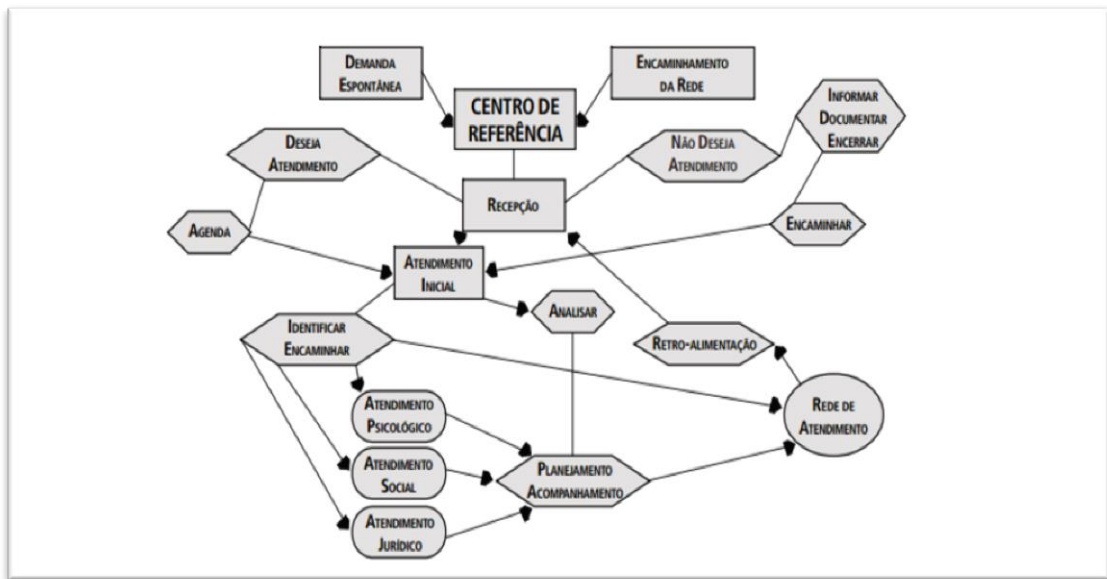
A respeito do público alvo do CREMV, a MCREMV de Florianópolis/SC pontua os critérios, sendo “o gênero feminino”, atendendo nesse caso, mulheres adultas em situação de

violência, e, adolescentes com idade acima de 14 anos que também estejam em situação de violência conjugal e/ou com seus familiares. A normativa pontua ainda que, o atendimento no CREMV deve ocorrer por meio da busca espontânea das mulheres ao serviço ou por meio de encaminhamentos. Contudo, a respeito da permanência, ou seja, o acompanhamento dessa mulher no CREMV, essa se fará por meio da manifestação espontânea da usuária, respeitando assim a vontade da mulher. O fluxograma do atendimento desse serviço, e que tem servido de modelo metodológico para o CREMV, evidencia como acontece o atendimento (FIGURA 3).

Ainda segundo a MCREMV Florianópolis/SC são objetivos do CREMV ,

1. Acolher as mulheres em situação de violência, orientando-a sobre os diferentes serviços disponíveis para prevenção, apoio e assistência em cada caso particular
2. Garantir o atendimento social, jurídico e psicológico às mulheres assistidas oferecendo acompanhamento continuado;
3. Contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha no Município de Florianópolis e demais normas jurídicas nacionais e internacionais;
4. Capacitar, de forma continuada, a equipe técnica com a finalidade de garantir a qualidade do atendimento (pessoal ou via telefone) prestado às mulheres;
5. Favorecer a participação das mulheres em grupos de reflexão, com vistas à recuperação e/ou elevação de sua auto-estima e ao reconhecimento e exercício de seus direitos;
6. Articular os meios que favoreçam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes que propiciem sua autonomia financeira e o seu processo de empoderamento.
7. Aprimorar o sistema de registro e informação dos casos atendidos no Centro de Referência, criando um banco de dados;
8. Contribuir com a construção de uma rede de equipamentos sociais para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero, na perspectiva de otimização dos procedimentos de encaminhamento e acompanhamento.

**Figura 3 - Fluxograma de atendimento do CREMV**



**Fonte:** Norma Técnica de Uniformização dos CREMV's (BRASIL, 2006).

Ainda segundo essa normativa, o CREMV devem ainda prestar os seguintes serviços:

1. Aconselhamento em momentos de crise
2. Atendimento psicossocial
3. Aconselhamento e acompanhamento jurídico
4. Atividades de prevenção: realização de oficinas, palestras em comunidades
5. Qualificação de pessoal
6. Articulação da rede de atendimento local
7. Levantamento de dados locais sobre a situação de violência contra a mulher.

Conforme a NTUCREMV/2006 (BRASIL, 2006a) e a MCREMV Florianópolis/SC (FLORIANÓPOLIS, 2014), o CREMV tem como base referencial para sua intervenção nas situações de violência contra a mulher, a seguinte afirmativa:

As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres: violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual e moral, etc. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulheres em Situação de Violência terão importante função social: contribuir para a eliminação de preconceitos, atitudes e padrões comportamentais na sociedade que perpetuam a violência contra as mulheres.

Assim diante do exposto, e, considerando as discussões feitas a respeito das mudanças metodológicas do CREMV devido a sua inserção na SEMAS desde a criação desse equipamento, é interessante analisar que, em todos os aspectos mencionados acima, desde a conceituação do CREMV, dos objetivos, dos serviços, dentre outros, a NTUCREMV/2006 e da MCREMV de Florianópolis, estão em perfeita conformidade.

Contudo, há um aspecto apenas em que as normativas se diferem, trata-se do “Desligamento da situação em acompanhamento”, segundo a metodologia do CREMV - MCREMV de Florianópolis, essa ação está descrita da seguinte forma (FLORIANÓPOLIS, 2014, p. 12):

4.10. Desligamento da Situação em Acompanhamento:

Para avaliar o indicativo de desligamento, as situações deverão passar por estudo da equipe multidisciplinar junto à supervisora técnica (coordenação).

O desligamento será indicado a partir de alguns critérios:

- mudança de endereço da usuária para outro município;
- Após três meses, no caso de não haver adesão da mulher;
- a pedido da usuária;
- quando a mulher estiver emocionalmente e socialmente fortalecida para tomar atitudes frente à situação de violência vivenciada;
- Quando a Mulher com filhos, não desejar mais o atendimento no CREMV, sendo que estes filhos também estavam em atendimento, o Conselho Tutelar será comunicado que as crianças e/ou adolescentes não serão mais atendidos no CREMV. Neste caso espera-se três meses, após a comunicação ao conselho Tutelar, antes de encerrar a situação em acompanhamento.

Na parte em que se refere ao desligamento da mulher com filhos, se esta, porventura, não desejar mais ser atendida pelo CREMV a instituição deverá respeitar a sua decisão, contudo, no caso das crianças (filhos dessa mulher) também estarem em atendimento no CREMV, deverá o Conselho Tutelar ser notificado da decisão de desligamento da mãe.

Com base nessa afirmação, foi que surgiram muitos debates a respeito da mudança metodológica do CREMV, primeiramente, a partir da inserção de crianças e adolescentes no atendimento, conforme preconiza a PNAS, com base na Matricialidade Sociofamiliar, depois, devido à responsabilização dessa mulher pela violência acometida contra os filhos, podendo ser a mãe também agressora, ou condizente com a situação.

Especialmente o critério de responsabilização da mãe quanto à situação de violação de direitos dos filhos, causou muitos debates nas reuniões entre os sujeitos ligados a essa temática, especialmente o CREMV, a Diretoria Especial de Alta e Média Complexidade (SEMAS) e o COMDIM de Florianópolis. Considerando que a porta de entrada do CREMV é a mulher em situação de violência, uma vez que este serviço está ali para fortalecê-la, pode ser um tanto contraditório culpabilizá-la.

Assim, com base nessa discussão, também foram feitos alguns questionamentos, o primeiro deles, trata-se de saber se o atual modelo metodológico do CREMV retarda e/ou impede a implementação da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município, conforme prescreve a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A pesquisa revelou que 100% das entrevistadas afirmam que a forma de atendimento

do CREMV não trás implicações para implementação da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, como consta:

A perspectiva de atendimento do CREMV é o Enfrentamento a violência contra a mulher, sua configuração metodológica visa o atendimento a ela e seus familiares, não devendo trazer implicações negativas a implementação de políticas (E3, 2014).

Eu acho que a metodologia de atendimento do CREMV em Florianópolis como ela está configurada não vai prejudicar em nada, pelo contrário, ela vai enriquecer a Política de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.

Porque, eu continuo insistindo que não se pode ver essa mulher de forma isolada, dentro de um contexto familiar, principalmente, em relação aos filhos. Quando uma mãe está em situação de violência, a criança ou o adolescente, ou até mesmo adulto, eles também estão em situação de violência. Por que na medida em que os filhos assistem ou convivem com a violência contra a sua genitora, eles estão sofrendo violência psicológica, no mínimo. Então, eu entendo que essa nova metodologia só enriqueceu, a partir do momento em se pode trazer os filhos dessa mulher para dentro do CREMV para também serem ouvidos e atendidos pela equipe multiprofissional (E6, 2014).

Contudo, foram feitas algumas ressalvas, mesmo concordando que a metodologia não implica na implementação da política para as mulheres, como se lê:

Não. Mas, se nós tivéssemos uma secretaria da mulher seria mais fácil essa negociação; então a gente iria via direta. E assim, como está, a gente precisa esta sempre na negociação, a coisa fica mais morosa, o processo fica mais moroso. Porque primeiramente, você vai ter que legitimar a política como importante. Então, eu vejo essa dificuldade, cada um querendo fazer com que a sua política se sobressaia. Mas não impede de que a gente faça uma boa negociação com a SEMAS, eles são abertos para gente. (E5, 2014).

Quando tratamos da especificidade no atendimento a mulher, conforme preconiza NTUCREMV/2006, (BRASIL, 2006a, p. 11):

Os Centros de Referência (CREMV) são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência.

Constatou-se que 100% das entrevistadas estão de acordo com essa normativa, no que se refere a essa questão, mesmo considerando que o CREMV de Florianópolis estende o atendimento também à família da mulher, usuária desse serviço:

Concordo plenamente. A mulher deve ter este espaço para ser acolhida e o CREMV cumpre seu papel com o objetivo de fortalecê-la na superação da violência (E4, 2014).

Entendo como importante, pois, permite que se sinta acolhida, com espaço de escuta qualificada e com referências de garantias de direitos (E2, 2014).

A metodologia do CREMV conforme vimos, amplia o atendimento à família da mulher usuária desse serviço (com exceção do agressor), esse critério, é o único que diferencia esse documento da NTUCREMV. Considerando esse aspecto, questionou-se se haveria contradição entre essas duas normativas. O resultado mostrou que 50% das entrevistadas consideram que sim, existem contradições no documento, outras 50% consideram que não, como mostra as falas:

O CREMV tem em sua metodologia na perspectiva da Norma Técnica de Uniformização proposta pela SPM e vem ampliando os aspectos metodológicos com orientação da SEMAS – MDS para que seu atendimento tenha um olhar sobre os filhos e familiares com direitos violados, apresentando assim a necessidade de se discutir e avaliar com frequência a qualidade do atendimento e suas perspectivas, a fim promover sempre o atendimento de qualidade, a fim promover sempre o atendimento qualificado a mulher e proporcionar a ela o espaço adequado de atendimento (E3, 2014).

A única contradição foi a do CREMV ter que adaptar a metodologia que preconiza o SUAS, em relação ao atendimento a família quando seus membros estão com seus direitos violados (E4, 2014).

Ao se fazer um balanço de todos os aspectos aqui apresentados, por fim, questionou-se a respeito dos pontos positivos e negativos da forma como está estruturado a metodologia CREMV, e como se vê no (QUADRO 5), com exceção de uma abstenção, o grande aspecto positivo considerou-se o olhar ampliado a família da mulher usuária do equipamento. Em contraste, dentre os aspectos negativos, delimitou os desafios no atendimento à mulher, quando esta, também se torna responsável pela condição de violação dos filhos, tornando dificultoso esse atendimento a mulher, devido à situação contraditória. Outro aspecto apresentado por uma das entrevistadas foi a questão da subordinação do CREMV a SEMAS, em outro ponto, uma das entrevistadas considera negativo não poder estender a toda família, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 5 - Aspectos positivos e negativos do modelo de metodologia CREMV**

Pontos positivos	Pontos negativos
E1- Visão ampliada do contexto em que vive a mulher, pois, o atendimento familiar traz informações e percepções dos demais membros, principalmente filhos, que podem contribuir para a modificação da dinâmica familiar e da violência trazida.	E1 - Ao serem ouvidos, os filhos crianças e/ou adolescentes algumas vezes relatam situações de violência praticadas pela mãe, o que irá gerar a responsabilização dela pelos direitos violados dos filhos. Sendo assim, a mulher pode entrar no CREMV como vítima de violência doméstica perpetrada pelo marido/companheiro, mas ser responsabilizada pela autoria de violência contra os filhos.
E2 - Se o modelo atual é o funcionamento e o atendimento, atribui-se como forma positiva o atendimento a mulher vítima, como também aos demais entes envolvidos na situação de violência.	E2 - Negativo se o olhar estivesse direcionado somente na individualidade da vítima (mulher)
E3 - Destaca-se como ponto positivo o olhar ampliado para as demandas da família, ou seja, também, seus filhos.	E3 - Todavia, manifesta-se negativo a fragilidade da rede de atendimento para encaminhamento dos filhos para serviço especializado quando existe situação de violência e a genitora se nega a ser atendida no CREMV, tornando assim o atendimento da mulher obrigatório e não uma opção sua.
E4 - O ponto positivo é o olhar ampliado a família da mulher que procura atendimento no CREMV	E4 - Como negativo quando se contata que os filhos estão com seus direitos violados principalmente quando a genitora é a agressora. No caso, a mulher vem buscar ajuda para superar a violência perpetrada pelo companheiro e é responsabilizada por não garantir a segurança dos direitos dos filhos.
E5 – A entrevistada não sinalizou pontos positivos	E5 - O que não vejo como positivo, é essa dependência, essa subordinação a Secretaria de Assistência – SEMAS. Mas para isso acontecer, para que o CREMV deixe essa subordinação da SEMAS é preciso uma secretaria com capacidade administrativa e financeira para dar conta da gestão desse serviço, caso contrário não adianta se não tiver uma secretaria com capacidade de fazer isso.
E6 - Eu acho que o grande ponto positivo foi abertura do atendimento aos filhos. Mas o mais importante é que a mulher está recebendo o atendimento que ela necessita e merece, e acredito que isso o CREMV vem realizando aos longos desses anos.	E6 - Considero o ponto negativo o fato de não poder estender esse atendimento a toda família.

**Fonte:** Elaboração própria.

Conforme o quadro acima, a respeito dos pontos positivos e negativos referentes à mudança metodológica do CREMV, e, considerando o resultado de toda a pesquisa podemos inferir que o CREMV de Florianópolis vem desenvolvendo um importante papel no atendimento especializado às mulheres em situação de violência, incluindo, nesse contexto, também o atendimento aos filhos dessa usuária.

Além disso, pode-se constatar a partir do recorte de dados, dentre os de 2009 a 2011 importantes aspectos desse serviço em relação ao atendimento e ao enfrentamento à violência contra a mulher no município.



Podemos constatar ainda que, segundo as estatísticas do CREMV, em 2009, 106 mulheres foram atendidas pelo serviço, sendo registradas 190 violências contra essas mulheres, o que reforça que algumas mulheres acusaram ser vítimas de mais de uma violência por parte do agressor. Desse total de mulheres atendidas, 18 famílias dessas mulheres também receberam atendimento. Também importante registrar que o CREMV realizou nesse ano 1.148, ações/procedimentos (atendimentos, ligações, visitas, encaminhamentos, etc.), visando o enfrentamento do problema da violência contra a mulher (TABELA 6).

**Tabela 6 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2009)**

Mês	Entrada da demanda		Tipificação				Ações realizadas
	Mulheres	Famílias	Física	Sexual	Psicológica	Patrimonial	
Março	4	-	4	1	1	-	-
Abril	13	-	10	2	9	-	59
Maio	6	-	2	1	6	-	38
Junho	10	-	7	1	10	-	48
Julho	12	-	6	1	9	-	-
Agosto	11	17	7	3	10	2	174
Setembro	13	0	7	1	12	1	204
Outubro	11	1	7	2	10	1	168
Novembro	12	0	10	2	11	1	291
Dezembro	14	0	9	2	14	3	166
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>18</b>	<b>69</b>	<b>16</b>	<b>92</b>	<b>8</b>	<b>1148</b>

**Fonte:** CREMV (2014).

Em relação ao ano de 2010 alguns pontos são relevantes: houve um aumento de 75,5% no quantitativo de mulheres em relação à 2009, uma redução de 55,5% no total de famílias atendidas e um aumento de 134,6% das ações/procedimentos realizados pelo CREMV. Também interessante observar que o quantitativo de mulheres atendidas no 1º semestre e no 2º semestre ficou praticamente igual, 49,5% e 50,5%, respectivamente. No primeiro semestre os meses de janeiro e abril registraram o maior número de mulheres, totalizando 40,1% e no 2º semestre os registros maiores foram entre agosto, setembro e dezembro, totalizando 74,5% (TABELA 7).

**Tabela 7 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2010)**

Mês	Entrada da demanda		Tipificação				Ações realizadas
	Mulheres	Famílias	Física	Sexual	Psicológica	Patrimonial	
Janeiro	19	1	14	3	17	5	243
Fevereiro	11	1	7	1	10	5	146
Março	14	1	8	3	14	2	243
Abril	19	1	14	0	13	0	191
Maio	14	0	8	2	11	0	271
Junho	7	0	4	0	7	0	198
Julho	8	0	4	2	6	0	234
Agosto	33	1	20	6	22	2	225
Setembro	20	0	14	4	18	1	226
Outubro	12	0	9	0	11	1	196
Novembro	12	1	10	2	11	1	276
Dezembro	17	0	10	3	15	3	245
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>	<b>6</b>	<b>122</b>	<b>26</b>	<b>155</b>	<b>20</b>	<b>2694</b>

**Fonte:** CREMV (2014).

Quanto aos dados de 2011, verificamos que 175 mulheres procuraram atendimento no CREMV e dessas 65 tiveram os atendimentos estendidos à família, pois provavelmente durante o atendimento foi identificadas situações de violência a outros membros, como por exemplo, crianças e adolescentes. Em comparação a 2010 foi registrado uma queda de 5,9% no quantitativo de mulheres, contudo o atendimento ampliado às famílias aumentou extraordinariamente em 983,3%. Em relação às ações houve também uma queda de 56,7% em relação ao ano anterior. Diferentemente do ano de 2010, em 2011 a procura de mulheres ao serviço do CREMV no 1º semestre representou a maioria, 58,8% os atendimentos em relação ao 2º semestre, 41%, ou seja, 30% a mais no 1º semestre em relação ao 2º semestre (TABELA 8).

**Tabela 8 - Registros de violência, entrada da demanda e ações realizadas com mulheres no CREMV (2011)**

Mês	Entrada da demanda		Tipificação				Ações realizadas
	Mulheres	Famílias	Física	Sexual	Psicológica	Patrimonial	
Janeiro	17	10	14	2	17	1	127
Fevereiro	18	0	17	3	16	0	107
Março	19	3	16	2	18	1	125
Abril	19	5	12	1	19	1	94
Maio	8	7	7	0	8	1	83
Junho	12	6	10	1	11	0	87
Julho	10	3	9	0	9	1	81
Agosto	11	7	8	3	11	1	97
Setembro	27	9	17	0	27	2	141
Outubro	13	8	10	0	13	0	113
Novembro	15	7	12	0	14	3	112
Dezembro	6	0	4	1	6	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>65</b>	<b>136</b>	<b>13</b>	<b>169</b>	<b>11</b>	<b>1167</b>

**Fonte:** CREMV (2014).

Assim, apesar das possíveis contradições metodológicas e/ou diferenças nas normativas do CREMV e Norma Técnica de Uniformização do CREMV's – SPM – ainda que poucas, contudo, instigante, a pesquisa sinalizou que o CREMV tem sido um importante equipamento no atendimento de mulheres em situação de violência em Florianópolis, e que o mesmo, vem desempenhando o seu papel, contribuindo de forma considerável no combate as desigualdades de gênero e da violência contra a mulher no município de Florianópolis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível”.*  
(Carlos Drummond de Andrade)

Foi pensando nas particularidades do serviço de atendimento as mulheres em situação de violência no município de Florianópolis que considerou-se fazer uma análise sobre os possíveis impasses políticos e técnico-administrativos que resultaram da relação entre distintas políticas: a Política de Assistência Social do MDS e a Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da SPM. Considerando que o CREMV é um equipamento essencial à Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da SPM, contudo, encontra-se aportando na SEMAS, desse modo, o CREMV teve que ajustar a sua metodologia de atendimento as diretrizes da Política de Assistência Social, no que concerne ampliar o atendimento também aos familiares da mulher em situação de violência, sobretudo, os filhos.

Diante do exposto, buscou-se responder a questão central que envolveu a problemática da pesquisa: “Quais as implicações políticas e técnicas no serviço do CREMV no atendimento à mulher em situação de violência, a partir da sua inserção na Secretaria Municipal de Assistência Social?”

Assim, para alcançarmos os objetivos, foram necessários antes de tudo, compreendermos algumas categorias teórico-conceituais, tais como, o patriarcado e a sua influência na sociedade contemporânea – a respeito disso, avaliamos a necessidade de romper com velhos paradigmas, costumes e tradições, que reforçam uma cultura discriminatória e opressora. Igualmente, foi importante compreender a concepção de gênero e a sua correlação com a violência contra a mulher; também foi necessário conhecer e compreender a concepção de violência, desde o âmbito macro ao micro, bem como, as suas variadas formas, sendo elas, física, sexual, moral, psicológica, patrimonial. Assim, nessa parte do capítulo 2 que tratou sobre as violências, foi oportuno trazer alguns dados estatísticos do atendimento à mulher no CREMV de Florianópolis, dados estes, que foram analisados quanti-qualitativamente, revelando assim, a realidade dessa problemática no município. Contudo, vale ressaltar que, o CREMV de Florianópolis possui um significativo acervo de dados estatísticos empíricos a espera de pesquisas que deem tratamento científico. Sendo assim, sugere-se a possibilidade futura de que novos trabalhos acadêmico-científicos somem-se a esse para que cada vez mais possamos contribuir na visibilidade político-institucional das ações do CREMV no enfrentamento a violência contra a mulher.

Aportarmos ainda, no capítulo 3, os conceitos sobre política social, bem como, uma análise dos tratados e normativas internacionais e nacionais que foram conquistados historicamente, especialmente na área dos direitos da mulher, até se chegar a realidade local do município de Florianópolis, mais especificamente o serviço do CREMV. A respeito dessas conquistas, vimos que os movimentos sociais, sobretudo, os movimentos de mulheres e o movimento feminista foram imprescindíveis para se alcançar determinados direitos, que hoje possuímos.

Buscamos ainda, com a finalidade de responder ao problema de pesquisa e se chegar ao objetivo proposto, realizar uma abordagem de natureza quanti-qualitativa, pois, como se sabe, o conjunto de dados quanti-qualitativos, ainda que diferentes, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia.

Assim, para a coleta e análise de dados, como fonte primária, realizamos entrevistas semiestruturadas, que após vencidas algumas dificuldades de agenda e interesse dos entrevistados em participar da pesquisa foram realizadas e contribuíram para o alcance dos objetivos propostos. Cabe salientar que as dificuldades enfrentadas por pesquisadores no processo da prática científica são enormes, o que torna o processo desafiador e importante. Contudo, ressaltamos a importância da participação do sujeito na pesquisa, pois, para além de contribuir com o pesquisador, o sujeito que se disponibiliza, reafirma o seu compromisso em contribuir com o conhecimento científico.

Sendo assim, como vimos no capítulo 4, as falas dos sujeitos da entrevista foram imprescindível para análise, bem como, o referencial teórico com base na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher em Situação de Violência e o documento de Metodologia de Atendimento do CREMV – Florianópolis.

Com base nas falas das entrevistas, realizamos um levantamento documental sobre os registros que contam a historicidade do CREMV e concluímos que são poucos os documentos oficiais que registram esse acontecimento, o que nos levou refletir sobre a possível falta de interesse ou a invisibilidade a respeito da política da mulher no município de Florianópolis.

A respeito dos aspectos políticos-institucionais, no que se refere à condição do CREMV está aportado na SEMAS desde a sua criação, a pesquisa revelou que, 80% das entrevistadas acreditam que o CREMV está inserido na SEMAS devido a inexistência de uma secretaria municipal da mulher. Sobre essa questão, revelou-se ainda que 80% dos sujeitos da pesquisa consideram importante a criação de uma secretaria da mulher, contudo, outros 20% consideram importante à criação de uma secretaria municipal dos direitos humanos,

considerando os demais seguimentos, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Como bem se sabe, a criação de uma Secretaria Municipal da mulher é demanda antiga, reivindicada especialmente pelo movimento feminista de Florianópolis, representado principalmente o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM) e a Coordenadoria de Políticas para a Mulher (CMPM). Contudo, conforme a pesquisa apontou, por meio das entrevistas, existe uma falta de sensibilidade por parte dos gestores em relação à política da mulher. Já outras falas, pontuaram a necessidade de abranger todos os outros segmentos (crianças, idosos, pessoas com deficiência, etc.), sem que se faça distinção entre eles, ou seja, sem prejuízo de privilegiar um segmento em detrimento de outro.

A respeito dessa problemática, compreendemos que a luta dos movimentos sociais em prol de direitos humanos é algo legítimo, contudo, em se tratando das particularidades do município de Florianópolis, é notável a necessidade de se criar espaços – em âmbito governamental e não governamental – para debater essa problemática a fim de que sejam deliberadas ações nesse sentido, salientando ainda, sobretudo, o trabalho feito pelo COMDIM, como importante órgão fiscalizador, consultivo e, propositivo.

Concluimos ainda que, segundo os resultados da pesquisa, o fato do CREMV estar inserido na SEMAS não retarda a implementação da política da mulher no município, pois, mesmo com algumas poucas diferenças na metodologia do CREMV, em comparação com a Normativa Uniformização dos CREMV's, esse equipamento vem desenvolvendo o seu trabalho com muita competência, conforme apontado pelas entrevistas.

Portanto, respondendo a questão central desse trabalho de conclusão de curso, no que concernem as implicações políticas-institucionais e técnico-metodológicos, segundo falas das entrevistas – concluimos que, a maior implicação se deu na modificação da metodologia do CREMV, ao se adaptar a normativa da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, no que se refere à matricialidade, ou seja, em ampliar o atendimento, outrora somente a mulher em situação de violência, agora passando à família, em especial, filhos. Não obstante, a maior parte das entrevistas considerou esse aspecto positivo, ou seja, poder estender o atendimento à família da mulher em situação de violência. Contudo, a implicação negativa apontada pelos sujeitos da pesquisa, está no fato dos desafios técnicos, quando há violência perpetrada contra a mãe, e contra os filhos. Nesse caso, foi apontada a dificuldade de se fazer o atendimento a mulher em situação de violência, e, contudo, responsabiliza-la pela violação

de direitos da criança, quando nesse caso, a mãe é negligente, não sendo protetora dessa criança.

Vale ressaltar ainda, que em se tratando das definições de papéis, entre homens e mulheres (genitores), não se quer reforçar que com a afirmação acima, que a proteção da criança é papel exclusivo da mulher, eximindo o homem dessa função. Contudo, ao se constatar que o homem é o agressor tanto da mulher como da criança, espera-se que essa mulher seja fortalecida, empoderada, para que ela possa sair da situação de violência, e, igualmente proteger essa criança. Porém, quando se constata que a genitora é a agressora, ou quando esta, é condizente com a violência perpetrada contra a criança, nesse caso, torna-se um grande desafio para o CREMV fazer esse atendimento – essa a maior implicação pontuada pelas entrevistadas.

Por fim, a trajetória acadêmico-científico finalizada com a realização desse TCC, sobretudo, o processo da pesquisa, certamente, foi algo instigante e desafiador, assim, trouxe-me imenso aprendizado. Ademais, considerando a ausência, até o presente momento, de trabalho acadêmicos/pesquisas sobre a referida instituição e seu serviço no município de Florianópolis, e, consequentemente a escassez de referencial teórico sobre a temática; a realização desse trabalho representou um grande desafio, enquanto pesquisadora. Contudo, espera-se humildemente, poder contribuir com o debate acerca do atendimento às mulheres em situação de violência no município de Florianópolis.

Certamente, novos questionamentos poderão surgir, possibilitando assim, que novas pesquisas e estudos sejam realizados mais adiante na pós-graduação. Por fim, faço do pensamento Charles Chaplin os meus: “Que os nossos esforços desafiem as impossibilidades. Lembrai-vos que as grandes proezas da historia foram conquistas daquilo que parecia impossível”.

## REFERENCIAS

AGENDE. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. In: 10 Anos da Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará. **Anáís** Brasília: AGENDE, 2004.

ARAÚJO, M. de F. Violência e abuso sexual na família. **Estudos de Psicologia**, v. 7, nº2, Maringá, PR, jul./dez. 2002.

AZEVEDO, S. de. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos, CHRISTOVÃO, A. C.; NOVARES, P. R. (org.). **Políticas Públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ, 2011.

BEHRING, E. R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA CONTINUADA À DISTÂNCIA. **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 3. Brasília: UnB, 2000.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. **Diário Oficial**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=105443> Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. (1988), **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Código Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) . Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.099 de 26 de dezembro 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Política nacional de assistência social PNAS/ 2004**: norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.



\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização:** Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/01/SPM-Norma-Tecnica-de-Uniformizacao-CRAMs-2006.pdf> Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** 2006b.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de políticas para as mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres.** Brasília, 2011.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e Violência doméstica:** Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez ed, 1993.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

CASTILHOS, C.; LUNA, E. O feminismo em Santa Catarina. In: **Mulher Catarina** – Revista Comemorativa aos 15 anos da Casa da Mulher Catarina. ano 1, n. 1. Florianópolis: Agnus, dez. 2004.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4, p. 25-62, 1985. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. Disponível em: <[http://www.fimdaviolenciainfantil.com.br/tipos\\_de\\_violencia](http://www.fimdaviolenciainfantil.com.br/tipos_de_violencia)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

CONSORCIAL LIVRE BH. O que é uma conferência? **In.** Conferência livre sobre Transparência e controle Social Belo Horizonte. 2012.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres.** Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 28 ago. 2014.

COSTA, A. A. A. **O movimento Feminista no Brasil:** dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de et. all. Olhares Feministas. Ministério da Educação: UNESCO. Brasília, 2009.

DAHLBERG, L.; KRUG. E. G. **Violência: um problema global de saúde pública,** 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0> Acesso em: 15 out. 2014.

DIAS, M. B. **A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 3ª edição, Editora Revista dos Tribunais Ltda. 2013.

DIAS, R. Ministra: SP avançou pouco nas políticas para mulheres. **ABCD Maior**, 31 jul. 2014. São Bernardo do Campo, 2014.

DRAIBE, S. M. O Sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. **Caderno de Pesquisa** n.32. São Paulo: NEEP – Unicamp, 1998

ELESBÃO, J. C. de. **A violação de direitos de crianças e adolescentes e a política de assistência social em Florianópolis: um estudo sobre a demanda reprimida**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. **Revistas Estudos Feministas**. (online) v. 12 n.1 Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

FLORIANÓPOLIS. Lei Nº 7682, de 22 de julho de 2008. Cria o conselho municipal dos direitos da mulher (COMDIM) e dá outras providências. **Câmara Municipal de Florianópolis**. Disponível em: <http://www.cmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres. Câmara Técnica de Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. **I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**. 2012. Disponível em: <https://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/opm/plano-mulher-florianopolis>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência – MCREMV**. 2014.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: Uma Herança Ocidental. **Revista Fato&versões**, n. 2, v. 1, p. 3-16, 2009.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21. Brasília, jun 2000. p. 211-259. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158> . Acesso em: 28 ago. 2014.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano**. RJ/SP: Editora Record, 1990.

FUCHS, A. M. S. L. **Telhado de vidro: as intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade: análise nacional no período de 2004-2008**. 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GAAB, S. T. 8 anos da Lei Maria da Penha. **Gazeta do Sul**, 7 ago. 2014.

GARCIA, L. Um estudo sobre o feminicídio, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf) Acesso em: 30 ago. 2014.

GUERRA, V. N. de A.. **Violência de Pais Contra os Filhos: Procuram-se Vítimas**. São Paulo: Cortez, 1985.

HAHNER, J. E. **A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun, 2001, p. 9-31

IPEA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf). Acesso em: 28 ago. 2014.

JOHNSON, G. A. Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização. In: FAISTING, André Luiz; DE FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. (org). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário** Dourados: Ed. UFGD, 2011.

LAVORENTI, W.; *et al.* **Violência Domestica e Discriminação contra a mulher: tratados internacionais de proteção e o direito penal brasileiro**. Campinas, SP; Millennium Editora, 2009.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LISBOA, T. K. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálisis**, v.8, n. 2, jul-dez. 2005. Florianópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporalis**, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014. Brasília, 2014

LUSA, M. G. **O serviço social e as lutas sociais no campo: pensando nos movimentos sociais a partir das relações de gênero e da conquista de direitos**. 2009. Disponível em: <<http://www.cibs.cbciiss.org/arquivos/O%20SERVICO%20SOCIAL%20E%20AS%20LUTAS%20SOCIAIS%20NO%20CAMPO.pdf>> Acesso em: 25 out. 2014.

MACHADO, I. V., *et al*, “Lei Maria da Penha Maia” e o enfrentamento do assédio moral em relações conjugais: proteção à integridade psicológica da mulher. In: Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: Redações e trabalhos científicos monográficos premiados. 2., 2007. **Anais...** Brasília, 2007. p. 56.

MEDEIROS, M. A trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. **Texto para discussão**. n. 852. IPEA: Brasília, 2001.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, a.15, n. 28, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014

MORESI, E. (Org). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília-DF: UCB, 2003, p.72.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: SESC, 2001.

OLIVEIRA, A. P. G, CAVALCANTI, V. R. S. Violência Doméstica na Perspectiva de gênero e Políticas Públicas. **Rev. Brás. Crescimento Desenvolvimento Humano**, 2007, n.17, v. 1, p. 39-51. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em: 11 ago. 2014 .

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **História**. [S.d.]. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 11 ago. 2014 .

PASSOS, H. R. **Conhecendo a rede de apoio a mulher vítima de violência do município de belo horizonte**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti (org). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINSKY, J.; PINSKY, C. **A história da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e acesso à justiça: o caso Maria da Penha**. Rio de Janeiro: Editora SESC, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAMARA, E. M. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20 n. 22, p. 71-99, 1995.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

SEBASTIÃO, A. C. **O conselho municipal dos direitos da mulher de Florianópolis**: da autonomia, representatividade e participação, aos desafios e entraves do controle social. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SOUZA, B. T. de. **Reflexões sobre os aspectos sociais da violência doméstica contra a mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso; UFF. Rio das Ostras, 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. n. 16. Ano 8. Porto Alegre, jul/dez 2006, p. 20-45

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Bahia, [s.l], 2002.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TRINDADE, A. A. C. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos**: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva. 1991. P. 2-3.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. V.3

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**: caderno complementar 11 - homicídio de mulheres no Brasil, 2012. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_mulher.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf). Acesso em 20 ago. 2014.

WERTHEIN, J. **Pacto nacional Pelo Enfrentamento a Violência contra a Mulher**: Texto base do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 2010. Disponível em: <http://jorgewerthein.blogspot.com.br/2010/11/pacto-nacional-pelo-enfrentamiento.html>. Acesso em 20 ago. 2014.

WESTIN, R.; SASSE, C. Na época do Brasil colonial, lei permitia que marido assassinasse a própria mulher. **Jornal Senado Federal**, Sociedade, 4 jul. 2013. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/especiais/2013/07/04/na-epoca-do-brasil-colonial-lei-permitia-que-marido-assassinasse-a-propria-mulher>. Acesso em 20 ago. 2014.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

#### **BLOCO 1 – DADOS GERAIS**

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Nível de escolaridade:

( ) Somente superior completo

( ) Especialista

( ) Mestre

( ) Doutor

( ) Outros: pós-graduação

Formação acadêmica:

Nome da Instituição que representa e o setor que trabalha:

Ocupação/cargo:

#### **BLOCO 2 – SOBRE A HISTÓRIA DO CREMV**

- 1) Desde quando o município de Florianópolis possui atendimento para mulheres em situação de violência?
- 2) Existem documentos que registram essa história? Como ter acesso?
- 3) Você poderia contar um pouco sobre a história do CREMV em Florianópolis (surgimento e estrutura, até os dias de hoje)

#### **BLOCO 3 – ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS**

- 1) Em sua opinião quais as razões da não existência de uma Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres?
- 2) Em sua opinião, porque o Centro de Referência da Mulher foi inserido na Secretaria Municipal de Assistência Social (considerando que o CREMV é um equipamento da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher)?
- 3) Em sua opinião, quais as implicações técnicas e políticas na forma como o CREMV está configurado no município de Florianópolis?
- 4) Em sua opinião o fato do CREMV estar na SEMAS não retarda a implementação da Política de Enfrentamento a Mulher definida pela SPM? Justifique?
- 5) Em Florianópolis existe a Coordenadoria de Políticas para Mulheres. Em sua opinião existe a necessidade de criação da Secretaria de Políticas Públicas específica para as Mulheres?

- 6) Em sua opinião quais os pontos positivos e negativos na relação entre o CREMV e a SEMAS?
- 7) A atual configuração da metodologia de atendimento CREMV em Florianópolis, pode trazer implicações para implementação da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher?

#### **BLOCO 4 – ASPECTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO DO CREMV EM FLORIANÓPOLIS**

- 1) A Norma Técnica de Uniformização dos CREMV (2006) define que as mulheres em situação de violência devem ser atendidas em serviços específicos mulheres. Qual a sua opinião sobre isso?
- 2) Em sua opinião existe contradição na metodologia definida pela Norma Técnica de Uniformização do CREMVs e a atual metodologia do Centro de Referência da Mulher? Justifique.
- 3) Quais foram os referenciais que embasaram a construção da metodologia do CREMV da forma como esta estruturada hoje (teórico-metodológica, razões/motivações)?
- 4) Quais os pontos positivos e negativos do atual modelo metodológico do CREMV em Florianópolis?

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título da Pesquisa: **OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER (CREMV) EM FLORIANÓPOLIS.**

Eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado, forneço meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, sob a responsabilidade de **ANA CARLA CARVALHO SOARES**, acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina, e da **Professora Doutora ANDRÉA MÁRCIA SANTIAGO LOHMEYER FUCHS**, orientadora da pesquisa.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

- 1) O objetivo principal da pesquisa é analisar a luz das Normas Técnicas de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher, elaborado pela SPM/PR, as implicações políticas e técnicas no atendimento do Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência – CREMV, a partir das adequações metodológicas de atendimento, desde a sua criação/inserção na SEMAS/Florianópolis.
- 2) Tenho a liberdade de recusar a participar da pesquisa em qualquer fase, sem qualquer prejuízo a minha pessoa;
- 3) Os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos com a pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluindo a publicação na literatura científica especializada;
- 4) Não terei benefícios diretos participando deste trabalho, mas estarei contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de uma maneira geral à sociedade.
- 5) Os registros escritos e gravados permanecerão em poder do pesquisador e não serão divulgados na íntegra;
- 6) Poderei entrar em contato com os pesquisadores sempre que julgar necessário. Com a acadêmica Ana Carla Carvalho Soares, pelo telefone (48) 9619-9781, ou com a professora Andréa M. S. L. Fuchs, pelo telefone (48) 9194-4346.
- 7) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;
- 8) A realização da pesquisa segue rigorosamente os princípios da ética em pesquisa conforme Resolução n. CNS nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
- 9) Este Termo de Compromisso é feito em duas vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com os pesquisadores responsáveis.

Cidade: Florianópolis, Data: \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador



### APÊNDICE C - QUADRO DE ANÁLISE DE ENTREVISTAS

<b>Código</b>	<b>Coloque aqui os dados importantes dos entrevistados: nome idade, grau de escolaridade, função/atividade profissional (Identificação geral)</b>
E1	
E2	
E3	
E4	
E5	
E6	

<b>1ª QUESTÃO: Desde quando o município de Florianópolis possui atendimento para mulheres em situação de violência?</b>			
<b>Entrevistada</b>	<b>Resposta literal da pergunta</b>	<b>Ideias-chaves</b>	<b>Palavras-chaves</b>
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**2ª QUESTÃO: Existem documentos que registram essa história? Como ter acesso?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**3ª QUESTÃO: Você poderia contar um pouco sobre a história do CREMV em Florianópolis (surgimento e estrutura, até os dias de hoje)**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**4ª QUESTÃO: Em sua opinião quais as razões da não existência de uma Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**5ª QUESTÃO: Em sua opinião, porque o Centro de Referência da Mulher foi inserido na Secretaria Municipal de Assistência Social (considerando que o CREMV é um equipamento da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher)?**

<b>Entrevistada</b>	<b>Resposta literal da pergunta</b>	<b>Ideias-chaves</b>	<b>Palavras-chaves</b>
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**6ª QUESTÃO: Em sua opinião, quais as implicações técnicas e políticas na forma como o CREMV está configurado no município de Florianópolis?**

<b>Entrevistada</b>	<b>Resposta literal da pergunta</b>	<b>Ideias-chaves</b>	<b>Palavras-chaves</b>
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

<b>7ª QUESTÃO: Em sua opinião o fato do CREMV estar na SEMAS não retarda a implementação da Política de Enfrentamento a Mulher definida pela SPM? Justifique?</b>			
<b>Entrevistada</b>	<b>Resposta literal da pergunta</b>	<b>Ideias-chaves</b>	<b>Palavras-chaves</b>
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

<b>8ª QUESTÃO: Em Florianópolis existe a Coordenadoria de Políticas para Mulheres. Em sua opinião existe a necessidade de criação da Secretaria de Políticas Públicas específica para as Mulheres?</b>			
<b>Entrevistada</b>	<b>Resposta literal da pergunta</b>	<b>Ideias-chaves</b>	<b>Palavras-chaves</b>
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**9ª QUESTÃO: Em sua opinião quais os pontos positivos e negativos na relação entre o CREMV e a SEMAS?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**10 QUESTÃO: A atual configuração da metodologia de atendimento CREMV em Florianópolis, pode trazer implicações para implementação da Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**11ª QUESTÃO: A Norma Técnica de Uniformização dos CREMV (2006) define que as mulheres em situação de violência devem ser atendidas em serviços específicos mulheres. Qual a sua opinião sobre isso?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**12ª QUESTÃO: Em sua opinião existe contradição na metodologia definida pela Norma Técnica de Uniformização do CREMVs e a atual metodologia do Centro de Referência da Mulher? Justifique.**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**13ª QUESTÃO: Quais foram os referenciais que embasaram a construção da metodologia do CREMV da forma como esta estruturada hoje (teórico-metodológica, razões/motivações)?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

**14ª QUESTÃO: Quais os pontos positivos e negativos do atual modelo metodológico do CREMV em Florianópolis?**

Entrevistada	Resposta literal da pergunta	Ideias-chaves	Palavras-chaves
E1			
E2			
E3			
E4			
E5			
E6			

## ANEXO - DADOS ESTATÍSTICOS

### Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Centro de Referência da Mulher Víctima de Violência – 2009

Mês	Perfil pacientes				Tipo de Violência					Abordagem**	Visitas Domiciliares	Visitas Institucionais e Comunitárias	Encaminhados	Casos Encerrados	Casos Incluídos	Reunião Técnica
	C	A1	A2*	F1	F2	S	N	P	E							
Jan.																
Fev.																
Mar.			4		4	1		1								
Abr.			13		10	2		9		59		4	9	12	16	33
Mai			6		2	1		6		38	1		9	3	6	9
Jun.			10		7	1		10		48			4	4	10	3
Jul.			12		6	1		9			4	6	13	3	12	4
Ago.			11	17	7	3	1	10	2	174	6	6	12	3	11	13
Set.			13	0	7	1	1	12	1	204	16	4	16	5	13	13
Out.			11	1	7	2	1	10	1	168	5	7	32	1	11	16
Nov.			12	0	10	2	2	11	1	291	2	8	20	5	12	22
Dez.			14	0	9	2	0	14	3	166	6	2	29	0	12	15

C - Crianças, A1 Adolescentes, A2 – Adultos, F1 – Famílias, F2 – Física, S – Sexual, N – Negligenciado, P – Psicológica, E – Econômica.

\*- Adulto significa a mulher que ingressou no CREMV e ficou para ser acompanhada com atendimento psicossocial

\*\* - Abordagem significa os contatos realizados com as mulheres por telefone ou no atendimento no CREMV

**Fonte:** Eva Paula Franciosi - Coordenadora do Centro de Referência da Mulher

**Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência – 2010**

Mês	Perfil pacientes				Tipo de Violência					Abordagem**	Visitas Domiciliares	Visitas Institucionais e Comunitárias	Encaminhados	Casos Encerrados	Casos Incluídos	Reunião Técnica
	C	A1	A2*	F1	F2	S	N	P	E							
Jan.			19	1	14	3	3	17	5	243	4	6	23	11	17	16
Fev.			11	1	7	1	2	10	5	146	5	12	9	0	11	15
Mar.			14	1	8	3	2	14	2	243	10	12	24	14	14	20
Abr.			19	1	14	0	1	13	0	191	5	2	36	0	15	0
Mai			14	0	8	2	0	11	0	271	2	4	51	13	9	11
Jun.			7	0	4	0	0	7	0	198			4	4	10	3
Jul.			8	0	4	2	0	6	0	234	3	5	45	7	7	11
Ago.			33	1	20	6	1	22	2	225	6	6	12	3	11	13
Set.			20	0	14	4	0	18	1	226	4	3	32	0	17	7
Out.			12	0	9	0	0	11	1	196	6	3	31	11	11	8
Nov.			12	1	10	2	0	11	1	276	13	0	45	0	10	8
Dez.			17	0	10	3	0	15	3	245	19	8	46	4	12	4

**C - Crianças, A1 Adolescentes, A2 – Adultos, F1 – Famílias, F2 – Física, S – Sexual, N – Negligenciado, P – Psicológica, E – Econômica.**

**\*- Adulto significa a mulher que ingressou no CREMV e ficou para ser acompanhada com atendimento psicossocial**

**\*\* - Abordagem significa os contatos realizados com as mulheres por telefone ou no atendimento no CREMV**

**Fonte:** Eva Paula Franciosi - Coordenadora do Centro de Referência da Mulher



**Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência – 2011**

Mês	Perfil pacientes				Tipo de Violência					Abordagem**	Visitas Domiciliares	Visitas Institucionais e Comunitárias	Encaminhados	Casos Encerrados	Casos Incluídos	Reunião Técnica
	C	A1	A2*	F1	F2	S	N	P	E							
Jan.			17	10	14	2		17	1	127	12	11	68	12	17	2
Fev.			18	0	17	3	0	16	0	107	24	13	71	12	19	5
Mar.			19	3	16	2	0	18	1	125	22	5	92	15	33	8
Abr.			19	5	12	1	2	19	1	94	13	11	87	19	29	5
Maio			8	7	7	0	0	8	1	83	10	4	42	21	16	3
Jun.			12	6	10	1	0	11	0	87	23	4	58	23	20	4
Jul.			10	3	9	0	0	9	1	81	10	3	48	12	10	6
Ago.			11	7	8	3	2	11	1	97	18	5	62	12	11	5
Set.			27	9	17	0	0	27	2	141	9	2	104	18	27	4
Out.			13	8	10	0	0	13	0	113	9	3	88	39	13	6
Nov.			15	7	12	0	0	14	3	112	18	0	89	29	15	6
Dez.			6	0	4	1	0	6	0							

C - Crianças, A1 Adolescentes, A2 – Adultos, F1 – Famílias, F2 – Física, S – Sexual, N – Negligenciado, P – Psicológica, E – Econômica.

\*- Adulto significa a mulher que ingressou no CREMV e ficou para ser acompanhada com atendimento psicossocial

\*\* - Abordagem significa os contatos realizados com as mulheres por telefone ou no atendimento no CREMV

**Fonte:** Eva Paula Franciosi - Coordenadora do Centro de Referência da Mulher

**Relatório Estatístico: Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - 2012**

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
5.4	Nº Total de mulheres atendidas no mês	87	94	113	79	65	74	64	65	49	66	61	32		
1.1	Nº total de casos novos	56	60	71	47	41	57	30	38	23	42	36	21		
1.2	Nº de casos novos para orient./ encaminhamento	41	46	56	35	36	43	27	28	18	37	31	19		
1.3	Nº de casos novos para acompanhamento	15	14	15	12	5	14	3	10	5	5	4	2		104
1.4	Nº de casos (em acompanhamento) em aberto	99	103	92	82	72	80	62	63	61	52	41	36		
1.5	Nº de casos reincidentes	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0		
1.6	Nº de casos encerrados	23	10	26	22	15	6	23	9	7	14	15	9		
1.7	Nº de famílias atendidas	9	9	5	5	6	6	6	8	4	5	6	7		
2.	Nº total de atendim. individualizados a mulheres	131	125	150	94	88	108	99	107	68	80	79	48		
2.1	Psicológico	17	27	43	22	11	13	25	6	10	14	14	8		
2.2	Social	91	87	91	69	68	73	62	48	38	59	50	31		
2.3	Jurídico	11	10	12	0	6	12	5	13	5	5	6	3		
2.4	Multiprofissional	12	1	4	3	3	10	7	40	15	2	9	6		
3.	Nº Total de atendimentos familiares	9	10	8	5	10	8	12	13	4	6	21	7		
3.1	Psicológico	0	0	0	1	0	0	7	0	0	0	4	0		
3.2	Social	9	9	7	4	6	6	4	6	4	5	5	5		
3.3	Jurídico	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0		
3.4	Multiprofissional	0	0	0	0	4	2	1	6	0	0	12	2		
4.	Nº total de visitas domiciliares/ a abrigos	8	5	5	6	7	2	5	3	3	1	0	1		
4.1	pelo psicólogo	0	0	1	0	0	1	1	2	1	0	0	0		
4.2	pelo assistente social	7	5	3	6	7	1	3	1	2	1	0	1		
4.3	pelo jurídico	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
4.4	Multiprofissional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

(Continua...)

(Continuação...)

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
5.	Nº total de visitas institucionais	6	4	1	0	5	3	6	5	4	3	4	2		
5.1	pelo psicólogo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		
5.2	pelo assistente social	5	2	1	0	1	1	3	0	0	0	0	0		
5.3	pelo jurídico	1	2	0	0	4	2	3	4	4	3	4	2		
5.4	Multiprofissional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
6.	Nº total de faltas aos atendimentos	20	13	28	23	21	34	28	24	23	15	1	18		
6.1	no atendimento psicológico	3	3	14	10	6	11	3	4	6	0	0	6		
6.2	no atendimento social	16	8	12	13	12	21	22	18	17	14	8	11		
6.3	no atendimento jurídico	1	2	2	0	3	2	3	2	0	1	1	1		
7.	Nº total de encaminhamentos realizados	194	174	180	117	120	154	110	91	72	124	92	103		
7.1	Delegacia de Polícia	35	32	37	9	35	43	28	21	18	35	27	17		
7.2	Fórum	31	39	38	34	36	30	22	22	13	25	20	14		
7.3	Conselho Tutelar	14	19	16	8	15	10	6	7	5	8	5	6		
7.4	CRAS	8	3	11	4	5	10	6	4	3	6	2	2		
7.5	CAPS	5	4	4	6	5	2	7	5	2	4	1	1		
7.6	Rede de Saúde (hospitais, PA, Unidades de Saúde )	4	4	7	9	6	2	4	2	5	1	3	1		
7.7	Rede socioassistencial de apoio	4	6	10	5	7	8	1	3	2	5	3	3		
7.8	Rede de Educação	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1		
7.9	CadÚnico/ Programa Bolsa Família	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0		
7.10	Mercado de Trabalho	4	3	4	3	3	6	0	2	2	1	2	2		
7.11	CEAVI	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
7.12	CIAPREVI	8	6	5	5	5	6	3	0	2	2	6	1		
7.13	IML	1	5	3	2	3	1	0	1	2	3	1	1		
7.14	Instituição de Acolhimento Temporário	1	3	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0		
7.15	Outros	75	49	43	31	26	35	31	21	17	34	21	18		

(Continua...)

(Continuação...)

Atendimentos		Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
8.	Outros procedimentos da equipe técnica	56	23	57	44	45	25	62	40	25	33	35			
8.1	Estudos de caso entre a equipe técnica	10	5	11	10	0	6	22	8	5	5	4	5		
8.2	Estudos de caso supervisionados	23	10	26	22	15	6	22	9	7	14	15	9		
8.3	Reuniões técnicas da equipe	6	4	6	4	5	3	3	4	3	4	2	2		
8.4	Participação e capacitação téc. e eventos externos	3	0	2	3	15	7	6	12	10	2	5	3		
8.5	Contatos com Instituições da Rede	14	4	12	5	10	3	9	7	0	8	9	3		
9.	Perfil da Mulher Atendida (casos novos p/acomp.)	15	14	15	12	5	14	5	10	5	5	5			
9.1	Faixa etária														
9.1.1	18 a 29 anos	3	5	5	3	2	4	2	3	1	0	0	1		
9.1.2	30 a 39 anos	6	5	4	8	1	4	2	1	2	3	3	1		
9.1.3	40 a 49 anos	3	1	4	1	2	5	1	4	1	1	2	0		
9.1.4	50 a 59 anos	3	3	2	0	0	1	0	2	1	1	0	0		
9.1.5	mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
9.2	Naturalidade	15	12	15	12	5	14	5	10	5	5	5			
9.2.1	do município	3	2	4	3	1	4	2	2	2	1	1	1		
9.2.2	de outro município do Estado	3	6	5	1	1	3	2	2	0	2	1	1		
9.2.3	outros Estados da região Sul	1	0	3	4	2	3	1	3	2	1	2	0		
9.2.4	Estados da região Norte	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.2.5	Estados da região Sudeste	2	1	2	3	1	1	0	2	0	1	1	0		
9.2.6	Estados da região Centro-Oeste	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		
9.2.7	Estados da região Nordeste	3	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0		
9.2.8	de outros países	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0		
9.3	Encaminhada por:	15	14	15	12	5	14	5	10	5	5	5			
9.3.1	6ª DP/ outras Delegacias	10	10	9	7	3	13	3	8	3	3	3	0		
9.3.2	Rede de Saúde (Hospitais, UPA, Unidades de Saúde)	2	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0		
9.3.3	Rede socioassistencial	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.3.5	Conselho Tutelar	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	2		
9.3.6	Busca espontânea	2	4	3	3	1	0	1	0	1	0	1	0		
9.3.7	Outros	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	1	0		

(Continua...)

(Continuação...)

Atendimentos		Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
9.4	Local de Moradia	15	14	15	12	5	14	5	10	5	5	5			
9.4.1	Centro I	2	1	0	0	0	2	0	1	1	1	0	0		
9.4.2	Centro II ( Agrônômica, Trindade e proxim.)	1	1	3	1	0	1	1	0	0	1	1	1		
9.4.3	Continente I (Estreito, Balneário e proxim.)	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		
9.4.4	Continente II (Capoeiras e proxim.)	3	0	2	1	0	1	0	1	0	1	1	0		
9.4.5	Continente III (Abraão e proxim.)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0		
9.4.6	Continente IV (Jardim Atlântico e proxim.)	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.4.7	Norte I (Canasvieiras e proxim.)	2	2	2	0	2	0	1	0	0	0	1	0		
9.4.8	Norte II (Ingleses e proxim.)	2	3	3	2	2	4	1	4	0	1	0	1		
9.4.9	Norte III (Monte Verde e proxim.)	0	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0		
9.4.10	Sul I (Saco dos Limões, Costeira e proxim.)	1	1	1	3	0	1	2	1	0	0	0	0		
9.4.11	Sul II (Tapera e proxim.)	1	2	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0		
9.4.12	Sul III (Rio Tavares e proxim.)	1	4	0	1	1	1	0	1	3	0	0	0		
9.4.13	Leste (Itacorubi, Lagoa e proxim.)	1	0	1	2	0	2	0	0	0	0	2	0		
9.4.14	Outros municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5	Tipo de Violência (*)														
9.5.1	Violência intrafamiliar	14	10	11	9	4	9	3	6	1	4	5	2		
9.5.2	Violência física	15	10	11	9	4	13	4	7	1	4	3	2		
9.5.3	Violência psicológica	13	13	13	10	5	13	2	6	4	5	5	0		
9.5.4	Violência sexual	1	0	1	2	2	2	0	2	1	0	0	0		
9.5.5	Negligência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.6	Mulher com deficiência vít. de neglig. ou abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.7	Discriminação por orientação sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.8	Violência econômica/ patrimonial	0	3	0	2	0	3	0	0	1	0	0	0		

(Continua...)

(Continuação...)

Atendimentos		Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
9.6	Agressor(*)	15	14	15	13	5	14	6	10	5	5	5			
9.6.1	Companheiro/ cônjuge	13	10	12	7	2	9	2	6	2	5	4	2		
9.6.2	Ex-companheiro	1	2	3	5	3	3	2	1	1	0	0	0		
9.6.3	Namorado	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0		
9.6.4	Outro familiar	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0		
9.6.5	Outros	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0		
9.7	Transferência de renda	4	3	1	2	1	3	3	2	1	2	0	0		
9.7.1	Nº mulheres/ famílias beneficiárias do PBF	4	3	1	2	1	3	2	2	1	2	0	0		
9.7.2	Nº mulheres/ famílias beneficiárias do BPC	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
9.7.3	Nº mulheres c/ cça/ adol. benefic. da Bolsa do PETI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

\* - A questão pode ter mais de uma opção

NI - Não identificado

### Relatório Estatístico: Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - 2013

1	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
1.1	Nº Total de mulheres atendidas no mês	67	58	51	53	40	45	51	77	74	81	68	71		
1.2	Nº total de novos acolhimentos	56	36	36	33	27	26	27	29	22	52	36	48		
1.3	Nº de casos novos para acompanhamento	10	5	2	3	7	4	16	15	9	16	8	12		
1.4	Nº de casos (em acompanhamento) em aberto	37	35	28	17	21	20	39	47	49	50	47	47		
1.5	Nº de mulheres em atendimento grupal							14	15	15	10	10	10		
1.6	Nº de casos reincidentes	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0		
1.7	Nº de casos encerrados	11	8	9	14	3	5	1	4	8	15	11	12		
1.8	Nº de famílias atendidas	7	8	6	6	2	5	17	13	23	7	8	6		
2.	Total de atendim. individualizados a mulheres														
2.1	Psicológico	10	6	0	16	28	14	19	13	11	7	8	11		
2.2	Social	76	59	52	43	19	15	18	14	20	32	11	19		
2.3	Jurídico	8	9	10	6	5	1	6	12	16	0	17	0		
2.4	Multiprofissional	3	12	11	14	12	27	42	57	53	71	41	42		
3.	Total de atendimentos familiares														
3.1	Psicológico	1	1	0	1	0	2	0	1	6	0	3	0		
3.2	Social	6	7	6	5	2	1	5	4	1	2	1	2		
3.3	Jurídico	0	0	1	1	0	0	1	2	0	0	0	0		
3.4	Multiprofissional	0	0	1	0	0	2	7	8	16	5	4	4		
4.	Total de visitas domiciliares														
4.1	pelo psicólogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
4.2	pelo assistente social	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
4.3	pelo jurídico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
4.4	Multiprofissional	0	0	0	0	0	2	1	3	2	1	0	0		
5.	Total de visitas institucionais														
5.1	pelo psicólogo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	0	0		
5.2	pelo assistente social	0	0	0	0	1	0	3	2	5	0	2	0		
5.3	pelo jurídico	4	4	6	6	1	4	7	3	3	0	0	0		
5.4	Multiprofissional	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1		

(Continua...)

(Continuação...)

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
6.	Total de faltas aos atendimentos														
6.1	no atendimento psicológico	4	2	4	5	14	13	7	10	0	0	0	0		
6.2	no atendimento social	11	8	11	10	4	5	10	23	1	1	0	2		
6.3	no atendimento jurídico	1	1	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0		
6.4	no atendimento multiprofissional									11	11	14	18		
7.	Total de encaminhamentos realizados								115						
7.1	Delegacia de Polícia	47	36	30	18	19	15	27	23	21	27	18	26		
7.2	Fórum	29	21	20	10	10	14	25	15	14	11	3	11		
7.3	Conselho Tutelar	10	8	4	5	4	5	8	10	6	4	7	8		
7.4	CRAS	3	0	1	1	0	2	3	3	3	2	0	0		
7.5	CAPS	3	3	2	0	0	1	2	0	1	1	0	3		
7.6	Rede de Saúde (hospitais, PA, Unidades de Saúde )	4	5	5	4	5	2	2	3	1	0	0	2		
7.7	Rede socioassistencial de apoio	8	4	6	2	0	1	6	2	5	4	0	1		
7.8	Rede de Educação	1	1	0	0	1	0	2	0	1	1	1	0		
7.9	CadÚnico/ Programa Bolsa Família	0	0	0	0	1	0	1	1	2	2	0	0		
7.10	Mercado de Trabalho	2	2	2	0	2	1	2	4	1	2	2	0		
7.12	SEPREDI	6	3	5	2	1	0	1	0	1	0	0	2		
7.13	IGP	4	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	1		
7.14	Instituição de Acolhimento Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3		
7.15	Outros/Orientações	41	33	29	28	27	34	52	54	84	105	56	72		
8.	Outros procedimentos da equipe técnica														
8.1	Estudos de caso entre a equipe técnica	0	2	0	6	5	3	1	4	8			12		
8.2	Estudos de caso supervisionados	11	8	9	14	3	5	19	12	14	4	4	12		
8.3	Reuniões técnicas da equipe	2	5	3	6	3	3	2	2	1	1	1	2		
8.4	Participação e capacitação téc. e eventos externos	2	7	7	7	7	5	7	5	6	1	1	4		
8.5	Contatos com Instituições da Rede	13	14	8	7	13	14	17	33	10	18	15	18		

(Continua...)



(Continuação...)

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
9.	Perfil da Mulher Atendida (casos novos p/acomp.)	10	5	3	3	7	4	16	15	10	16	8	12		
9.1	Faixa etária														
9.1.1	18 a 29 anos	3	1	1	1	4	0	6	3	2	5	2	5		
9.1.2	30 a 39 anos	3	3	1	1	1	3	5	6	4	4	3	5		
9.1.3	40 a 49 anos	4	1	0	1	2	1	2	3	1	5	2	2		
9.1.4	50 a 59 anos	0	0	0	0	0	0	2	2	2	1	1	0		
9.1.5	mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0		
9.2	Naturalidade	10	5	2	3	7	4	16	15	10	16	8	12		
9.2.1	do município	3	1	0	1	2	1	3	3	2	2	1	4		
9.2.2	de outro município do Estado	5	0	1	0	1	0	5	6	1	6	0	4		
9.2.3	outros Estados da região Sul	0	2	1	1	4	2	5	5	5	5	2	1		
9.2.4	Estados da região Norte	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2		
9.2.5	Estados da região Sudeste	1	2	0	1	0	1	1	0	1	1	3	0		
9.2.6	Estados da região Centro-Oeste	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0		
9.2.7	Estados da região Nordeste	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0		
9.2.8	de outros países	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1		
9.3	Encaminhada por:	10	5	2	3	7	4	16	15	10	16	8	12		
9.3.1	6ª DP/ outras Delegacias	5	4	2	1	4	2	10	9	5	9	4	9		
9.3.2	Rede de Saúde (Hospitais,UPA, Unidades de Saúde)	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1		
9.3.3	Rede socioassistencial	1	1	0	2	1	1	1	1	2	2	2	0		
9.3.5	Conselho Tutelar	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1		
9.3.6	Busca espontânea	3	0	0	0	2	0	2	4	3	4	2	0		
9.3.7	Outros	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1		

(Continua...)

(Continuação...)

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
9.4	Local de Moradia	10	10	2	3	7	4	16	15	10	16	8	12		
9.4.1	Centro I	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1		
9.4.2	Centro II ( Agrônômica, Trindade e proxim.)	1	1	1	0	1	1	3	1	1	1	0	1		
9.4.3	Continente I (Estreito, Balneário e proxim.)	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0		
9.4.4	Continente II (Capoeiras e proxim.)	0	2	0	0	0	0	2	1	1	1	0	2		
9.4.5	Continente III (Abraão e proxim.)	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0		
9.4.6	Continente IV (Jardim Atlântico e proxim.)	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0		
9.4.7	Norte I (Canasvieiras e proxim.)	0	0	0	0	0	1	1	2	0	2	1	0		
9.4.8	Norte II (Ingleses e proxim.)	3	1	0	1	2	1	2	5	1	5	4	1		
9.4.9	Norte III (Monte Verde e proxim.)	1	0	0	0	1	0	2	1	1	2	0	0		
9.4.10	Sul I (Saco dos Limões, Costeira e proxim.)	1	0	0	0	2	0	2	1	0	0	0	3		
9.4.11	Sul II (Tapera e proxim.)	1	0	0	2	0	0	0	2	1	1	0	3		
9.4.12	Sul III (Rio Tavares e proxim.)	0	1	0	0	0	0	2	2	1	0	2	1		
9.4.13	Leste (Itacorubi, Lagoa e proxim.)	2	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0		
9.4.14	Outros municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5	Tipo de Violência (*)														
9.5.1	Violência intrafamiliar	10	5	1	3	6	4	16	15	10	16	7	12		
9.5.2	Violência física	8	3	0	3	4	3	8	9	7	15	6	10		
9.5.3	Violência psicológica e/ou Moral	7	5	2	3	7	4	16	14	10	15	8	12		
9.5.4	Violência sexual	1	1	0	0	3	2	4	0	4	2	0	2		
9.5.5	Negligência	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.6	Mulher com deficiência vít. de neglig. ou abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.7	Discriminação por orientação sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.5.8	Violência econômica/ patrimonial	0	1	0	0	0	0	2	6	3	4	2	4		

(Continua...)

(Continuação...)

	Atendimentos	Jan	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
9.6	Agressor(*)	11	5	2	3	7	4	17	15	10	16	8	12		
9.6.1	Companheiro/ cônjuge	6	2	1	2	5	4	9	11	5	11	6	9		
9.6.2	Ex-companheiro/ex-cônjuge	3	2	0	0	1	0	2	4	3	1	0	2		
9.6.3	Namorado	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0		
9.6.4	Ex-Namorado	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.6.5	Outro familiar	0	0	1	0	0	0	5	0	0	3	0	0		
9.6.6	Outros	2	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1		
9.7	Transferência de renda	1	0	0	1	0	1	1	3	3	2	0	3		
9.7.1	Nº mulheres/ famílias beneficiárias do PBF	1	0	0	1	0	1	0	3	2	2	0	3		
9.7.2	Nº mulheres/ famílias beneficiárias do BPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9.7.3	Nº mulheres c/ cça/ adol. benefic. da Bolsa do PETI	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
9.7.4	Nº mulheres/famílias beneficiárias do Renda Extra	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0		

\* - A questão é pode ter mais de uma opção.

NI - Não identificado

Obs: O serviço estava sem motorista para realizar visitas domiciliares e institucionais desde novembro/2012 até abril/2013.